

Edição temática em

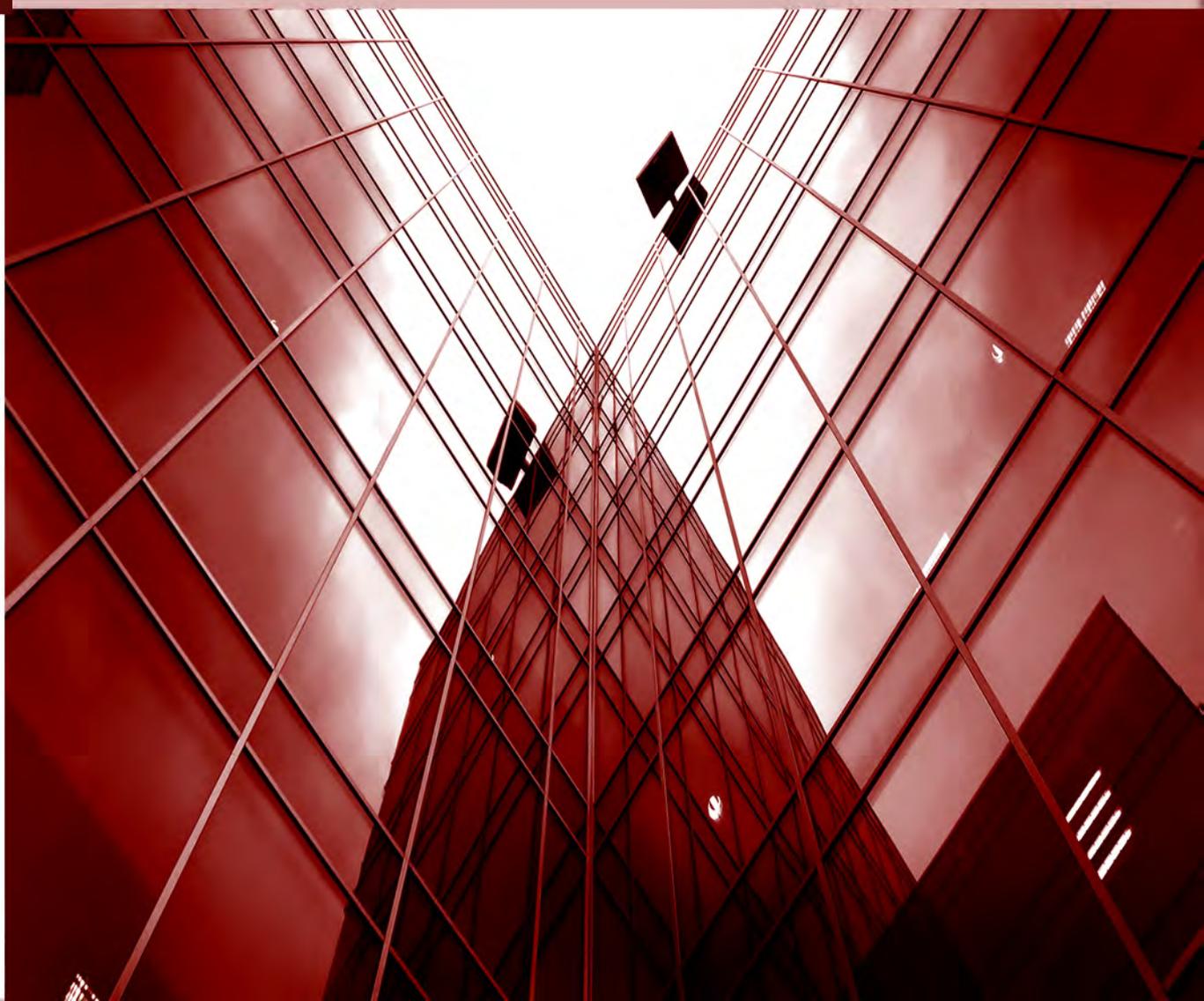
Gestão, Internacionalização e Desenvolvimento

Iniciação

Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística

Volume 5, Número 5

Março de 2016



ISSN
2179-474X

Caros leitores,

É com grande satisfação que apresento mais uma edição da Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística. Nesta edição, os leitores terão a possibilidade de ler trabalhos de Iniciação Científica e Trabalhos de Conclusão de Curso que discutem temas relacionados a Gestão, Internacionalização e Desenvolvimento.

A edição apresenta trabalhos que contemplam uma diversidade de temas relacionados as áreas das relações internacionais, do empreendedorismo e da gestão de negócios. Naqueles voltados as relações internacionais destacamos o artigo sobre **"A teoria do Estado e as revoluções da Primavera Árabe: um olhar sobre a Líbia. "**, que aborda as economias dos países produtores de petróleo da região do Golfo Pérsico, e o artigo que discute a Política de Cooperação Internacional na Agenda de Política Externa Brasileira do Governo Lula (2003-2010).

Dois artigos trazem discussões de setores específicos e estão voltados às questões de gestão, como é o caso da análise do artigo "Resorts no Brasil: Evolução histórica e comportamento das sub segmentações no biênio 2013/2014", e do artigo "Programa de Apoio à Competitividade dos Arranjos Produtivos Locais em Minas Gerais: estudo aplicado ao setor de biotecnologia".

Dois outros artigos trazem discussões importantes nas áreas do empreendedorismo e da internacionalização de empresas. Um deles analisa a "Produção Científica Brasileira sobre Perfil Empreendedor no período de 2010-2015" e outro busca identificar as "Barreiras à internacionalização de médias, pequenas e microempresas brasileiras".

Na sessão "Espaço Aberto" temos uma importante discussão sobre a "Educação ambiental e degradação urbana e ribeirinha em comunidades carentes no município de Bayeux-PB", que traz uma reflexão sobre o combate à degradação urbana e ribeirinha por meio da educação ambiental, temáticas muito importantes na esfera da sustentabilidade. **Além disso, trazemos ainda o artigo "Mercado de Capitais: Trajetória, Inovação e Algoritmos", que discute as principais mudanças ocorridas neste segmento tão importante da economia.**

Como sempre, agradeço aos autores desta edição, todos os avaliadores e à equipe executiva pela enorme contribuição, esforço e empenho, sem os quais não seria possível atingirmos nossos objetivos.

Aproveito ainda para convidar todos os leitores a enviarem seus artigos para as futuras edições da temática Gestão, Internacionalização e Desenvolvimento, tendo em vista que um dos principais objetivos da revista é abrir um espaço de diálogo onde se possa disseminar e discutir as pesquisas científicas realizadas pelos alunos e seus orientadores.

Ótima leitura!

Donizetti Leônidas de Paiva

**Iniciação - Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística
Edição Temática em Gestão, Internacionalização e Desenvolvimento**

Vol. 5 no 5 – Março de 2016, São Paulo: Centro Universitário Senac
ISSN 2179-474X

Portal da revista: <http://www1.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistainiciacao/>
E-mail: revistaic@sp.senac.br

Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-Não Comercial-SemDerivações 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

[Internacional](#) 

Resorts no Brasil: Evolução histórica e o comportamento das sub segmentações no biênio 2013/2014

Brazilian Resorts: Historical Evolution and its Sub Segmentations Behavior in 2013/2014

Barbara Hansing, Prof. Me. Antonio Carlos Bonfato
Centro Universitário Senac Santo Amaro
Bacharelado em Hotelaria
{babihansing@gmail.com, abonfato@sp.senac.br}

Resumo. O objetivo geral da pesquisa é caracterizar os resorts no mercado nacional e seu comportamento mercadológico e operacional nos dois últimos anos. Nesse sentido recorreu-se ao estudo das características inerentes a um resort e os fatores que o fazem se distinguir de outras tipologias de meios de hospedagem e, em um segundo momento, o estudo se dedicou a classificar os resorts em diferentes formas de atuação, subdividindo-os segundo a) sua localização geográfica – campo e praia e; b) tipo de pensão praticada: all inclusive e outros tipos de pensões. A hipótese assumida é que conforme subdivididos em grupos, os resorts tendem a apresentar resultados diferenciados ao longo de um ano. O tema abordado no presente artigo é pouco estudado e procura contribuir para criar uma base de informação que auxilie os gestores dos resorts em seu processo de tomada de decisão por ocasião do planejamento futuro. Para o presente estudo, a **Associação Brasileira de Resorts**- Resorts Brasil - principal associação nacional voltada a essa tipologia de meio de hospedagem- contribuiu fornecendo sua base de dados de mercado relativa aos anos de 2013 e 2014.

Palavras-chave: resorts, hotelaria, mercado hoteleiro, gestão hoteleira.

Abstract. This research main's goal is to characterize resorts in Brazil tourism market and its operational and market behavior in the last two years. The study covered resorts characteristics and its differences from other lodging options. Then, the study classified resorts in two big groups: a) by its location (country or beach) and; b) by tariff (all-inclusive or others). Resorts tend to have different behaviors during the year when grouped this way. The subject discussed in this research is understudied and as another goal, it seeks to create a database that helps resorts managers. For the research, all database was caught by the Brazilian Resorts Association – Resorts Brasil, the main national institution for resorts.

Keywords: resorts, hotel management, hotel market, hotel business.

**Iniciação - Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística
Edição Temática em Gestão, Internacionalização e Desenvolvimento**

Vol. 5 no 5 – Março de 2016, São Paulo: Centro Universitário Senac
ISSN 2179-474X

Portal da revista: <http://www1.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistainiciacao/>
E-mail: revistaic@sp.senac.br

Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-Não Comercial-SemDerivações 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/) 

1. Introdução

Este artigo trata da operação de *resorts* no Brasil. Argumenta-se a realidade dos *resorts* e sua participação no mercado econômico global no capítulo três, bem como tece um olhar geral sobre a economia mundial e os impactos gerados pela Copa do Mundo FIFA no setor hoteleiro do país, além de mostrar estatísticas referentes à taxa de ocupação, receita média e TrevPar dos *resorts* em 2014 – informações geradas pela Associação Brasileira de Resorts (Resorts Brasil), sendo referencial para todo o presente artigo. Por fim, o quarto capítulo se refere às tendências futuras de *resorts*, estabelecendo uma análise do comportamento do consumidor do amanhã.

No que tange aos métodos e técnicas, recorreu-se às fontes secundárias, através de obras literárias que versam sobre a temática de resorts no mundo; bem como aos informativos denominados Resorts Brasil em Perspectiva, emitidos pela *Associação Brasileira de Resorts- Resorts Brasil*. Essas fontes estabeleceram os parâmetros para o desencadeamento da presente análise, na medida em que fornecem dados não só para os associados, como também para a mídia dedicada a assuntos relativos ao tema resorts.

As fontes primárias foram utilizadas segundo a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo, a partir de atividade de campo com entrevista com o Sr. Ricardo Domingues, Diretor Executivo da *Associação Brasileira de Resorts- Resorts Brasil*. Também como já citado, serviu como fonte primária de informações o banco de dados depositados por associados da Resorts Brasil.

A parte 1 se dedica à conceituação de resorts, sua diferenciação de outros meios de hospedagem e uma breve contextualização do setor no mundo e no Brasil. A segunda parte abrange um breve histórico dos resorts, desde sua criação, suas atuais subdivisões e inserção em cada região brasileira, dando destaque à Região Nordeste. A terceira parte trata do desempenho dos resorts nos anos de 2013 e 2014, estabelecendo comparativos numéricos entre ambos com relação à taxa de ocupação, receita média e TrevPar, além de analisá-los por subsegmentação. Por fim, a última parte 4 aborda as tendências futuras dos resorts brasileiros e do mundo.

2. Contextualização dos resorts no mundo e no Brasil

Um resort é, para a grande população, um local de escape do trabalho e de problemas rotineiros, que a cansa e estressa. Esse meio de hospedagem parece ser um “mundo” capaz de acalmar a todos que nele permanecem, sendo destino da maioria de famílias em busca de “10 dias no paraíso”¹. Quando um turista procura pelos serviços de um resort, procura mais que alojamento e descanso, busca um “paraíso” para realizar e viver um sonho (LAGE,1990). Hóspedes recorrem a resorts em busca de lazer e recreação, para atividades recreativas, esportivas ou simplesmente relaxar. Por serem remotos, costumam atrair o tipo de “clientela cativa”, que periodicamente retorna.

Contudo, um resort, sob o ponto de vista empreendedor, é local de grandes operações e objeto de uma intensa atenção à gestão cotidiana.

Os resorts são, na realidade, uma combinação de três elementos: atrações recreativas para atrair os hóspedes; hospedagem e serviços de alimentação e bebidas a serem oferecidos para pessoas que estão longe de suas casas; e atividades para ocupar os hóspedes durante sua estadia. (MILL, 2003, p. 11).

A Associação Brasileira de Resorts – Resorts Brasil - define-os como

¹ Frase comum, sem autoria conhecida, utilizada de forma frequente no universo de frequentadores dos resorts.

Empreendimentos hoteleiros de alto padrão em instalações e serviços, fortemente voltados para o lazer em área de amplo convívio com a natureza, na qual o hóspede não precise se afastar para atender suas necessidades de conforto, alimentação, lazer e entretenimento.²

De acordo com o clima, localização ou atividades destinadas ao empreendimento, os resorts podem ser divididos em diferentes categorias, podendo ser segmentados em estabelecimentos de praia, campo, verão, inverno, *spas, timeshares*, de casinos e jogos, recreacionais, ou de esportes.

A administração cotidiana dos resorts reúne elementos que a distingue da administração hoteleira comum, devido às suas características diferenciadas. Administrar um resort é *"Garantir que o hotel funcione como um relógio, em um ambiente limpo, descontraído e visualmente atraente é somente o início das responsabilidades para com um resort."* (KLEISNER, 2003 apud. MILL, 2003, p.9).

Um hotel de outra tipologia não apresenta todos os requisitos que um resort necessita. Enquanto que o foco do hotel de negócios é garantir uma boa hospedagem, um resort proporciona amplas áreas de lazer, estética e alta gastronomia. É um misto de clube com a comodidade do hotel, sendo autocontidos – ou seja, contém tudo o que o hóspede necessitar para que esse não precise se deslocar para fora do estabelecimento – oferecendo ao cliente uma ampla gama de opções de serviço. Em termos de desenho arquitetônico, se distingue por manter o partido arquitetônico horizontal, necessitando de grande área para sua devida implantação.

De acordo com variados estudos acadêmicos, alguns elementos contribuem para o sucesso na gestão de um resort:

- variedade de recreação;
- alta gastronomia;
- acomodações grandes e confortáveis;
- apelo de localização;
- atividades organizadas;
- custo-benefício;
- oportunidades de conhecer pessoas de status similar ou superior;
- atrações culturais;
- atmosfera familiar;
- clima;
- atendimento personalizado e;
- natureza atraente.

O Ministério do Turismo brasileiro (MTur) desenvolveu um sistema de classificação dos meios de hospedagem, o SBClass, com intuito de aumentar a competitividade do setor hoteleiro e garantir ao cliente completa satisfação. De acordo com o SBClass, hotel é um **"estabelecimento com serviço de recepção, alojamento temporário, com ou sem alimentação, ofertados em unidades individuais e de uso exclusivo dos hóspedes, mediante cobrança de diária"** enquanto que resort é um **"hotel com infraestrutura de lazer e entretenimento que disponha de serviços de estética, atividades físicas, recreação e convívio com a natureza no próprio empreendimento"**³. O primeiro pode apresentar de uma a cinco estrelas, e um resort ter quatro ou cinco estrelas. O resort de quatro estrelas deve atender aos requisitos mínimos de infraestrutura, serviços e sustentabilidade. Para a categoria cinco estrelas, o resort deve atender a uma série de requisitos adicionais que diferenciam as categorias entre si. Por meio da comparação entre a infraestrutura e

² Ver em www.resortsbrasil.com.br, acessado em 10/02/2015.

³ Ver em www.turismo.gov.br, acessado em 22/02/2015.

serviços oferecidos, assim como das ações de sustentabilidade executadas pelo meio de hospedagem, o consumidor poderá fazer uma melhor escolha.

Um resort apresenta grandes desafios no que tange a captação de demanda. A maioria dos hóspedes atravessa longas distâncias para chegar ao resort. Conseqüentemente, tendem a ficar mais tempo que nos hotéis de outras tipologias, gerando uma maior gama de desafios, notadamente aos setores de hospedagem, lazer e de A&B. A primeira deve garantir quartos amplos, para acomodar todas as bagagens dos hóspedes, e impecavelmente limpos, para que o hóspede não tenha o incômodo de requerer a arrumação. A segunda deve oferecer uma ampla gama de opções de atividades recreativas a todas as idades e de forma contínua. A&B, por sua vez, deve prover grande variedade de menus e de boa qualidade – já que muitos clientes são atraídos pela experiência gastronômica que o empreendimento oferece. Para isso, os resorts criam cardápios cíclicos, que se repetem a cada duas ou três semanas e cada um com grande variedade de pratos, a fim de atender a todos os gostos. Os bufês devem garantir a satisfação dos clientes por oferecerem liberdade de escolha, mas existem outras opções como churrascos, exposições culinárias e restaurantes especializados.

Além deste desafio, os administradores enfrentam a sazonalidade. Muitos resorts não operam o ano todo, ou sofrem com baixos índices de ocupação em determinados períodos – geralmente os de praia, já que os de campo tendem a ser mais estáveis. Aqui entram políticas de marketing, propaganda e recursos humanos.

Tradicionalmente, o fundamento deste meio de hospedagem tem sido a formação de clientela cativa, mas com a competição crescente (não só com a entrada de novos resorts, mas também dos cruzeiros) seus administradores veem-se desafiados a intensificar as ações visando atraí-la.

Objetivando aumentar seus índices de ocupação, os resorts diversificaram suas estratégias de marketing, passando a vender para convenções, reuniões de negócios e vendas, programas de incentivo de vendas ou de produtividade em geral, eventos esportivos, e de recreação, *spas*, turismo de aventura, ecoturismo, etc. (WALKER, 2002, p.98).

Logo ao chegar ao resort, os hóspedes criam a expectativa de serem tratados de maneira diferenciada e fazerem **"parte da família"**, bem como esperam um momento de descanso, proporcionando a fuga do stress cotidiano, mesmo que momentânea. Assim, o atendimento - durante toda sua estadia - exige a formação de uma equipe de profissionais atenciosos e bem treinados, o que representa mais um desafio aos gestores, principalmente quando o empreendimento está localizado em áreas remotas ou em países em desenvolvimento, onde é comum a falta de mão de obra especializada.

A estrutura de um resort normalmente é bem diversificada. Além de possuírem áreas de hospedagem, recepção, recreação e toda uma estrutura de alimentos e bebidas – que incluem diversos bares e restaurantes - é um empreendimento que busca amplo contato do cliente com a natureza e, portanto, apresentam áreas de belezas naturais, como praias, matas, montanhas ou cerrados. Para isso, é necessário não só estruturar a área interna, com também conservar todo o entorno, que poderá ser utilizado para a prática de esportes. Normalmente possuem ampla fama de pontos de venda – PDV, oferecendo bares e restaurantes de fácil acesso, distribuídos pelo seu espaço físico.

Além disso, devido à diversidade e amplitude das instalações, grande parte dos resorts oferecem salas de conferências e escritórios para grupos corporativos realizarem reuniões, congressos, convenções, dentre outras modalidades de eventos, sendo esse conjunto denominado de centro de negócios. Já lazer e recreação exigem amplos espaços para hóspedes de todas as idades. Assim também se faz necessário um local para que bebês e crianças pequenas possam ser acomodados em estadias (*kids club*) – normalmente os recreacionistas responsáveis se encarregam de atividades o dia todo, tanto nas instalações

internas, quanto nas externas. Os pais podem se entreter com as atividades propostas pela equipe de lazer – variam de jogos na piscina, esportes e gincanas. Adolescentes e idosos também devem aproveitar o dia e a noite tendo acesso a uma programação dirigida a cada um desses públicos, além de terem à disposição lojas, teatros e baladas. Normalmente a necessidade de oferta dessas comodidades acaba por tornar a operação dos resorts mais onerosa que meios de hospedagem de outras categorias.

Outra tipologia importante que movimenta o denominado mercado de resorts é o **spa**. Conforme minha experiência, um verdadeiro resort oferece um spa completo – não somente uma banheira quente, esteiras e equipamentos de musculação. Um spa oferece, em um ambiente agradável, uma completa variedade de tratamentos, que incluem esfoliação, tratamentos localizados e para todo o corpo, hidroterapia, massagem, aromaterapia, salas úmidas ou secas e combinadas. (KLEISNER, 2003 apud. MILL, 2003, p.10).

O centro esportivo se faz necessário, mas depende do clima em que o resort está instalado. Em locais quentes é comum a prática de **surf**, equitação, **golf**, futebol e vôlei, enquanto que em climas amenos, o esqui atrai milhares de turistas para a região do estabelecimento.

3. Um breve histórico dos resorts

Os resorts surgiram juntamente com o aparecimento das ferrovias. Habitantes de grandes cidades se dispunham cada vez mais a passar férias em lugares considerados atraentes. Viajar para locais exóticos era indispensável no próprio prazer de viajar. No final do século XIX, os resorts de luxo foram desenvolvidos para acomodar a clientela trazida pelas ferrovias. Inicialmente, funcionavam por temporada, mas, com a entrada de automóveis e transportes aéreos, os lugares mais remotos se tornaram acessíveis, e os resorts começaram a operar o ano todo. Com mais avanços, México, Caribe e boa parte da América Latina se tornaram acessíveis (WALKER, 2002). Os resorts de neve, criados pelos suíços, na região dos Alpes, a partir do surgimento da prática dos esportes de inverno, foram um dos primeiros estabelecimentos que poderiam ser classificados como resorts.

No Brasil, alguns locais foram antecessores dos resorts atuais. Destacavam-se por serem amplas áreas de lazer e cassinos durante os anos 40. O Grande Hotel São Pedro (SP), o Grande Hotel Araxá (MG), e o Hotel Quitandinha (RJ) são exemplos destes empreendimentos. Este último é um palácio brasileiro construído para ser o maior hotel cassino da América Latina.

Até a década de 60, a estadia típica de veraneio compreendia de um mês ou mais, e não era comum a estadia em hotéis para turismo de lazer. Os veranistas usavam residências de sua propriedade ou alugavam-nas em áreas não tão afastadas de sua residência, ou próximas aos grandes centros urbanos: Campos do Jordão e Baixada Santista, para os paulistas, e Cabo Frio e Petrópolis para os cariocas (ROSA & TAVARES, 2002), além dos destinos mineiros como Araxá, Caxambu e São Lourenço.

O turismo interno só se tornou intenso a partir da década de 70, por duas razões: o crescimento da renda dos brasileiros e a urbanização; e a melhoria da infraestrutura de transportes no país, facilitando o acesso da população a novos lugares de seu país. O deslocamento a esses novos destinos foi facilitado pela elevação do nível de renda, gerando capital suficiente para bancar uma estadia em locais mais afastados. No Brasil, o primeiro resort a surgir foi em 1979, na Ilha de Itaparica, situada na Bahia. Antes conhecido como **Club Méditerranée**, hoje é o famoso ClubMed. Em 1989 muitos resorts começaram a surgir, com ênfase no Transamérica Comandatuba, que, para a época, era o hotel mais completo e que atendia a todas as necessidades. Mesmo assim, a maioria dos resorts permanecia em áreas de interior, na região Sudeste. Apenas em 2000 esse

quadro mudou: os resorts passaram a se alocar, em sua maioria, na região nordeste, sendo categorizados como *resorts de praia*.

Segundo a BSH International (2013), o crescimento hoteleiro na região nordeste se dá devido a alguns motivos, listados a seguir:

- a) Bom clima o ano todo e diversas praias e belezas naturais;
- b) Facilidade de novos investimentos concedidos pela PRODETUR-NE (Programa de Desenvolvimento do Turismo – Nordeste);
- c) Vôos sem escala entre Brasil e países europeus e da América do Sul e;
- d) Incentivos financeiros e fiscais destinados pelos governos federal e estaduais para incentivo ao turismo e hotelaria na região.

Em 2013, a região nordeste representava 48,3% dos resorts brasileiros, totalizando 53 dos 117 que há no país. Assim, em pouco mais de 30 anos, o mercado de resorts brasileiro passou por um grande processo de desenvolvimento. Isso porque a partir da década de 90, com o advento do plano real, os investidores despertam interesse em disponibilizar capital destinado à implantação de novos resorts. Consequentemente, essa movimentação gerou a necessidade de melhorias na infraestrutura de transportes como construir aeroportos, estradas, bem como melhorias no saneamento público. Alguns mega resorts foram inaugurados nessa época: Aquiraz (Ceará) e Sauipe (Bahia). Suas inaugurações foram um grande marco na hotelaria (MOURA, 2006).

Com o crescimento do mercado hoteleiro no Brasil, algumas organizações destinadas ao setor começam a surgir a fim de consolidar estatísticas e dados referentes à indústria de meios de hospedagem. Mais especificamente, a Associação Brasileira de Resorts – Resorts Brasil – foi criada e veio a crescer para coletar informações exclusivamente de resorts brasileiros, auxiliando, através da geração de dados, a gestão cotidiana desses meios de hospedagem específicos. Assim, o setor começa a tomar forma mais profissional, sendo auxiliados por uma base de dados históricos que auxiliam os gestores no processo de tomada de decisão, ao gerar informações setoriais como taxa de ocupação geral, Receita média⁴ e *TrevPar*⁵ do segmento.

O passo seguinte foi criar categorias de resorts. Assim, a Associação Brasileira de Resorts, passou a categorizar os resorts por localização: Campo ou praia; ou por tipo de pensão: os que incluem, em sua estadia, apenas o café da manhã, MAP (*Modified American Plan*) – inclui café da manhã mais almoço ou jantar -, FAP (*Full American Plan*) – inclui café da manhã, almoço e jantar – e os *All Inclusive*, que inclui todas as refeições, *snacks* e bebidas, para que o cliente não pague nada adicionalmente. Essa atitude estratégica foi necessária para que as análises setoriais se tornassem mais específicas e direcionadas para cada uma dessas classificações de resorts.

Ao se estabelecer uma análise junto aos filiados da Associação Brasileira de Resorts – Resorts Brasil, nota-se que os resorts de praia se concentram na região Nordeste do país, devido ao seu grande atrativo de belezas naturais e clima favorável ao lazer. No período entre 2010 e 2012, também não houve entrada de novos resorts da categoria no Brasil, entretanto observou-se crescimento médio anual de 8,3% na demanda. Enquanto que em 2010 a taxa de ocupação representava 46%, em 2012 a mesma foi de 54%.

Segue abaixo uma tabela da relação entre regiões do país e seu percentual de resorts (parceiros da Associação Brasileira de Resorts – Resorts Brasil). Verifica-se que a região

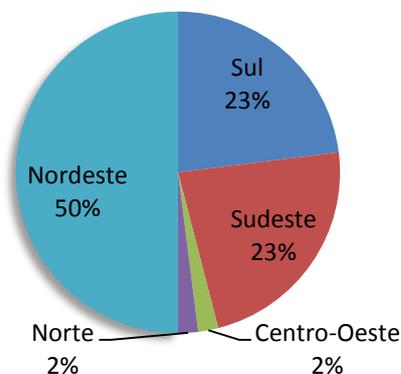
⁴ A Associação Brasileira de Resorts adota a medição da Receita Média no lugar da Diária média, sendo em vista que os resorts alimentam o banco de dados da associação, considerando a receita total do pernoite, sem efetivar o repasse de A&B, como no caso da Diária Média.

⁵ Como no caso da receita média a Resorts Brasil usa, pelos mesmos motivos o termo *TrevPar*– Total Revenue per Available Room, não adotando o termo *Revpar*

Nordeste apresenta o maior número de resorts do país, possuindo 50% dos resorts afiliados.

Gráfico 1. Resorts por regiões brasileiras.

Resorts por Região



Fonte: Associação Brasileira de Resorts – Resorts Brasil.

Desse modo essa tipologia de meio de hospedagem passou por um processo evolutivo. Novas formas de classificação e de sub segmentações estão sendo analisadas pela Associação Brasileira de Resorts – Resorts Brasil.

4. Cenário atual dos resorts brasileiros: uma leitura mercadológica

Ano de 2013

Na edição anual de 2013 da Resorts Brasil em Perspectiva, observa-se que as praias mantêm maior atrativo para seu público de lazer. Mesmo no inverno brasileiro, resorts de praia apresentam melhor desempenho de taxa de ocupação e receita média se comparado aos de campo. Estes, não apresentaram picos de alta ou de baixa, mantendo-se mais estáveis. Com relação à taxa de ocupação dos resorts de campo, o fato de se manterem estáveis se dá por conta da maior participação do público corporativo que os de praia. O que se pode observar é que em junho, há maior baixa de taxa de ocupação e de *TrevPar* do ano em resorts de praia e de campo, e em janeiro, julho e dezembro há maior taxa de ocupação, receita média e *TrevPar* para ambas as tipologias. Este último mostra as preferências do público em cada época do ano.

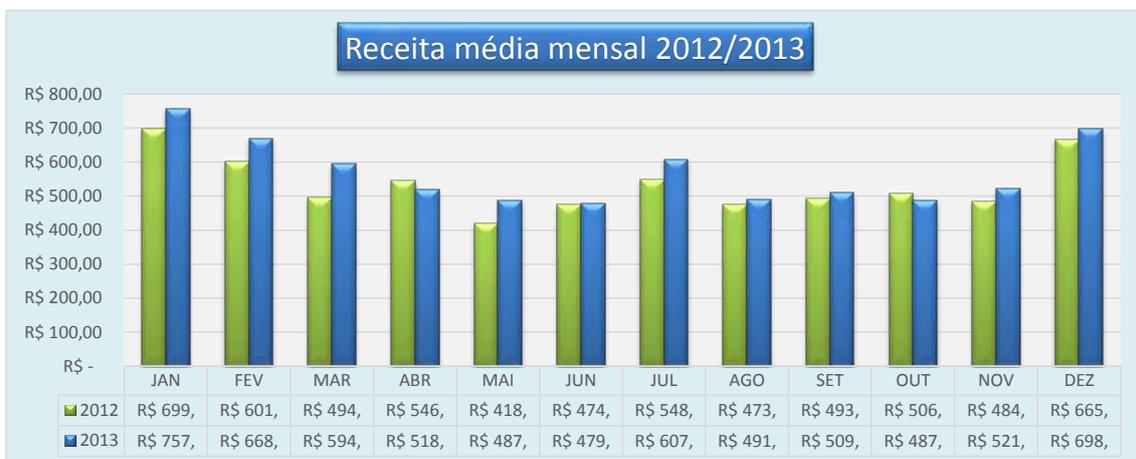
Gráfico 2. Taxa de ocupação dos resorts brasileiros em 2013.



Fonte: pesquisa direta Antonio Carlos Bonfato/Centro Universitário Senac e Resorts Brasil.

A receita média se manteve estável em 2013 e cresceu 5,7% comparada a 2012. Março, maio e julho se destacaram no ano e puderam manter o valor positivo da média. O primeiro cresceu 20,1% quando comparado ao ano passado. Julho e agosto surpreendentemente geraram números mais elevados, o que resultou num 4º bimestre muito positivo. Mesmo com a baixa economia no fim do ano, o setor hoteleiro não foi afetado, fechando um ano positivo em 2013.

Gráfico 3. Receita média mensal dos resorts brasileiros em 2013.



Fonte: pesquisa direta Antonio Carlos Bonfato/Centro Universitário Senac e Resorts Brasil.

Nos primeiros meses do ano, os resorts de praia tendem a captar mais receita que os de campo, mas o quadro se inverte a partir de abril, e no meio do ano ambos se igualam. Em julho, o *TrevPar* das duas tipologias apresentaram mesma receita. Em agosto os de campo se sobressaem, mas com a chegada do verão, no fim do ano, há preferência pelos resorts de praia. Segundo a Associação Brasileira de Resorts, esse ciclo tende a se repetir nos próximos anos. Em 2013 o *TrevPar* médio foi de R\$324,92, mostrando aumento de 5,9% aplicado o IPCA-15. Esse aumento se deu por conta da alta taxa de ocupação e receita média durante todo o ano. Além disso, se deve à economia de escala adotada pelos empreendimentos, quando priorizam os eventos corporativos em baixas temporadas.

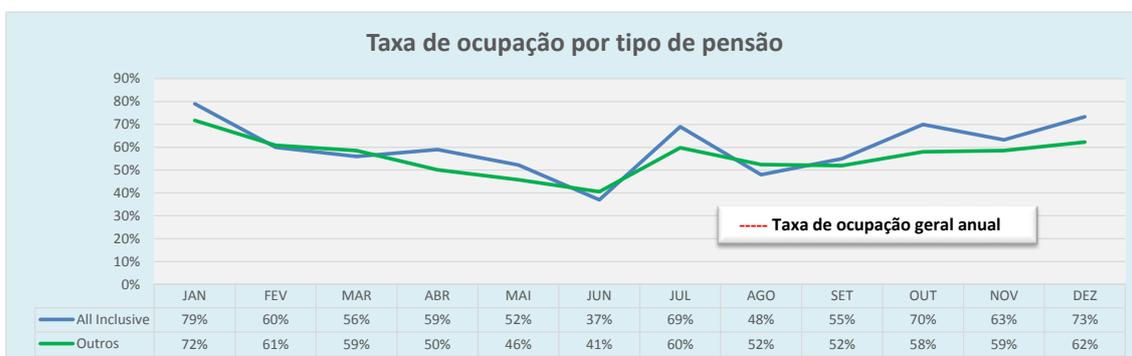
Gráfico 4. TrevPar mensal dos resorts brasileiros em 2013.



Fonte: pesquisa direta Antonio Carlos Bonfato/Centro Universitário Senac e Resorts Brasil.

Quando comparados por tipo de pensão, há duas categorias para desenvolvimento de estatísticas da Resorts Brasil em perspectiva: *All Inclusive*, e "outros" – que incluem os outros regimes de alimentação: Café da manhã, MAP e FAP. Ainda seguindo a edição anual de 2013 da Resorts Brasil em Perspectiva, nota-se que a categoria de *All Inclusive* tem preferência nos meses de alta temporada, gerando picos de altas e baixas, enquanto que outros tipos de diárias se mantêm estáveis durante todo o ano. Mesmo assim, os *All Inclusive* geram maior receita e mantêm maior taxa de ocupação.

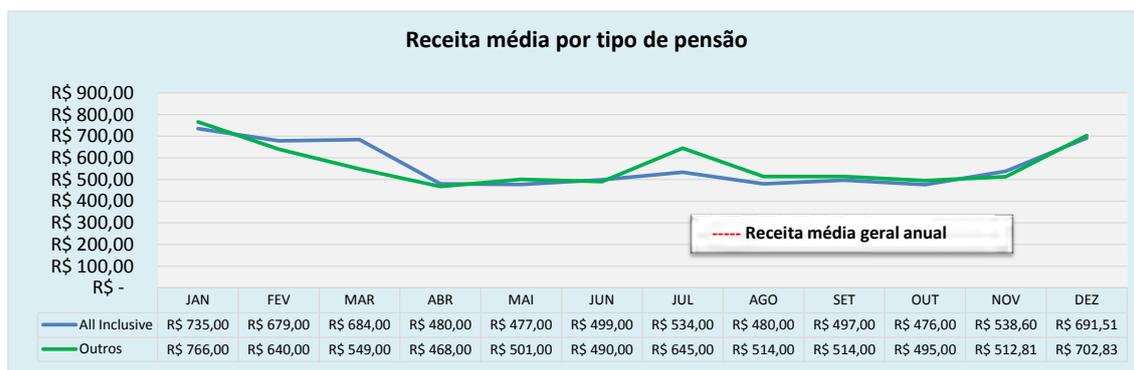
Gráfico 5. Comportamento da taxa de ocupação por tipo de pensão em 2013.



Fonte: pesquisa direta – Centro Universitário SENAC/SP e Resorts Brasil.

Com relação à receita média, a categoria "outros" apresenta maior receita na maior parte do ano. Em meses que o público alvo é o de eventos corporativos, como abril, maio, junho, setembro e outubro, os valores são muito próximos, quase iguais. Assim, conclui-se que o público de lazer tem preferência em gastos de uma só conta, sem se preocupar com o gasto final. Já empresas ou outros grupos consumidores não apresentam essa preferência.

Gráfico 6. Comportamento da receita média por tipo de pensão em 2013.



Fonte: pesquisa direta – Centro Universitário SENAC/SP e Resorts Brasil.

Ano de 2014

Em 2014 o cenário econômico global demonstrou leve recuperação, devido principalmente à melhora da economia americana. A China, porém, apresentou diminuição do crescimento, atingindo, principalmente, as economias emergentes, como o Brasil. Este, por sua vez, não apresentou aumento nem diminuição no crescimento econômico. Com relação ao primeiro semestre de 2014, época da Copa do Mundo de Futebol FIFA realizada no Brasil, o desempenho da economia global foi negativa. A alta inflação no país repercutiu em dificuldades para os resorts: produtos alimentícios, principalmente as carnes, sofreram até 20,2% de inflação, e a energia elétrica cresceu 27,6%. Apesar disso, o desempenho de resorts brasileiros foi significativamente satisfatório, apresentando pontos positivos se comparado com o mesmo período de 2013.

De acordo com a Associação Brasileira de Resorts, graças ao evento da FIFA no país, muitos eventos corporativos foram adiantados, o que representou uma boa taxa de ocupação para muitos resorts brasileiros até o mês de abril. A taxa de ocupação em resorts nacionais no primeiro semestre de 2014 foi 7,2% maior que em 2013. Além disso, as delegações da copa do mundo ocuparam os resorts brasileiros em maio e junho. Por fim, os turistas que se deslocaram para assistir aos jogos também ocuparam boa parte das unidades habitacionais disponíveis em junho, além de terem gerado alta receita média por UH vendida. O Brasil recebeu número de turistas maior que o esperado, mas a maior parte dos turistas se programou para assistir apenas as eliminatórias do evento, pois havia um local pré-determinado para o jogo. As cidades-sede das fases subsequentes seriam determinadas após a primeira fase, o que levou os turistas a encerrar prematuramente sua participação na copa do mundo.

De acordo com a BSH International, em 2010, a taxa de ocupação era de 47%, enquanto que em 2012, a mesma correspondia a 43%. Segundo a Associação Brasileira de resorts, percebe-se que em 2014 a taxa de ocupação alcançou 58,7%.

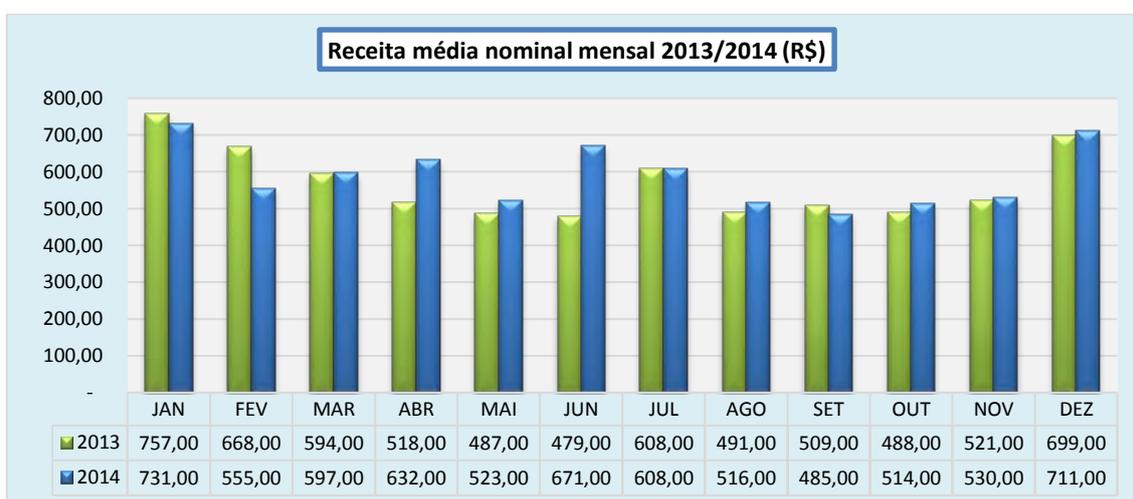
Gráfico 7. Crescimento histórico da taxa de ocupação dos resorts brasileiros.



Fonte: pesquisa direta Antonio Carlos Bonfato/Centro Universitário Senac e Resorts Brasil.

“A receita média cresceu satisfatórios 16,6%. Após aplicado o fator indexador do mês de junho 2014, o IPCA-15, constatou-se um crescimento real de 10,9% e o crescimento real da receita média foi 10,9% maior que em 2013” (Associação Brasileira de Resorts, 2014). Verifica-se melhor desempenho em abril, maio e junho – chegando a +40,1% em junho -, devido à chegada de turistas e delegações no país. O ano de 2014 apresentou grandes oscilações, mostrando resultados satisfatórios no primeiro trimestre, principalmente em abril e em junho.

Gráfico 8. Receita média mensal dos resorts brasileiros em 2014.

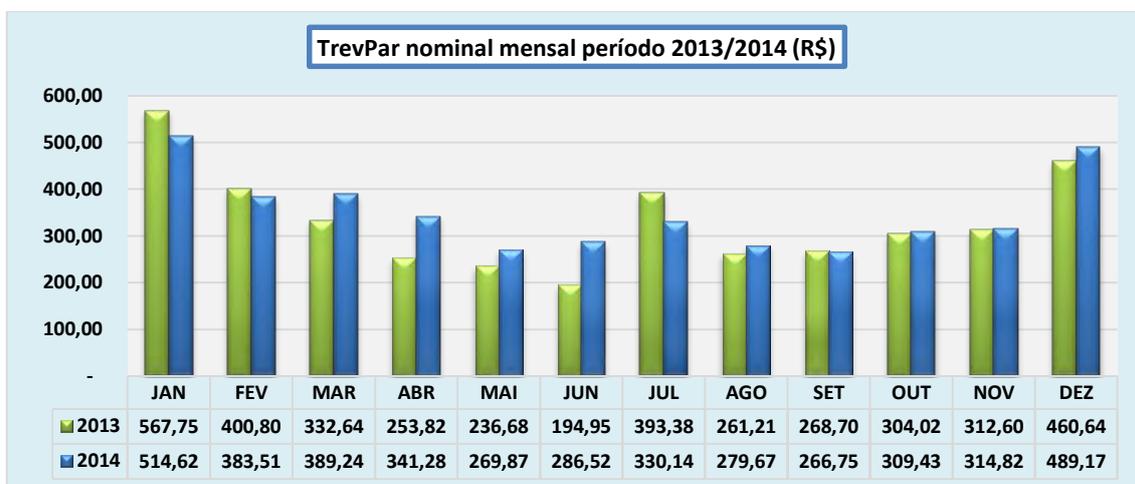


Fonte: pesquisa direta Antonio Carlos Bonfato/Centro Universitário Senac e Resorts Brasil.

O TrevPar dos resorts brasileiros cresceu 6,4% em 2014. Porém, apesar de o primeiro semestre ter apresentado ótimos resultados, principalmente a partir de março, o segundo semestre não obteve significativo aumento. Destaca-se o segundo trimestre de 2014, que obteve os melhores resultados do ano. O primeiro trimestre trata-se de compensação: o que se pode notar é o fato de que em fevereiro, com a baixa demanda, a economia de escala afetou em baixo TrevPar no mês. Entretanto, a partir de março, com alta taxa de ocupação e receita média, o TrevPar aumentou consideravelmente. O crescimento real do

mesmo foi de 27,3% comparado a 2013. Assim, o primeiro trimestre se fechou com números positivos. (*Resorts Brasil ed.anual 2013/2014*).

Gráfico 9. TrevPar mensal dos resorts brasileiros em 2014.



Fonte: pesquisa direta Antonio Carlos Bonfato/Centro Universitário Senac e Resorts Brasil.

Segundo a Associação Brasileira de Agências de Viagens Corporativas (Abracorp), a área da hotelaria brasileira teve um incremento de 1,2% no primeiro semestre de 2014. O segmento de resorts no país se destacou dentre as demais tipologias devido aos altos índices apresentados quando postos na situação econômica em que o Brasil se encontrava.

5. Tendências futuras na operação dos resorts

Acredita-se que, futuramente, as pessoas terão menos tempo para tirar férias. Assim, os resorts devem se adequar para criar pacotes de três a quatro dias, bem como proporcionar uma experiência única em curto espaço de tempo.

As oportunidades lhes deverão ser apresentadas e precificadas de acordo com um sistema de valores apropriado. Eles necessitarão perceber que o valor das atividades é maior do que o preço, ou suas expectativas não serão atendidas (MILL, 2003, p.311).

Isso porque a sociedade está sofrendo mudanças no padrão de lazer, exigindo remodelação dos resorts.

As pessoas estão: escapando das férias de forma breve, porém frequente; combinando negócios com prazer; vivendo de forma saudável; viajando com a família; engajando-se em educação, enriquecimento e entretenimento; manifestando maior sensibilidade ao meio ambiente; procurando diversificar (GORMAN apud. MILL, 2003, p.312).

Acredita-se que os resorts do futuro combinarão elementos de alta tecnologia para melhorar o fator operacional do resort, mas, por outro lado, estimulando cada vez mais **os hóspedes ao contato com a natureza e o “desligamento” com redes sociais, celular e televisão**, para escaparem de suas rotinas. Essa experiência se dará por meio de interação entre ambiente natural, história, cultura regional, arquitetura, arte, comida, hospitalidade, recreação, lazer, romance e experiências de grupos e familiares, unindo assim os aspectos físicos, espirituais e operacionais.

O que realmente distinguirá os resorts bem sucedidos do futuro será a capacidade de administrar com eficácia um capital intangível – o capital humano, a informação e o relacionamento com o cliente. Utilizarão a tecnologia para antecipar-se às necessidades e preferências de seus hóspedes (MILL, 2003). Segundo Arthur Clarck, analista de tendências, daqui a 20 anos todas as viagens serão produto de decisão pessoal. O que se conclui é que as viagens a negócio se extinguirão, devido à alta tecnologia, que facilmente substituirá as viagens por videofones, teleconferências e a realidade virtual.

Além disso, haverá maior atrativo em variedade de atividades de esporte ou lazer, tanto no inverno como no verão. Os turistas desejarão conhecer novas formas de aventura e entretenimento, levando os resorts a criarem novas modalidades para que a experiência seja ainda mais significativa. O menu de atividades se tornará quase ilimitado.

Vale ressaltar que os pacotes de férias com diferentes preços tendem a crescer, já que os hóspedes esperam ter uma experiência sem inconvenientes - ou seja, desejam ter apenas uma conta, sem adicionais surpresas durante a estadia.

Por fim, a questão ambiental será de extrema importância. Um resort é um empreendimento com alto nível de desperdício. A Agenda 21 (o plano de ação ambientalista adotado por 182 nações na Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente, no Rio de Janeiro em 1992), declarou para as indústrias de viagens e turismo: minimização de resíduos; economia de energia; gerenciamento das fontes de água doce; controle do desperdício da água; uso de substâncias perigosas; planejamento e administração do uso de terras e projetos de sustentabilidade. Portanto, cada empreendimento hoteleiro deve zelar pela sustentabilidade e ecologia, bem como incentivar os hóspedes a aderirem novas medidas.

A busca pelos “dez dias no paraíso” se torna cada vez mais intensa devido à capacidade dos resorts de acolher nervos debilitados e corações ansiosos. O setor hoteleiro tem tendência futura de ser um dos segmentos mais procurados e desejados pelos turistas (MOURA, 2006). No Brasil, o setor hoteleiro tende a crescer, já que sua participação no PIB nacional aumenta a cada ano. Além disso, a desvalorização do real garante maior atrativo para viagens nacionais e entrada de estrangeiros. Por fim, o legado da copa do mundo realizada no país gerou imagem positiva para turistas.

São muitas as vantagens de operar resorts. Os hóspedes que o frequentam têm a vontade de se sentirem relaxados, o que diminui o estresse dos mesmos e da equipe. Comumente, estão instalados em meio a belíssimos cenários naturais, o que também favorece para uma melhoria na qualidade de vida para os funcionários, inspirando-os à cortesia, bom humor e hospitalidade mútua e com os clientes. Os hóspedes que retornam os tratam como amigos. Todos esses pontos contribuem para uma atmosfera leve e positiva, o que realmente se percebe em resorts bem estabelecidos.

6. Conclusão

O mercado de consumo dos resorts brasileiros possui características próprias que o distingue de outros destinos. O processo evolutivo desse meio de hospedagem passou por variadas fases, onde a concorrência sempre gerou barreiras bastante difíceis de serem superadas. Após um período inicial, a evolução dos processos administrativos e de planejamento se fez necessária. O surgimento da Associação Brasileira de Resorts – Resorts Brasil é resultante dessa demanda mercadológica. Após o primeiro momento, onde a questão principal se pautou na organização da área, a Resorts Brasil recorreu a instituições de ensino e pesquisa, a fim de gerar informações de modo a contribuir para a construção de ferramentas que contribuam para a melhoria da gestão cotidiana dos resorts. Resultante desse processo foi o informativo denominado Resorts Brasil em

Perspectiva, editado com periodicidade bimestral, e que gera dados gerais do mercado de resorts, como taxa de ocupação, receita média e *TrevPar*. Após a consolidação do informativo – instrumento resultante dessa política inicial, um novo passo se fez necessário. Com a profissionalização da gestão dos resorts, e a divulgação de resultados globais, o informativo não gerava dados à suficiência para suprir as necessidades mais imediatas que eram inerentes aos diferentes subsegmentos de resorts. Assim houve a necessidade do aumento do espectro das análises geradas pelas Associação/Instituição de Ensino para além dos dados globalizados. A partir dessas demandas, fez-se necessária a criação de subsegmentos que gerassem informações mais específicas, precisas, e inerentes a cada uma dessas tipologias. Assim, a classificação desses subsegmentos seguiu dois critérios principais: a) a partir da segmentação geográfica, classificando-os entre praia e campo e b) por tipo de pensão praticada, entre all inclusive e outros tipos de pensão. Após a geração dos primeiros dados faz-se possível perceber diferenças sazonais significativas no comportamento mercadológico de cada segmento através dos anos. No atual momento a intenção é utilizar-se dos dados históricos gerados por cada um desses segmentos e estabelecer analogias temporais, a fim de se construir um arcabouço de informações que sejam úteis para o planejamento de atuação mercadológica para os próximos anos. A detecção de tendências e sua análise é uma condição sine qua non, para que os dados levantados nas pesquisas exaustivas contribuam, de uma maneira ou outra, para o aperfeiçoamento do processo de gestão cotidiana dos resorts brasileiros. No que tange aos resultados dos dados colhidos, percebe-se que o mercado brasileiro de resorts possui características próprias, tais como a forte participação da área de eventos corporativos no mix de segmentos que afluem a esse tipo de empreendimento. Em suma, constatou-se que o mercado de resorts no Brasil tem grande potencial de geração de emprego e riquezas, notadamente na região Nordeste. O universo a ser explorado ainda é amplo. Embora existam fatores críticos como a instabilidade da economia brasileira e a pouca infraestrutura de transporte disponibilizada ao visitante, o aperfeiçoamento dos processos de gestão pode potencializar a efetivação da vocação.

No que tange aos resultados de 2014, a realização da Copa do Mundo FIFA gerou bons resultados notadamente no primeiro semestre do ano. Os valores obtidos foram alavancados também pelo setor de eventos corporativos, devido ao fato das empresas terem antecipado sua realização para o primeiro semestre do ano. Os bons valores do primeiro semestre não se repetiram no segundo, mas mesmo assim o resultado do ano trouxe a maior ocupação histórica dos resorts: 58,7% de ocupação geral. A melhoria contínua dos dados de desempenho de ocupação e de receitas mostra que o setor cresce de maneira consistente e necessita do constante aperfeiçoamento dos mecanismos de geração de informação aos empreendedores. Assim, a associação entre a entidade representativa da área e as instituições de ensino superior tende a se consolidar através dos anos.

Referências

BSH International (2013) *Resorts no Brasil* – BSH São Paulo.

DENCKER, Ada F. M.; BUENO, Marielys (orgs.). **Hospitalidade: Cenários e Oportunidades**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

Entrevista com Ricardo Domingues, diretor executivo da Resorts Brasil.

FOHB - Fórum das Operadoras de Hotéis do Brasil (2013) *InFOHB 2013*.

FOHB - Fórum das Operadoras de Hotéis do Brasil (2014) *Hotelaria em Números*.

GEE, Chuck Y.. **Resort Development and Management**. Eua: Educational Institute Of The American Hotel&motel; Association, 1988.

GIL , Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 4^a ed., 2008.

Jones Lang LaSalle Hotels (2012) *Resorts em números*.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo:Atlas, 4^a Ed., 2001

Mapie (2013) *Comportamento do Consumidor*.

MILL, Robert Christie. **Resorts: Administração e Operação**. EUA: Bookman, 2003.

MTUR. **Classificação dos Meios de Hospedagem**. Disponível em: <<http://www.classificacao.turismo.gov.br/MTUR-classificacao/mtur-site/Entenda?tipo=2>>. Acesso em: 15 jan. 2015

Resorts Brasil (2013, 2014) *Resorts Brasil–Em perspectiva* (edições 15, 16, 17 e 18).

Rosa, S. E. S. & Tavares, M. M. (2002) **A recente expansão dos resorts no Brasil**. BNDES Setorial, 16(s/a) 85-104.

WALKER, John R.. **Introdução à Hospitalidade**. Eua: Manole, 2002.

Recebido em 6/10/2015 e Aceito em 10/03/2016.

Programa de apoio à competitividade dos arranjos produtivos locais em Minas Gerais: estudo aplicado ao setor de biotecnologia

Program to Support Competitiveness of Local Productive Arrangements in Minas Gerais: study applied to the biotechnology sector

Frederico Pessoa, Stephany Marques, Profa. Dra. Simone Cristina Dufloth
Centro Universitário UNA
Bacharelado em Administração e Engenharia de Produção
{frederico1734@hotmail.com, stephanylbmarques@gmail.com, sduf@uol.com.br}

Resumo. O artigo estuda o Programa de Apoio à Competitividade dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) em Minas Gerais com o foco no polo de biotecnologia. A partir de uma pesquisa documental e bibliográfica, o texto recupera informações e conceitos sobre arranjos produtivos locais, programas de incentivo, bem como, desenvolve uma reflexão sobre a área de biotecnologia, sua importância e seu fortalecimento. O trabalho conclui que o setor de biotecnologia configura-se como de grande importância para o desenvolvimento da saúde humana, animal e ambiental, e que os APL's podem potencializar os resultados das empresas participantes, com a difusão de conhecimento especializado. Nesse contexto os programas de apoio aos APL's são de grande importância para o fortalecimento de ações de inovação e desenvolvimento local.

Palavras-chave: arranjos produtivos locais, programa de apoio à competitividade, biotecnologia.

ABSTRACT. *This article studies the Support Programme for Competitiveness Local Clusters of Minas Gerais with the focus on biotechnology. From a documentary and bibliographic research, this text retrieves information and concepts about local clusters, incentive programs of local clusters, and develops a reflection on biotechnology, its importance and its strengthening. The paper concludes that the biotechnology industry appears as of great importance to the development of human, animal and environmental, and that local clusters can enhance the results of the participating companies, with the diffusion of expertise. In this context the local clusters are of great importance to the strengthening of innovative actions and local development.*

Keywords: local clusters, support programme for competitiveness, biotechnology.

**Iniciação - Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística
Edição Temática em Gestão, Internacionalização e Desenvolvimento**

Vol. 5 no 5 – Março de 2016, São Paulo: Centro Universitário Senac
ISSN 2179-474X

Portal da revista: <http://www1.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistainiciacao/>
E-mail: revistaic@sp.senac.br

Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-Não Comercial-SemDerivações 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/) 

1. Introdução

Hoje em dia, as pequenas e médias empresas têm cooperado cada vez mais para o desenvolvimento econômico do país não deixando toda essa responsabilidade apenas para as grandes empresas. Diferentes arranjos produtivos locais (APLs) têm contribuído para esse fim, podendo influenciar diversos indicadores de desenvolvimento econômico e social.

Para impulsionar o crescimento da economia local, com a atuação de pequenas e médias empresas, são necessários diferenciais de competitividade que garantam sua sustentabilidade e potencializem sua atuação em um mercado aguerrido de empresas de diferentes portes e características. Para isso, a cooperação entre empresas de pequeno e médio porte dentro de arranjos produtivos parece propiciar melhores condições de competitividade face às grandes organizações e ao mercado globalizado.

Os arranjos produtivos locais ao desenvolverem linhas de produção, cooperação e aprendizagem semelhantes, enfatizam a importância das inovações locais que promovem o desenvolvimento de um determinado setor de forma a criar diferenciais competitivos entre as organizações envolvidas, fazendo com que as mesmas criem estratégias de sobrevivência no mundo de negócios.

Uma aglomeração industrial também se destaca ao propiciar a população oportunidades de emprego e renda. No caso do polo de biotecnologia na região metropolitana de Belo Horizonte, o sistema de APL desenvolve estratégias de organização que são baseadas em premissas instituídas por grupos empresariais consolidados dentro e fora do estado de Minas Gerais.

No Brasil, diferentes são os tipos de APLs que buscam as inter-relações entre os âmbitos: social, político e econômico. Em Minas Gerais, por exemplo, esses APLs são divididos em sete setores. Dentre os sete, tem-se o APL de biotecnologia que atua nos segmentos de saúde humana, animal, meio ambiente e agronegócio.

Nesse contexto, esse presente artigo tem por objetivo estudar o Programa de Apoio à Competitividade dos APLs em Minas Gerais com o foco no polo de biotecnologia.

2. Metodologia

Para o cumprimento da presente proposta de pesquisa prevê-se uma metodologia de pesquisa documental e bibliográfica.

Com base nessa metodologia, pretende-se construir uma revisão teórico-conceitual acerca de arranjos produtivos locais e os principais programas de incentivo governamentais voltados ao desenvolvimento local, com olhar especial ao setor de biotecnologia. O estudo recupera informações e conceitos sobre arranjos produtivos locais, programas de incentivo aos APL's, bem como, desenvolve uma reflexão sobre a área de biotecnologia, sua importância e seu fortalecimento pelos arranjos produtivos locais.

3. Arranjos Produtivos Locais: principais conceitos e características

Um dos principais fatores que movem uma organização é o seu potencial tecnológico. De um modo geral, antes do surgimento dos APLs, não havia um direcionamento específico para questões que visassem reunir conhecimentos a cerca de questões das economias regionais, e conseqüentemente, criassem polos de conhecimento estimulassem o compartilhamento de informações.

Arranjos Produtivos Locais (APLs) podem ser entendidos como grupos de micro, pequenas e médias empresas, localizadas em determinado espaço geográfico, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. (AMBIOTEC, 2013)

De acordo com Lastres e Cassiolato (2003, p. 3)

Arranjos produtivos locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas - que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas - que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros - e suas variadas **formas de representação e associação**. Incluem também diversas outras organizações públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento.

Tratam-se de empresas concorrentes entre si, mas que compartilham conhecimento mutuamente – ou seja, elas se ajudam, porém, sem eliminar a concorrência. Em sua maioria, são empresas de médio porte, embora o processo também ocorra com micro e pequenas empresas. Esse tipo de iniciativa conta com grande apoio das universidades que, por fim, oferecem estímulo para a inovação.

Segundo Lastres (2007), o conceito de APLs, no Brasil, foi criado e desenvolvido pela RedeSist em finais da década de 1990. A partir de 1999, estudos relacionados ao tema e políticas de incentivo foram desenvolvidos. No âmbito do então Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), foram identificados APLs apoiados projetos de cooperação entre institutos de pesquisa e empresas visando aprimorar produtos e processos.

De acordo com Matos (2015), a partir da primeira década do século XXI foram lançados no Brasil os primeiros programas e políticas públicas voltados para a inovação e ações articuladas de incentivo ao desenvolvimento tecnológico, industrial impulsores da economia local e regional. Destacam-se nessas iniciativas a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE, lançada em outubro de 2003, o Plano de Ação Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional (PACTI, 2007-2010), o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) (2007) e PAC2 (2011), a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), lançada em maio de 2008, o Plano Brasil Maior introduzido em 2011, em substituição à PDP, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), dentre outras. No conjunto dessas políticas de desenvolvimento produtivo, os arranjos produtivos locais assumiram um papel auxiliar a diversas iniciativas com foco em diferentes indústrias ou sistemas produtivos.

Lastres (2007) destaca, pois, a partir dos anos 2000 foram incluídos pela primeira vez os arranjos produtivos locais no Plano Plurianual de governo (PPA 2000-2003), de responsabilidade do então MCT. Nesse período várias pesquisas acadêmicas de teóricas e empíricas foram apoiadas. O MCT através de suas agências, o Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Financiadora de estudos e Projetos (Finep) financiaram as primeiras pesquisas sobre arranjos produtivos locais. Essas iniciativas muito contribuíram para o desenvolvimento do conceito de arranjos produtivos locais no país, sua difusão e utilização em iniciativas de políticas de desenvolvimento.

Atualmente o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) trabalha diretamente na política nacional de pesquisa científica, tecnológica e inovação, bem como na política nacional de biossegurança, dentre outras ações e competências. (BRASIL, 2015a)

Segundo Tatsch et. al (2015), a partir de 2003, o Ministério da Integração Nacional (MI) – por meio da Secretaria de Programas Regionais – também estabeleceu sua atuação relacionada aos Arranjos Produtivos Locais. Como parte da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), a estruturação de APLs evidenciava-se como uma estratégia central para o desenvolvimento regional. O MI atuou, então, por meio de programas regionais para estimular a criação ou o fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais que possam ampliar oportunidade de trabalho e gerar renda.

Com resultados dos estudos desenvolvidos nesse período evidenciaram-se, dentro do contexto dos Arranjos Produtivos Locais diferentes conjuntos de atores econômicos, políticos e sociais e suas interações, incluindo:

empresas produtoras de bens e serviços finais e fornecedoras de matérias-primas, equipamentos e outros insumos; distribuidoras e comercializadoras; trabalhadores e consumidores; organizações voltadas à formação e treinamento de recursos humanos, informação, pesquisa, desenvolvimento e engenharia; apoio, regulação e financiamento; cooperativas, associações, sindicatos e demais órgãos de representação. (MATOS, 2015, p. 24)

A grande diversificação de configurações retratou um cenário bastante diferenciado para os arranjos produtivos locais, peculiares no que se refere às características das organizações que os integram. Esse contexto complexo, segundo Matos, (2015) reflete as especificidades para a assimilação e o uso de conhecimentos e capacitações nos diferentes arranjos produtivos locais, o que resulta em demandas específicas para políticas de incentivo.

Segundo Matos (2015, p. 40),

a convergência dos programas de política social e de desenvolvimento regional se identifica na busca de se mobilizar as potencialidades existentes nos diversos territórios, buscando meios de se fomentar atividades produtivas sustentadas. A própria dimensão da economia solidária, o pequeno tamanho da maioria dos empreendimentos e a necessidade de se somar forças em torno de iniciativas advogam a favor de uma perspectiva sistêmica de Arranjos Produtivos Locais.

Assim, o mesmo autor destaca que

De fato, a base do dinamismo e da competitividade das empresas não se restringe: (i) a uma única empresa ou a um único setor, estando fortemente associada a atividades e capacidades existentes ao longo da cadeia de produção e comercialização, além de envolver uma série de atividades e organizações responsáveis pela assimilação, uso e disseminação de conhecimentos e capacitações; (ii) apenas aos atores econômicos e às cadeias e complexos produtivos, mas reflete também as particularidades dos demais atores sociais e políticos, assim como dos ambientes onde se inserem. Assim, o foco em sistemas produtivos locais permite auxiliar na superação de problemas tratados por abordagens tradicionais que se mostram crescentemente insuficientes e até inadequadas. Para melhor entender a dinâmica de um determinado sistema produtivo – e dar sugestões de como promovê-lo – mostra-se necessário conhecer em profundidade as

especificidades do mesmo e também seu peso e papel dentro das cadeias, dos complexos e de setores em que se inserem, assim como das economias regionais e internacionais. (MATOS, 2015, p.24)

Contudo, Matos (2015, p. 25) defende que “o enfoque em arranjos produtivos e inovativos locais é mais avançado e vai além de tradicionais visões baseadas em organizações individuais, setores, aglomerações, cadeias e complexos produtivos”.

Segundo o autor, essa constatação se justifica pelos seguintes motivos:

- Focaliza conjuntos de diferentes atores e atividades nos setores primário, secundário e terciário.
- Focaliza as inter-relações entre diferentes atores, setores, dimensões e atividades.
- Cobre o espaço, onde ocorre o aprendizado, são criadas as capacitações produtivas e inovativas e fluem os conhecimentos e particularmente aqueles tácitos.
- Permite estabelecer uma ponte entre o território e as atividades econômicas, as quais também não se restringem aos cortes clássicos espaciais como os níveis municipais e de microrregião.
- Incorpora e aprimora as abordagens em organizações individuais, setores e aglomerações, cadeias e complexos produtivos.
- Representa o nível em que as políticas de promoção do aprendizado e criação de capacitações produtivas e inovativas podem ser mais efetivas. (MATOS, 2015, p. 25)

Para Matos (2015), as forças indutoras de transformação que influenciam a evolução de APLs podem ser divididas em três grupos:

O primeiro grupo diz respeito aos aspectos diretamente ligados às estratégias e condutas dos agentes individuais e suas interações, sejam estas empresas perseguindo estratégias produtivas e inovativas (empresas no escopo das atividades produtivas principais, fornecedores, prestadores de serviços, distribuidores etc.), organizações de ensino e pesquisa ou usuários/beneficiários das atividades produtivas. O segundo grupo estaria relacionado ao conjunto de políticas públicas e privadas direcionado ao APLs, as quais se encontram alinhadas, em maior ou menor grau, com as diretrizes da política para APLs nas esferas estadual e federal. O terceiro grupo de vetores de transformação diz respeito ao contexto amplo – a economia, a política e o quadro institucional nacional e internacional – no qual se inserem os APLs. Este contexto, associado à esfera nacional e internacional, estabelece, por assim dizer, o pano de fundo que condiciona, limita ou favorece aqueles vetores de transformação que são específicos a cada arranjo e à política para os APLs. Enquanto que as políticas para os APLs exercem um papel central, dimensões mais amplas relacionadas ao cenário econômico e ao quadro institucional na esfera nacional e internacional também determinaram e influenciaram a evolução dos APLs ao longo da década de 2000. (p. 26)

Para Matos (2015), os programas e políticas públicas direcionados aos arranjos produtivos locais contribuem tanto para o avanço tecnológico e ganhos de competitividade em escala regional e/ou nacional, quanto para a inclusão social e geração de renda a partir do aproveitamento de potencialidades locais.

Mytelka e Farinelli (2000) classifica os APLs em informais, organizados e inovativos. Os APLs informais se caracterizam pelo baixo nível tecnológico e a pouca qualificação

gerencial dos administradores. A mão de obra é pouco qualificada e sem capacitação. Há poucas barreiras à entrada, o que gera um número elevado de pequenas e médias empresas, dificultando a interação entre elas. Já os APLs organizados possuem uma mão de obra qualificada e constantemente em treinamento. O nível tecnológico tem uma trajetória ascendente. Há um elevado nível de coordenação entre as empresas, o que facilita a interrelação entre elas. Seu principal problema é criar capacidade geradora de inovação. Por fim, **APL's inovativos apresentam grande capacidade inovativa, com mão de obra altamente qualificada e com grande capacidade de cooperação e inovação.**

Apesar de ainda existirem muitos APL's informais, estudos de levantamento e identificação de Arranjos já trazem informações importantes. De acordo com dados disponibilizados pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (BRASIL, 2015) no Observatório Brasileiro dos Arranjos Produtivos Locais, atualmente existem 752 APLs espalhados pelo Brasil conforme a Tabela 01, a seguir:

Tabela 01. APLs pelo Brasil e APL de Biotecnologia por estado.

APL POR ESTADO		APL EM BIOTECNOLOGIA
MINAS GERAIS	65	3
RIO DE JANEIRO	34	1
SÃO PAULO	72	1
RIO GRANDE DO SUL	30	0
RIO GRANDE DO NORTE	49	0
ESPIRITO SANTO	20	0
SANTA CATARINA	25	0
PARANÁ	34	0
MATO GROSSO DO SUL	33	0
GOIAS	49	0
DISTRITO FEDERAL	12	0
BAHIA	22	0
SERGIPE	17	0
ALAGOAS	22	0
PERNAMBUCO	17	0
PARAÍBA	25	0
CEARA	32	0
PIAUI	38	0
MARANHÃO	13	0
TOCANTINS	22	0
MATO GROSSO	17	0
RONDONIA	18	0
PARÁ	31	1
AMAPÁ	15	0
RORAIMA	9	0
AMAZONAS	17	0
ACRE	14	0
TOTAL de APLs NO BRASIL	752	6

Fonte: BRASIL, (2015b).

Na Tabela 01 verifica-se o pequeno número de APL's em Biotecnologia no Brasil identificados pelo Observatório Brasileiro de APL. Minas Gerais destaca-se com o número

de três arranjos produtivos locais desse segmento. São eles o APL de Biotecnologia da Região Metropolitana de Belo Horizonte; o APL Saúde Animal do Triângulo Mineiro e o APL Tecnologia de Alimentos da Zona da Mata.

O APL de Biotecnologia da RMBH atua nos segmentos de saúde humana, saúde animal, meio-ambiente e agronegócios é constituído por 10 municípios da RMBH. A cidade polo é Belo Horizonte e os demais municípios participantes são: Itabira, Sabará, Santa Luzia, São José da Lapa, Sete Lagoas, Ribeirão das Neves, Vespasiano, Betim, Esmeraldas, Lagoa Santa, Contagem e Varginha. (BRASIL, 2015b)

O APL Saúde Animal do Triângulo Mineiro integra os municípios de Patos de Minas, Patrocínio, Araguari, Uberlândia e Uberaba, que é a cidade polo. Já o APL Tecnologia de Alimentos da Zona da Mata tem como cidade polo Viçosa e envolve mais outros 13 municípios: Cajuri, Coimbra, Ervália, Canaã, Teixeiras, Pedra do Anta, Piranga, Porto Firme, Presidente Bernardes, São Miguel do Anta, Senhora de Oliveira, Araçuaia e Paula Cândido. (BRASIL, 2015b)

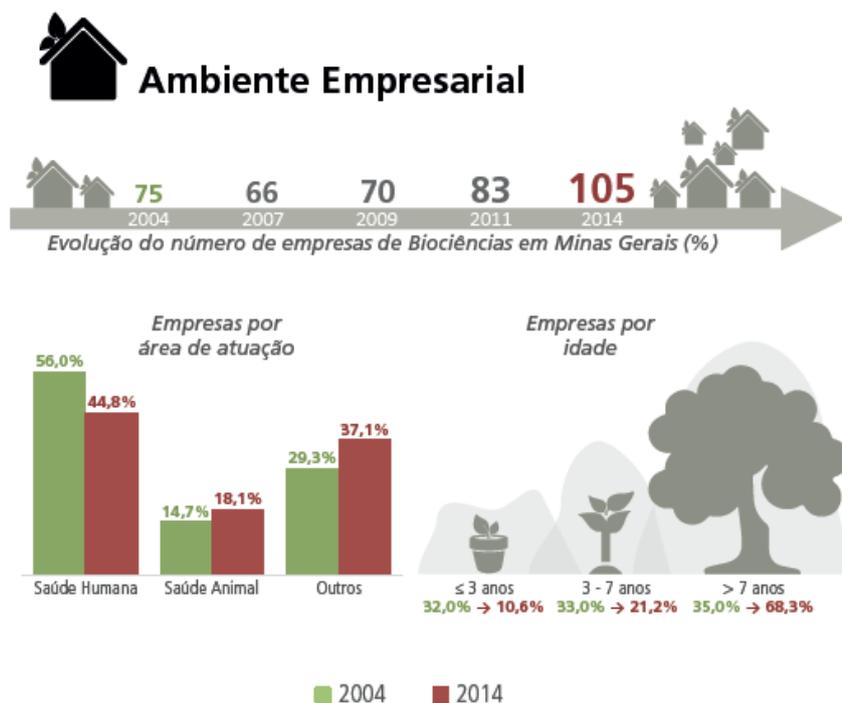
Os dados verificados na Tabela 01 podem ainda indicar um cenário parcial de APL's, uma vez que a identificação e o reconhecimento de polos de empresas enquanto arranjos produtivos locais ainda não se encontram consolidados.

Segundo Gomes, et al (2013) anteriormente, foram reconhecidos pelo Núcleo Estadual de APLs em Minas Gerais 37 APLs no estado de Minas Gerais. Gomes, et. al. (2013) ressaltam que em 2011, devido a uma reestruturação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (SEDE) do qual o referido Núcleo faz parte, os assuntos que diziam respeito aos APLs, foram incluídos na Superintendência de Arranjos Produtivos Locais, com o intuito de desenvolver políticas, incentivar organização e mobilização dos arranjos identificados e demais aglomerados produtivos. Ainda segundo o autor, em 2012, essa Superintendência teve suas ações redesenhadas de forma que houvesse uma maior interação entre a política e as necessidades de cada aglomerado produtivo.

Hoje, a Superintendência, atualmente denominada Superintendência de Apoio à Competitividade e ao Empreendedorismo, desenvolve projetos e programas que visam, dentre outras atribuições, o fornecimento de estudos e informações aos arranjos produtivos e às empresas para prospecção de novos mercados, ampliação das vendas e dos canais de comercialização e o fortalecimento da governança entre as empresas componentes de arranjos produtivos reforçando os laços de cooperação e colaboração entre elas. (MINAS GERAIS, 2015)

Segundo Martins e Pinheiro (2014), entre 2004 e 2014, no estado de Minas Gerais, houve um incremento do setor de Biotecnologia com a ampliação de empresas que resultaram de programas de incentivos.

Figura 01. Destaca a evolução ocorrida nesse período, de acordo com Martins e Pinheiro (2014).



Fonte: Martins e Pinheiro (2014, p.7).

Como destacam Martins e Pinheiro (2014), a evolução ao longo dos últimos anos referente a instituição de Polos e Parques Tecnológicos teve por objetivo prover, entre outros fatores, infraestrutura e capital humano adequados à realização de atividades inovadoras. Hoje, existem no estado 03 Polos e 03 Parques em operação na área de Biotecnologia. Do mesmo modo Arranjos Produtivos Locais (APLs), cujo crescimento no período está relacionado à provável consequência da incorporação da atuação do poder público nas definições relacionadas aos APLs.

4. Políticas de Incentivo aos APLs: evolução histórica e características.

A criação de diferentes políticas de incentivo vem sendo utilizadas como suporte para pequenas e médias empresas, além, do desenvolvimento regional.

De acordo com Costa (2010), as transformações sistemáticas ocorreram no final do século XX que incidiram diretamente na economia brasileira, resultando em um país que estava vivendo um momento de grande interesse em pequenas e médias empresas. Na década de 1990, através de estudos e constatações, a usabilidade de políticas públicas que buscavam consolidar as aglomerações de pequenas e médias empresas em outros países, que apresentavam como resultados um alto índice de competitividade entre as empresas participantes, fez com que o governo brasileiro se atentasse a esse novo modelo de economia.

A partir desse espelho, na mesma década, surgiu o termo "Arranjos Produtivos Locais" (APLs), como um método de abrigar os diversos fenômenos decorrentes da união dessas

empresas que possuíssem aspectos em comum, no intuito de tornar-se instrumento de política econômica. Com o passar do tempo, essa nomenclatura tornou-se cada vez mais usual e se consolidando em um termo construído historicamente por meio de união de empresas, ou produtores que relacionavam entre si interagindo em um espaço local definido propenso a desenvolver bens e serviços. Portanto, suas atividades possuem um grande poder de articulação através de uma coerência socioeconômica que faz de suas ferramentas as economias vizinhas, estratégias de cooperação-competição, aspectos socioculturais regionais, os recursos locais, além do capital social, dentre outras (COSTA, 2010).

Por meio dessas características é inevitável que o ambiente torne-se competitivo, pois, aqueles que integram essa estratégia de economia, são alocados em diferentes hierarquias, o que gera um processo produtivo eficiente, que estimula as competências específicas da cadeia produtiva e, que acaba chamando a atenção de empresas correlacionadas ao contexto de economia resultando na concentração de uma mão de obra especializada.

Segundo Barroso e Soares (2009), o governo tem-se atentado para os níveis de desemprego atrelados ao número em de habitantes nas grandes cidades, chegando a conclusão de que, os APLs é uma maneira de valorização regional a qual venha possibilitar empregabilidade para as comunidades, desafogando assim, as grandes metrópoles. Portanto, o governo tem buscado investir em estratégias que visem contribuir no desenvolvimento dos APLs.

O Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e o Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada (IPEA) buscaram analisar esses arranjos dividindo-os em setores como, primário, secundário e terciário. Por conseguinte, a essas divisões, é que se pretendeu analisar geograficamente o desenvolvimento dos APLs criando diferentes políticas públicas direcionadas a cada região. Atualmente, além do MDIC e do IPEA, outras instituições federais se destacam por também apoiarem os APLs, como o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e também o Ministério da Integração Nacional (MI).

As ações direcionadas ao fortalecimento dos arranjos produtivos locais ganharam envergadura em 2004 com a instalação do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais – GTP-APL, em uma Secretaria Técnica, lotada na estrutura organizacional do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O GTP-APL foi criado com o objetivo de adotar uma metodologia de apoio integrado a arranjos produtivos locais, com base na articulação de ações governamentais e fomentou e apoiou a criação de núcleos estaduais de apoio a APLs. (Matos et. al., 2015)

Segundo Lemos, Albagli e Szapiro (2004) as principais ações desenvolvidas pelo GTP-APL relacionaram-se ao estabelecimento de conceitos, tipologias e critérios para enquadramento de arranjos, além da identificação de APLs no país e do mapeamento de das ações.

O GTP-APL e os núcleos estaduais buscaram integrar iniciativas com foco em APLs. “A partir do diálogo e do estabelecimento de acordos entre o governo federal, os estados e os municípios estabeleceram-se as bases para a construção de uma política nacional de Arranjos Produtivos Locais” (MATOS et. al, 2015, p.41).

O principal objetivo do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP-APL), criado em 2004, e também do Grupo Interministerial de APL (GI) foi a troca de informações entre as ações existentes dentro dos APLs tornando-se um canal de

comunicação e eficiência entre o governo federal, os governos estaduais e municipais dando ciência da existência de políticas públicas que viesse beneficiar os arranjos (FILHO E PAULA, 2008).

4.1. Programa de Apoio à Competitividade dos APL's

O Programa de Apoio à Competitividade dos APLs em Minas Gerais configurou-se com objetivo principal de aumentar a produtividade e a competitividade das empresas e produtores rurais que fazem parte dos seguintes APLs: a) Biotecnologia na Região Metropolitana de Belo Horizonte; b) Calçados em Nova Serrana; c) Calçados e Bolsas na Região Metropolitana de Belo Horizonte; d) Eletroeletrônico em Santa Rita do Sapucaí; e) Fruticultura na região do Jaíba; f) Fundação em Divinópolis, Itaúna e Cláudio; e, g) Móveis em Ubá.

Esse programa envolveu diversos atores tais como a FIEMG (Instituto Euvaldo Lodi- IEL), o Sebrae-MG (Departamento de Atendimento Coletivo Industrial e Departamento de Políticas Públicas e Articulação Institucional) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Ele buscou incitar a competitividade baseando em diagnósticos de segmentos econômicos.

Conforme a estrutura do Programa, o Governo de Minas Gerais, o IEL/ FIEMG e o Sebrae-MG compõem o que o BID denomina de Conselho Diretivo do Programa, que responde pelas estratégias e é assessorada por um Comitê de Nível Executivo. Há ainda a Unidade Controladora do Programa (UCP), representada pela Superintendência de APLs da SEDE e a Unidade Gestora do Programa (UGP) representada pela IEL/FIEMG. Os executores do programa contam com o apoio técnico e administrativo das Entidades de Governança Local (EGL), que são sindicatos ou associações representativas do setor de cada APL, na realização das ações dos Planos de Melhoria da Competitividade. Este apoio visa facilitar a execução das atividades do APL, assegurar a boa governança, compromisso e liderança do Programa a nível local e empresarial, ademais deve atuar em sintonia com os Comitês Gestores, que funcionam como fóruns representativos dos parceiros e da liderança local (GOMES, 2013).

Portanto, para dar suporte aos APLs, o programa, que já estava em construção em 2011, pretendia trabalhar com seis estratégias:

- Capacitação e assessoria empresarial;
- Tecnologia industrial básica e inovação tecnológica e organizacional;
- Meio ambiente e desenvolvimento social;
- Logística;
- Comercialização, prospecção de mercado e exportações;
- Organização do APL.

Os projetos, após serem submetidos à Superintendência de APLs da Sede são analisados, podendo ser aceitos ou não, pois, são submetidos a alguns critérios de avaliação como a identificação do grupo de empresas envolvidas no projeto; o número de beneficiários, o volume de empregos diretos e indiretos gerados; e, a relevância e participação do setor no PIB do município. Após essa análise, é preciso de uma análise do orçamento a qual irá averiguar se há recursos. Havendo recursos financeiros, o projeto vai para a execução (GOMES, et al.,2013).

Em 2003, o governo criou projetos estruturadores como o "Empresa Mineira Competitiva", atualmente chamado de "Descomplicar" por meio da Secretaria de Desenvolvimento

Econômico (SEDE), e em parceria com a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG). Seu principal objetivo era ampliar a competitividade das pequenas e médias empresas do estado. Em se tratando de uma iniciativa de inovação aberta, o projeto criou um site do Programa Facilita Minas, para obter mais informações sobre as demandas dos empreendedores mineiros. A partir desse meio de informação, foi possível constatar que era preciso criar métodos que simplificassem o processo de abertura de empresas. Para isso, foi criada uma solução que propiciasse em até oito dias a abertura de empresas, a contar da data de entrega da documentação. Contudo, com o apoio da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG), foi implantado a primeira unidade do "Minas Fácil" em Belo Horizonte nos anos de 2005 e 2006, além de outras unidades no interior de Minas Gerais (GOMES, et al., 2013).

5. Desenvolvimento Tecnológico em Biotecnologia no Brasil: evolução histórica

Um elemento propulsor para a implementação da biotecnologia no Brasil foi o setor público (SOUZA, 2001), cuja contribuição abrange desde os seus investimentos nas universidades públicas que atuam na formação de recursos humanos (SILVEIRA, 2004). Owen-Smith (2007) afirma que aumentaram mais de 850% as patentes atribuídas à pesquisa universitária a partir da década de 1980.

A biotecnologia apresenta, pois, uma gama extensa de produtos, porém, não é considerado um setor ou uma indústria específica. Quanto ao conceito na íntegra, existe uma complicação, pois, são diversas definições utilizadas para esse termo. A Fundação Biomina, considera a biotecnologia como um ramo da ciência que trata de um conjunto de tecnologias "habilitadoras" que utilizam moléculas e células biológicas para a produção ou aperfeiçoamento de bens e serviços (BIOMINAS, 2001). E que influencia a organização dos setores em nível mundial (BONACELLI 1992).

Segundo a Ambiotec o setor de biotecnologia inclui a aplicação dos conhecimentos e técnicas biológicas relativas a processos moleculares, celulares e genéticos visando o desenvolvimento de produtos e serviços (AMBIOTEC, 2014).

Detalhando esses processos, Godefroid (2012) diz que os conhecimentos utilizados são originários da genética, da microbiologia, da biologia celular e molecular, dentre outras ciências. E que tem a finalidade de ampliar a compreensão sobre o organismo estudado. E modificá-lo tornando útil para várias áreas.

De acordo com o Artigo 2 da Convenção sobre Diversidade Biológica, "Biotecnologia significa qualquer aplicação tecnológica que utilize sistemas biológicos, organismos vivos, ou seus derivados, para fabricar ou modificar produtos ou processos para utilização específica." (BRASIL, 2000, p. 8)

Baêta (2005) corrobora afirmando que a biotecnologia possibilita utilizar, alterar e otimizar organismos vivos ou suas partes, células e moléculas, definida por ela como um conjunto de tecnologias habilitadoras. Segundo essa autora a biotecnologia gera produtos, processos e serviços com aplicações socioeconômicas que perpassam vários setores industriais.

Para Brantley (1992) os esforços dos cientistas Watson, Crick e Wilkins, em 1953, para descrever a estrutura molecular dos ácidos nucleicos das células (DNA) deram origem a moderna biotecnologia, nascida nos institutos de pesquisa e universidades norte-americanas. Ainda segundo Brantley (1992), a descoberta do DNA recombinante ou

engenharia genética foi publicada vinte anos depois pelos cientistas Boyer, Chang, Cohen e Helling, que iniciou a revolução das ciências da vida ou moderna biotecnologia.

A Biotecnologia é dividida em segmentos que desenvolvem tecnologias a partir do uso de células e biomoléculas: saúde humana, saúde animal, agronegócios e meio ambiente. O segmento da saúde humana é composto por diagnósticos, fármacos, fitoterápicos, Kits Diagnósticos e reagentes para análises clínicas, vacinas e soros, identificação genética e reprodução humana. O segmento de saúde animal é composto por veterinária, reprodução animal, vacina, aquacultura, identificação genética e transgênicos. Agronegócios é composto por plantas, ornamentais e medicinais, produtos florestais, bioinseticidas, biofertilizantes, transgênicos e etc. Já o segmento de meio ambiente por sua vez, é composto por bio-remediação, tratamento de resíduos, análises, combustíveis e recuperação de Florestas.

6. Arranjos Produtivos Locais de Biotecnologia

A estratégia de desenvolvimento do Programa por intermédio de arranjos produtivos locais para a área de biotecnologia foi a de produzir e comercializar produtos e serviços inovadores em vários segmentos da biotecnologia, de forma a fortalecer o polo de biotecnologia enquanto uma referência internacional em inovação. As ações que nortearam esse setor envolveram o estímulo à difusão de conhecimentos e à capacitação, de forma a potencializar o compartilhamento de conhecimento dentro do bloco agregado bem como, a construção da imagem e do posicionamento do polo no cenário nacional e internacional.

Tendo em vista a natureza emergente da área de biotecnologia, o modelo de Arranjo Produtivo Local (APL) foi considerado um formato organizacional característico dessa ciência.

6.1 O Arranjo Produtivo Local de Biotecnologia da Região Metropolitana de Belo Horizonte

Segundo Sydow (2012) no Brasil, mais especificamente na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), Minas Gerais, o setor de biotecnologia é um polo de grande peso em desenvolvimento, já que tem ganhado forte destaque, pois atuam em segmentos como saúde humana, saúde e reprodução animal, agronegócios e, também, meio ambiente.

Segundo organizações como FIEMG, IEL e Instituto Biominas por meio de um estudo realizado em 2005, a biotecnologia se caracteriza como a aplicação de diversas tecnologias que envolvam organismos vivos, células ou moléculas para a geração de produtos e serviços, baseando-se em uma **'cadeia produtiva', reunindo empresas fornecedoras de equipamentos e insumos industriais e também empresas atuantes em áreas de sinergia e afinidade.** (SYDOW, 2012)

Os primeiros estudos que alavancaram o setor de biotecnologia no estado de Minas Gerais foram realizados por pesquisadores brasileiros da Escola de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais. O projeto, realizado em 1971, chamava-se Biobrás. Alguns anos mais tarde, em 1990, houve a criação da Biominas, sob a liderança da FIEMG, o que se tornou a primeira tentativa de apoio à criação do APL de biotecnologia na RMBH. (SYDOW, 2012)

Além disso, foi a partir de 1990 que ocorreu o maior crescimento do setor. Foram identificadas sete empresas na época, 75 empresas em 2004 e 80 empresas em 2010 sendo que, dessas 80, 55 eram alocadas na RMBH. (SYDOW, 2012)

Segundo Martins e Pinheiro (2014), nos anos 2000 surgiram os primeiros marcos para a estruturação de um APL de Biotecnologia em Minas Gerais. A iniciativa foi realizada pela FIEMG em parceria com a McKinsey. O projeto visava identificar as oportunidades de investimento e crescimento na economia mineira e assim definir um modelo de **desenvolvimento regional para o estado. O projeto foi denominado "Cresce Minas: um projeto brasileiro".**

Esse modelo baseou-se no conceito de cluster, ou seja, um conjunto de empresas e entidades que interagem em um espaço geográfico definido, gerando e capturando sinergias, com potencial para atingir crescimento competitivo contínuo superior ao de uma simples aglomeração econômica. (p.55)

Em maio de 2004, a FIEMG, por meio do Instituto Evaldo Lodi (IEL), lançou um estudo sobre o setor de Biotecnologia em Minas Gerais, provocou o desenvolvimento do projeto de estruturação do APL de Biotecnologia da RMBH. Na ocasião um segundo estudo sobre a área de Biotecnologia em Minas Gerais, desenvolvido pela Biominas - Brasil em parceria com a FIEMG e com o apoio do SEBRAE Minas. Em julho de 2004 a FIEMG lançou oficialmente o projeto de estruturação do APL de Biotecnologia da RMBH. (MARTINS E PINHEIRO, 2014)

Em 2005, um acordo entre a UFMG, o Governo de Minas Gerais e a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH) comprometeram um investimento total de R\$60 milhões; sendo R\$20 milhões da PBH, R\$20 milhões da UFMG e o mesmo valor pelo Governo de Minas Gerais para a construção de um Parque Tecnológico em Belo Horizonte (BH - TEC). (SYDOW, 2012)

Em 2006, foi publicada a lei 16.296 1/08/2006, que instituiu a política estadual de apoio aos APLs. Um Plano de Desenvolvimento do APL de Biotecnologia da RMBH foi elaborado no ano seguinte. Já em 2010, foi criada a Associação Mineira de Empresas de Biotecnologia e Ciências da Vida (AMBIOTEC), fundada no âmbito das atividades do APL da RMBH e **originada da iniciativa privada, a AMBIOTEC tem como objetivo "representar oficialmente a cadeia produtiva de saúde do estado de Minas Gerais e exercer a governança do Arranjo Produtivo Local da Região Metropolitana de Belo Horizonte."** (MARTINS E PINHEIRO, 2014, p. 57)

7. Conclusões

Ao se concluir o presente estudo, verifica-se que os incentivos governamentais nos últimos anos evidenciam preocupação em se buscar soluções que viabilizassem o desenvolvimento regional e o fortalecimento da área de biotecnologia por meio da integração dos participantes da rede. O polo de biotecnologia apresenta-se como vital na construção de soluções essenciais à saúde humana, animal e ambiental.

O desenvolvimento de pesquisas promovedoras de inovação nesse setor, impulsionadas pelos arranjos produtivos locais, mostram-se fundamentais para fortalecer e consolidar formações e conhecimentos específicos em biotecnologia, que, compartilhados, resultam na aglutinação de forças para a produção de resultados e soluções benéficos para a região e para toda a sociedade.

Os programas de incentivo governamentais têm seu papel essencial para viabilizar iniciativas e apoiar esforços em vários setores, especialmente no setor de biotecnologia, com investimentos que possibilitem a ampliar a atuação dos arranjos produtivos locais, devendo, pois, ser estudados e divulgados no intuito de se ampliar seu escopo e garantir a manutenção das ações incentivadas.

Os estímulos legais de incentivo à inovação e à pesquisa, além de fundos de investimento do desenvolvimento tecnológico, aliados a ações de diversas organizações governamentais, acadêmicas, de pesquisa e tecnologia que visem a promoção de pesquisas para inovação no setor de biotecnologia e a criação ou o fortalecimento de empresas de base tecnológica no estado de Minas Gerais são determinantes. Percebe-se que a convergência de interesses e um ambiente de cooperação mútua entre os atores envolvidos são essenciais para garantir um cenário propulsor para o segmento. Nesse contexto, o fortalecimento de políticas públicas que incentivem o desenvolvimento regional e promovam a integração entre todos os atores da cadeia, desde a pesquisa até a produção, comercialização e distribuições das soluções desenvolvidas dentro de polos tecnológicos específicos podem trazer resultados positivos.

Referências

AMBIOTEC. **Setor de Biotecnologia.** Disponível em <<http://www.ambiotec.org.br/index.php/pt/ambiotec/o-setor-de-biotecnologia.html>> Acesso em: 16 de Novembro de 2014.

AUDRETSCH, D.B. The Role of Small Firms in the U.S. Biotechnology Clusters. **Small Business Economics.** v.17, n. 1/ 2, Aug./Sep, 2001.

BAÊTA, M. C. Modelo empresarial, gestão de inovação e investimentos de venture capital em empresas de biotecnologia no Brasil. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 9, n. 1, 2005.

BARROSO, J. A. SOARES, A. A. C. O impacto das políticas públicas no desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais: o caso do APL de ovinocaprinocultura em Quixadá, Ceará. **Revista de Administração Pública.** Vol. 43. n°. 6. Rio de Janeiro, nov/dez. 2009.

BIOMINAS, (2001). Parque Nacional de Empresas de Biotecnologia. Mimeo, **BIOMINAS**, Belo Horizonte;

BONACELLI, M. B. M. (1992). **Desenvolvimento da Biotecnologia Vegetal no Brasil.** Dissertação para obtenção do título de mestre. UNICAMP/IG;

BRANTLEY, P. Competitive cooperation in biotechnology: learning through network? In: NOHRIA, N.; ECCLES, R. **Networks and organizations: structure, form and action.** Boston: Harvard Business Press, 1992. p. 366-94.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – MCTI. **Ações e Programas.** Brasília, 2015a. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/105.html?execview>. Acesso em 20 de julho de 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC. **Observatório Brasileiro de Arranjos Produtivos Locais – OBAPL**. Brasília, 2015b. Disponível em: <http://portalapl.ibict.br/index.html>. Acesso em 21 de julho de 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. **Convenção sobre Diversidade Biológica**. Cópia do Decreto Legislativo no. 2, de 5 de junho de 1992. Brasília, 2000. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/arquivos/cdbport_72.pdf. Acesso em 15 de novembro de 2014.

CASSIOLATRO, J.E. LASTRES, H. M. M. **Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais**. Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. Rio de Janeiro: IE.UFRJ, 2003

COSTA, E. J. M. **Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional**. Editora Mais Gráfica. 1º ed. Brasília, 2010.

ESPECIAL Biotecnologia – **Como o DNA Muda a Face da Agricultura e Enriquece os Alimentos**. 14/05/ 2003. Disponível em http://www.cib.org.br/pdf/Suplemento_especial.pdf . Acesso em: outubro de 2014;

FILHO, R. S. PAULA, N. M. de. Incentivos à Formação de APLs no Brasil. *Informe Gepec*. Vol. 12. nº. 1, jan/ju, . 2008.

GOLDEFROID, R. S. **O ensino de biologia e o cotidiano**. 2. ed. Curitiba: Intersaberes, 2012.

GOMES, M. V. (Org.) **Políticas Públicas de Fenômeno ao Empreendedorismo e às Micro e Pequenas Empresas**. Editora PGPC. 1º ed. São Paulo, 2013.

LASTRES, H.M.M. **Avaliação das políticas de promoção de Arranjos Produtivos Locais no Brasil e Proposição de Ações**. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Rio de Janeiro: RedeSist, 2007. 37 p.

MARTINS, A. e PINHEIRO, L. Diagnóstico do setor de biociências em Minas Gerais. SEBRAE Minas, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <http://biominas.org.br/downloads/diagnostico-do-setor-de-biociencias-em-minas-gerais/> Acesso em: 29 de junho de 2015.

MATOS, M.G.P. (Org). **Uma década de evolução dos Arranjos Produtivos Locais**. 2. vol. Rio de Janeiro: E-papers, 2015. 64p.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SEDE. **Superintendência de Apoio à Competitividade e ao Empreendedorismo**. Disponível em: <http://www.sede.mg.gov.br/pt/ajuda/page/1861-superintendencia-de-arranjos-produtivos-locais#navigation-start> . Acesso em 20 de abril de 2015.

MYTELKA, L; FARINELLI, F. Local Clusters, Innovation Systems and Sustained Competitiveness. In: **Arranjos e Sistemas Produtivos Locais e as Novas**

Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico. Rio de Janeiro: Instituto de Economia/UFRJ, 2000.

OWEN-SMITH, J.; COLYVAS, A. J. Innovation and emulation: lessons from american universities in selling private rights to public knowledge. **Minerva**, v. 45, p. 121-42, 2007.

SILVEIRA, J. M. F. J. et al. **Evolução Recente da Biotecnologia no Brasil**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, n. 114, Campinas, 2004.

SOUZA, S. G. A. **Potencialidades da Biotecnologia em Minas Gerais: Estudo Sobre Empresas e suas Relações com Universidades**. Dissertação para obtenção do título de mestre. CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 2001.

SYDOW, C. T. **Os arranjos produtivos locais e o processo de coordenação intergovernamental: o papel dos governos dos estados como articuladores de políticas públicas**. Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração de Empresas de São Paulo. p. 250-258. São Paulo, 2012.

TATSCH et al. Análise de políticas para aglomerações no Brasil e em países europeus selecionados. **Planejamento e Políticas Públicas**. IPEA – Instituto de Pesquisa Aplicada – Brasília. v. 44, p. 190-227. Brasília, jan.-jun. 2015.

Recebido em 24/08/2015 e Aceito em 11/03/2016.

Barreiras à internacionalização de médias, pequenas e microempresas brasileiras

Barriers to internationalization of medium, small and micro Brazilian enterprises

¹Larissa Magalhães Caetano e ²Donizetti Leonidas de Paiva

¹Estudante do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário Senac - Bolsista do CNPq.

²Professor e Pesquisador do Centro Universitário Senac.
{larimc_1@hotmail.com; donizetti.lpaiva@sp.senac.br}

Resumo. O presente artigo tem por finalidade analisar as principais barreiras que as médias, pequenas e microempresas brasileiras encontram em seu processo de internacionalização. Procura-se identificar quais fatores impedem sua maior participação no comércio exterior brasileiro, e quais são as alternativas para dinamizar/impulsionar seu processo de internacionalização e crescimento. Para essa análise foi elaborada uma pesquisa exploratória bibliográfica, bem como um estudo de caso e entrevistas com especialistas do tema. Os resultados sugerem a necessidade de melhorar o preparo dessas empresas para enfrentar o processo de internacionalização e também dos programas voltados a este fim.

Palavras-chave: Internacionalização, Microempresas, Pequenas Empresas, Medias Empresas, Barreiras à Internacionalização.

Abstract. *This article aims to analyze the main barriers that medium, small and micro enterprises are Brazilian in its internationalization process. It seeks to identify what factors prevent their greater participation in Brazilian foreign trade, and what are the alternatives to boost its internationalization process and growth. This analysis was prepared a literature exploratory research, as well as a case study and interviews with subject experts. The results suggest the need to improve the preparation of these companies to face the process of internationalization and also the programs aimed at this purpose.*

Keywords: *Internationalization, Micro, Small Business, Medium Enterprises, Barriers to Internationalization.*

Iniciação - Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística

Edição Temática em Gestão, Internacionalização e Desenvolvimento Vol. 5 no 5 – Março de 2016, São

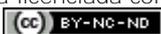
Paulo: Centro Universitário Senac

ISSN 2179-474X

Portal da revista: <http://www1.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistainiciacao/>

E-mail: revistaic@sp.senac.br

Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-Não Comercial-Sem Derivações 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)



1. Introdução

Dada a importância que as micro, pequenas e médias empresas apresentam para a geração de renda e emprego no Brasil, e sua pequena participação nos negócios internacionais, faz-se necessário ampliar a discussão sobre seu processo de internacionalização para tentar identificar novas oportunidades e reduzir os entraves que possam existir neste processo. Para ilustrarmos isso, o quadro abaixo traz alguns dados envolvendo tais empresas.

Quadro 1. Caracterização das PMEs brasileiras.

PMEs no Brasil	O que isso representa
Emprego	60% da oferta de empregos formais = 56,4 milhões de empregos
Taxa de crescimento	Pequenas: 6,2% Micro: 3,8%
99% das empresas	5,7 milhões de PMEs
Salários	42% dos salários pagos
20% do PIB	R\$ 700 bilhões
Quantidade	4 milhões de empresas constituídas

FONTE: Elaboração do autor com base em ALVIM, 1998 e PORTAL BRASIL, 2012.

Tendo em vista que as micro, pequenas e médias empresas, normalmente, tem maior dificuldade para suportar os custos que envolvem o processo de internacionalização, principalmente no que diz respeito à inserir-se em um novo mercado, atrair clientes, estabelecer canais de distribuição e atender a legislação do país de destino, é de se esperar que existam políticas que possam facilitar este processo.

Diante disso, buscamos analisar como se dá o planejamento estratégico para a internacionalização dessas empresas, levando em consideração as principais barreiras encontradas, (sendo elas internas e externas) quando buscam uma inserção nos mercados internacionais.

As alternativas para dinamizar esse processo se dá através de mecanismos que regulem e sejam favoráveis a internacionalização por meio da eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias, administrativas, cambiais entre outras, e muitas vezes com alguns estímulos estatais que se direcionem a eliminação de tais barreiras.

Tendo em vista que as empresas brasileiras buscam maior inserção nos mercados internacionais que lhes permita melhorar as condições de atuar no comércio internacional com condições de igualdade e buscando fomentar o desenvolvimento e o crescimento econômico do país. Portanto, este artigo tem por objetivo descrever qual a influência e impacto que as barreiras comerciais tem sobre o processo de internacionalização das micro, pequenas e médias empresas brasileiras, vide que o comércio exterior exige uma maior competitividade que está diretamente relacionada com as estratégias de comercialização, capacitação e logística dessas empresas.

2. Abordagem Conceitual: Teorias da Internacionalização

Por definição, o conceito de “internacionalização” pode ser entendido como sendo um “processo crescente e continuado de envolvimento das operações de uma empresa em países fora de sua base de origem” (DAL-SOTO, 2006, p. 2). Normalmente o processo de internacionalização acontece de forma gradual e de longo prazo, devido às incertezas sobre o novo mercado. Sendo assim, a empresa passa a desenvolver um envolvimento crescente de suas atividades fora do seu país, que envolve, normalmente, três etapas: “estabelecimento de canais de exportação, estabelecimento de subsidiárias de vendas e estabelecimento de subsidiárias de produção no próprio país estrangeiro” (DAL-SOTO, 2006, p.3).

Na verdade, a internacionalização pode ocorrer de diversas formas e pode envolver a inserção em mercados externos através da exportação, da formalização de *joint venture* (associação de empresas), da aquisição de uma empresa que já atue no mercado estrangeiro, ou ainda no estabelecimento de um distribuidor local, entre outras possibilidades.

Para melhor compreender esse processo, fizemos um levantamento das principais teorias sobre a internacionalização de empresas, levando em consideração que não existe um único modelo a ser seguido. Das teorias analisadas destacamos: Teoria do Poder de Mercado, Paradigma Eclético, Teoria de Internalização, Modelo de Uppsala, Empreendedorismo Internacional, Perspectiva de Networks, Modelo de Ciclo de Vida do Produto, Teoria das Escolhas Adaptativas, Modelo Diamante e RBV (*Resource-Based View*).

A **Teoria do poder** de mercado sustenta que o processo de internacionalização das empresas se dá em função da expansão de suas atividades. Num primeiro estágio as empresas aumentariam sua participação no mercado interno até chegarem a uma condição de monopólio, onde passariam a investir em operações externas para ampliar seu mercado e melhorar suas condições de competitividade. Sua estratégia é, portanto, baseada nas vantagens competitivas da empresa e nas suas competências (CARNEIRO, DIB, 2007).

Já no **Paradigma Eclético** de Dunning, a abordagem esta centrada nas vantagens obtidas pela empresa através de sua internacionalização. Neste caso as vantagens estariam associadas à propriedade de tecnologia específica, as vantagens obtidas no processo de internalização e a localização (qualidade da matéria prima, recursos naturais, tamanho do mercado, comunicação, à distância, idioma, cultura, entre outros). (KOVACS, MORAES, OLIVEIRA, 2007).

O Paradigma eclético sugere que as empresas buscam a internacionalização para melhorar suas vantagens competitivas, que podem estar associadas à busca de mercados, busca de eficiência, busca de recursos ou de ativos estratégicos, não havendo restrições em relação aos seus produtos, e sempre buscando aproveitar as oportunidades (tanto de incentivos locais quanto de alta demanda).

No caso da **Teoria de Internacionalização**, o processo se daria na tentativa de maximizar a eficiência pela redução dos custos, podendo ser comercializado produtos, serviços e tecnologias, seguindo sempre a lógica da maximização dos lucros, sempre aproveitando as oportunidades, onde houver imperfeições no mercado, que lhe permita mais fácil acesso. (CARNEIRO, DIB, 2007).

De acordo com o **Modelo de Uppsala** (cuja abordagem está centrada na esfera comportamental) existem incertezas em relação aos mercados externos, e isso se dá principalmente pela distância psíquica entre os países, caracterizada pelo grau de desenvolvimento, nível educacional, idioma, cultura, sistema político, entre outros. Ou seja, quanto maior a distância psíquica entre eles, maior o nível de incerteza, e por isso o processo de internacionalização se dá de forma gradual. Tornando assim o processo menos lucrativo e direcionando sua expansão a países que possuam características similares, e de forma gradual às regiões mais distantes. (DAL-SOTO, 2006).

Conforme o modelo de Uppsala, o principal meio de entrada em outros mercados seria através da exportação, sendo esta a estratégia inicial das empresas, seu objetivo principal é a busca de novos mercados, dando início ao seu processo no momento que seu mercado interno se encontra saturado, em países com menor distância psíquica. (CARNEIRO, DIB, 2007).

No modelo de **Empreendedorismo Internacional**, que também contempla uma abordagem comportamental, o processo de internacionalização ocorre através da análise das oportunidades, bem como das motivações que lhes levarão as operações internacionais. Este modelo não se restringe apenas as novas empresas entrantes no mercado, mas também abrange empresas que buscam um posicionamento mais empreendedor, de modo que possam ter maior competitividade no mercado, e também na busca de novos mercados. (CARNEIRO, DIB, 2007).

Outra abordagem comportamental é a da **Perspectiva de Networks**. Essa abordagem considera que os mercados devem ser encarados como redes de empresas/negócios, seguindo o mesmo comportamento do modelo de Uppsala, contudo as decisões sobre o processo de internacionalização serão determinadas por suas relações com o exterior na busca de aperfeiçoar seus relacionamentos na rede. Este modelo segue o movimento dos outros participantes de sua rede, sejam eles clientes ou concorrentes. (CARNEIRO, DIB, 2007).

Já no **Modelo de Ciclo de Vida do Produto**, o ambiente influencia a decisão de internacionalização das empresas, tendo em vista o surgimento de novas tecnologias. Neste caso, as inovações surgiriam nos países centrais, atenderiam primeiro os mercados locais, depois atenderiam os outros mercados via exportação e posteriormente realocariam a produção para outros mercados. O foco dessa abordagem está em apenas duas opções: ou a empresa exporta ou ela faz IDE (investimento direto estrangeiro). (VERNON, 1966, 1979 apud KOVACS, MORAES e OLIVEIRA, 2007).

A **Teoria das Escolhas Adaptativas**, por sua vez, considera que as empresas têm soluções diferentes para gerenciar cada desafio encontrado durante o processo de internacionalização e as estratégias a serem adotadas. (WHITE, 1999 apud KOVACS, MORAES e OLIVEIRA, 2007).

Já o **Modelo Diamante** de Porter busca apresentar as vantagens competitivas das nações, sendo o local de origem a fonte de sua vantagem, onde está situada sua infraestrutura, produção, recursos naturais, capital, recursos humanos (mão-de-obra qualificada), demanda, pressões para inovação. Além disso, leva em consideração alguns atributos que são fundamentais para melhorar as condições de competição das empresas no mercado internacional, que envolve: condição dos fatores produtivos; condições da demanda; setores correlatos e de apoio; estratégia, estrutura e rivalidade das empresas. (PORTER, 1989 apud KOVAC, MORAES e OLIVEIRA, 2007).

Por fim, na abordagem do **Resource-Based View** (RBV), as empresas elaboram suas estratégias com base em seus recursos e suas capacidades de forma que possam

responder a demanda e oportunidade externa. (FAHY, 2002 apud KOVACS, MORAES e OLIVEIRA, 2007).

Com esse levantamento bibliográfico pudemos concluir que existem dimensões de complexidade e muitas variáveis a serem analisadas quando tratamos dos processos de internacionalização, pois temos muitas teorias que a explicam, porém, cada caso tem sua **divergência e peculiaridade**. "O processo de internacionalização é visto como um processo incremental, visando o benefício da aprendizagem sucessiva por meio de etapas de comprometimento crescente com os mercados estrangeiros, e não como um processo planejado, **deliberado e baseado em análise racional**". (KOVACS, MORAES, OLIVEIRA, 2007, p.23).

Fica claro, portanto, que essas teorias aqui apresentadas são de mera questão complementar, portanto existem tantos outros fatores práticos que contribuem para toda a execução do processo de internacionalização das médias, pequenas e microempresas nos mercados externos.

2.1 Abordagem Teórica: Barreiras ao Processo de Internacionalização

Para compreendermos melhor os desafios a que as empresas em análise estão submetidas, buscamos entender, através de uma pesquisa exploratória teórica, quais são as principais barreiras existentes ao processo de internacionalização.

Entende-se por barreiras tudo aquilo que possa desestimular, dificultar ou até mesmo impossibilitar o processo de atuação nos mercados externos. E o processo de internacionalização das empresas é influenciado tanto por barreiras endógenas, aquelas relacionadas a fatores internos da organização e do país, quanto por barreiras exógenas, que envolve fatores externos e são encontradas na entrada nos mercados dos países de destino.

2.1.1 Barreiras endógenas

As barreiras internas envolvem a capacidade e recursos para atuar no mercado externo, bem como sua infraestrutura, e também aquelas que são encontradas no ambiente competitivo nacional. Com isso, podemos listar as principais barreiras percebidas que inibem ou dificultam o processo de internacionalização:

Acesso à informação – falta de conhecimento das especificidades referentes ao mercado em potencial, cliente, à legislação do país escolhido bem como os canais de distribuição. Sendo este um dos principais fatores para que as médias, pequenas e microempresas tenham reduzida participação no mercado externo. (JULIEN, RAMMANGALAHY, 2003). Muitas vezes, tais empresas não possuem recursos financeiros para contratar um profissional que as auxilie neste processo.

"Custo País" - dificuldade apontada por Melsohn (2006), refere-se aos custos dos transportes terrestres, portos, comunicação, ou seja, questões relacionadas à infraestrutura logística que são insuficientes, e dependem do investimento público. Os altos custos de produção e custos logísticos também são apresentados por Czarnobay, Toé e Zilli (2012) como um dos principais fatores que dificultam o processo de inserção no mercado internacional.

Obtenção de financiamento/investimento governamental - Apesar de existirem programas do BNDES para financiamento e captação das empresas, Curado (2011) aponta que este apoio ainda é concentrado nas grandes empresas. E seguindo esta

mesma linha, existe também a “inexistência de acordos de proteção aos investimentos, ou de cobertura contra riscos de restrições à transferência de lucros e dividendos”. (CURADO, 2011, p. 9). No caso da barreira financeira, talvez esta seja uma das mais impactantes no caso das MPMEs.

Gestão Organizacional - Marques e Merlo (2007) apontam que uma das principais barreiras a internacionalização das empresas tem origem organizacional, atreladas, sobretudo, a visão e capacidades/recursos das empresas para atuarem no mercado externo. Considerando a falta de preparação, de capacidade produtiva, de *know how* da empresa, ou ainda de conhecimento sobre o mercado em que se pretende atuar.

Barreira Alfandegária - Segundo Curado (2011), o fato de existir pouca quantidade de acordos burocráticos e tributários entre o Brasil e os países aos quais se vai exportar é um dos fatores que dificultam o acesso aos mercados externos. Tendo em vista que, principalmente ao fim do processo de internacionalização as empresas se deparam com o excesso de burocracia alfandegária e elevada carga tributária brasileira, mais precisamente na chegada da mercadoria ao porto.

Economias de escala - por ser uma MPME, as empresas apresentam dificuldade em conseguir obter ganhos de economias de escala, pela baixa produção, o que torna os custos de produção mais elevados com relação aos concorrentes externos.

Conhecimento técnico/mão-de-obra - falta de conhecimento técnico e falta de mão-de-obra especializada, uma barreira enfrentada nas fases iniciais do processo de internacionalização.

2.1.2 Barreiras exógenas

As barreiras comerciais externas são aquelas encontradas na entrada nos países de destino, e normalmente são de natureza cultural, política e econômica. Geradas em muitos casos para proteger a indústria local, são simples, porém geram grande impacto no processo de internacionalização das empresas. Algumas das principais barreiras externas encontradas:

Barreira Cultural - dificuldade de lidar com as diferenças culturais de seus mercados alvos, sejam elas de linguagem ou costumes ou até mesmo de negociação. Sendo que algumas pesquisas apontam que devido a estes fatores se torna difícil estabelecer relacionamentos comerciais com os compradores e importadores. (MELSOHN, 2006). No caso brasileiro temos também uma desvantagem pela imagem negativa criada sobre o país, o que dificulta suas negociações no exterior. Esbarram ainda na dificuldade de promover alterações no produto de forma que satisfaça as exigências do novo mercado.

Protecionismo - segundo Lacerda (2010) as barreiras protecionistas são impostas principalmente em momentos de crise o que pode atrapalhar esse processo de integração regional, como no caso das barreiras aos produtos brasileiros impostos pela Argentina.

Barreira técnica - são aquelas que derivam da utilização de normas e regulamentos técnicos que não são embasadas em normas internacionalmente aceitas. Como regulamentações sanitárias, padrões de qualidade, segurança, também aquelas relacionadas à embalagem, registro de marca e outros.

Barreira mercadológica - são aquelas encontradas em momentos que se tem um alto grau de maturidade do mercado, o que impossibilita a identificação de oportunidades, ou

a presença de fortes competidores; problemas relacionados a adaptação do produto no mercado também estão presentes neste caso. (VERRUCK, 2009).

Parcerias - Dificuldades de se encontrar parceiros de forma que seja possível criar elos, ou seja, uma fraca rede de relacionamentos para realizar alianças estratégicas para o desenvolvimento conjunto de novas tecnologias, pesquisas, produtos e serviços. (CURADO, 2011).

Legislação - Marques e Merlo (2007) também citam as restrições legais como uma barreira, principalmente se a empresa desconhece a legislação (código civil e comercial), pois estas se diferem significativamente de um país para outro. Esta barreira ainda pode ser uma imposição do governo local, como por exemplo, uma lei que restrinja o investimento direto estrangeiro.

Cotas de importação - são aquelas barreiras que restringem a quantidade, tamanho da embalagem ou valor das importações de determinada mercadoria. (DIAS, 2003). Segundo Keegan e Green (2008), cotas são imposições do governo para limitar ou restringir o número de unidades de um produto em particular ou categoria que podem ser importados.

Embargos – Segundo Helsen e Kotabe (2000), os embargos restringem totalmente o comércio entre países por razões essencialmente políticas.

Câmbio – o risco de alterações cambiais e a dificuldades de buscar mecanismos de proteção cambial podem ser uma barreira ao processo de internacionalização. Além disso, para superar as barreiras tarifárias e cambiais, é necessário, segundo Lacerda (2010), que as empresas tenham suas receitas em moeda forte, o que faria com que elas tivessem que estabelecer filiais no exterior. Neste caso, as micro, pequenas e médias empresas tem dificuldade para adotar instrumentos que minimizem os impactos das alterações cambiais.

Instabilidade econômica – seguindo a mesma linha do fator “câmbio”, é importante considerar qual o grau de estabilidade econômica e a confiança que se tem no país de destino.

Barreiras sanitárias e fitossanitárias - em casos principalmente onde existe a presença de epidemias, que afetam sobretudo a exportação de alimentos, devido ao estado de quarentena. (Ex.: febre aftosa).

Acordos Comerciais – ausência de acordos comerciais entre países que facilitem o processo de internacionalização.

Canais de distribuição – dificuldade de acesso a canais de distribuição confiáveis no mercado internacional.

Concorrência Local e Preço – pelo fato do produto ser produzido fora do país onde será comercializado, isso pode implicar em aumento do preço do produto, não só pelo fator produção, mas, sobretudo, pelo fator logístico de deslocamento do produto até seu destino final, o que pode fazer com que o preço fique mais elevado.

Nível tecnológico – essa barreira tem mais impacto em casos de exportação para países desenvolvidos, podendo variar em sua intensidade de acordo com o grau de industrialização do país ao qual se vai exportar.

Leis antidumping – sendo *dumping* “a venda de um produto importado a um preço mais baixo do que o normalmente cobrado no mercado doméstico ou no país de origem.

[...] concorrência desleal. " (KEEGAN, 2005, p. 285). É uma técnica de regulação para restrição.

Cenário econômico mundial instável – crises globais podem impactar tanto na economia do país, tanto importador, quanto o exportador, como também em um câmbio desfavorável. Este cenário econômico faz com que a empresa tenha ainda mais riscos comerciais, ainda mais se ela for de pequeno porte, e esse fator acaba inibindo o processo. Este fator tem um grande impacto no que diz respeito à concessão de crédito para as exportações.

Barreiras Logísticas – decorrentes da "falta de infraestruturas rodoviárias, fraca qualidade de inputs locais, impossibilidade da realização de outsourcing, carência de estruturas para o óptimo fluxo de informação electrónica e excesso de burocracia documental. " (HENRIQUES, 2010, p. 17).

Fornecedores – dificuldade em encontrar fornecedores que atendam as necessidades da empresa, o que gera falta de confiança em suas entregas por parte dos transportadores locais; incerteza sobre a qualidade e tempo dos níveis de serviço de fornecimento, além da impossibilidade de opções de escolha dos termos de serviços. (HENRIQUES, 2010).

Sanções – Segundo Helsen e Kotabe (2000), as sanções são mais definidas do que as restrições comerciais. Em muitos casos é uma retaliação por motivos políticos.

Nesta linha, podemos perceber que a baixa participação de **países como o Brasil** "nos grandes mercados consumidores mundiais deve-se à existência de fortes barreiras econômicas ao processo competitivo nesses mercados. Isso decorre, sobretudo da elevada capacidade técnica e produtiva das empresas dos países centrais, o que impede o crescimento de empresas de países em desenvolvimento nesses mercados". (GARCIA, 2005).

Tendo em vista que o comércio exterior exige uma maior competitividade por parte das médias, pequenas e microempresas associado às suas estratégias de comercialização, informação, entre outros fatores, isso faz com que este movimento seja menos expressivo, por não suportarem os custos envolvidos neste processo. (ALONSO JUNIOR, ETCHEBÉHÈRE JUNIOR, 2009). Sendo assim, as barreiras são mais evidentes às médias, pequenas e microempresas, por diversos fatores que acabam por diminuir a capacidade destas empresas de se projetarem no mercado externo. Também devem ser considerados que estas empresas enfrentam diferentes barreiras de internacionalização por estarem em estágios distintos do processo, portanto, são afetadas em graus diferentes.

3. Metodologia

A metodologia utilizada para atingir os objetivos consistiu em três etapas. Na primeira parte fizemos uma pesquisa exploratória bibliográfica com o objetivo de compreender as teorias sobre a internacionalização de empresas e suas barreiras. Na segunda, desenvolvemos um estudo de caso com duas empresas, para as quais submetemos um questionário com o objetivo de tentar identificar as principais barreiras encontradas em seu processo de inserção no mercado externo, o que nos permitiu confrontar a abordagem teórica com algumas evidências empíricas. Na terceira parte, foram realizadas entrevistas com três consultores especialistas no tema, sendo que dois deles atuam diretamente no setor de internacionalização de empresas do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e outro na APEX (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos). A experiência desses profissionais foi fundamental, pois nos permitiu compreender os desafios impostos às empresas em

análise e a corroborar nossas hipóteses ao que se tem abordado na literatura sobre o tema.

4. Resultados e Discussão

4.1 Estudo de Caso

Após a abordagem teórica sobre as barreiras a internacionalização, realizamos alguns estudos de casos que pudessem ilustrar melhor o que foi tratado anteriormente, na tentativa de ter uma visão melhor sobre o mercado brasileiro e sobre as MPMEs brasileiras. Foram feitas entrevistas com duas empresas e três consultores da área com o objetivo de poder analisar os dados coletados e identificar quais seriam as principais barreiras para a inserção no mercado externo.

Primeiro caso: a empresa atua no setor têxtil/calçado/moda desde 1999, e apresentou as seguintes características: é uma microempresa, com menos de 20 funcionários; possui um faturamento entre R\$ 360mil e R\$ 3,6 milhões, a representatividade das exportações em seu faturamento anual é de menos de 5%, sendo uma empresa que é mais atuante no mercado nacional, exporta para todos os países da América do Sul, além de América do Norte, Europa e África; atualmente não faz nenhum tipo de internacionalização pois encontrou dificuldades para operar no exterior, tais como falta de apoio de governo e os custos elevados que envolvem o processo. Mas o que vale ressaltar é que atualmente a empresa possui apoio técnico da APEX.

As principais barreiras apontadas que lhe provocaram maior impacto, foram: falta de conhecimento sobre o mercado, falta de experiência, dificuldade de encontrar parceiros, variação da taxa de câmbio, canais de distribuição complexos, dificuldade de identificar clientes potenciais, barreiras práticas e negócios internacionais, barreiras de marketing, condições econômicas, barreiras tarifárias, barreiras mercadológicas, falta de financiamento, muita burocracia, o mercado já era maduro, barreiras técnicas e de adaptação, imagem dos produtos brasileiros, desconhecimento de leis além da falta de um representante confiável.

Já aquelas que não tiveram um impacto tão significativo, foram: logística interna, aceitação do produto no mercado externo, funcionários qualificados para gerir as atividades, padrões de qualidade dos produtos, portfólio não é adequado para o mercado estrangeiro, distancia cultural, e a capacidade de produção.

A empresa encontra-se em um processo de adaptação, pois em primeiro momento não foi realizado nenhum estudo prévio do mercado. Atualmente a frequência na qual exporta é anual.

No segundo caso: a empresa representa o setor de cosméticos, é uma empresa de porte pequeno e que cresce de 10 a 15% a.a., atuante desde 1984. Além do que, a atividade externa representa 10% do faturamento anual da empresa. Essa empresa vivencia o processo de internacionalização há 10 anos, fazendo exportações mensais, tendo buscado se internacionalizar principalmente devido à oportunidade de mercado e relacionamentos comerciais pré-existentes, tendo em vista que o mercado interno já se encontrava saturado. Está em fase ativa de exportações. Sendo que seus principais países de destino estão na Europa e África e não tão concentrados na América do Sul, tendo somente uma relação mais estreita com o Peru.

Sua participação no comércio exterior é feita através de exportação direta e através de um representante no exterior. Tendo como principais motivos para a internacionalização, a taxa de câmbio favorável, a demanda, e um mercado atrativo. Além do que, faz todo o processo de exportação sozinha.

Para as empresas, as principais barreiras encontradas e que tiveram maior impacto foram: a logística interna, a aceitação do produto, a falta de experiência, falta de funcionários qualificados, canais de distribuição complexos, padrões de qualidade dos produtos não satisfazem os clientes, portfólio não adequado ao mercado, dificuldade de identificar e contatar clientes potenciais, barreiras de negócios internacionais, de procedimentos, de marketing, tarifárias, mercadológicas, burocráticas, técnicas e de adaptação, condições econômicas, falta de financiamento, imagem dos produtos brasileiros, capacidade de produção, distância cultural, falta de representante confiável, desconhecimento de leis e normas, entre outros não citados. Sendo que, para superar essas barreiras foram feitas adaptações e acordos.

Além disso, as maiores dificuldades apontadas pela empresa em se operar no exterior foram: a adaptação à cultura, à legislação e os custos.

A empresa realizou um estudo de mercado antes de dar início ao processo e não possui nenhum auxílio técnico para exportar.

4.2 Pesquisa com os consultores

Já na pesquisa com os **consultores**, foi feita uma entrevista com três consultores da área, sendo que a experiência de cada um é de 13, 9 e 30 anos na área. Todos os três consultores já realizaram estudo de casos acerca do potencial de exportação e internacionalização de empresas brasileiras, que segundo eles, tem ganhado maior participação no mercado internacional.

Todos prestam consultoria na maioria dos casos para micro e pequenas empresas, e em uma porcentagem menor, para empresas de grande porte.

Para eles, os principais fatores que levam as MPMEs a se internacionalizarem são: novas oportunidades devido a abertura de novos mercados, medo da instabilidade nacional, diversificação da fonte de recursos, busca de novas tecnologias e parceiros para desenvolver novos produtos.

Com relação ao tempo médio de mercado no qual as empresas buscam se internacionalizar eles têm pontos diferentes sobre o assunto, para um, acredita ser de 5 a 10 anos, em outro caso, acredita-se que não exista relação entre a idade da empresa, pois empresas jovens podem se internacionalizar mais rápido, devido principalmente à cultura comercial das gerações mais atuais, por fim, o último consultor acredita que dependendo do setor no qual a empresa atua, o tempo pode variar até mais de 4 anos.

Os consultores acreditam que a principal forma de entrada dessas empresas no mercado externo é por via de exportação direta, ou buscando novos parceiros, ou até mesmo por via de aquisição.

Para eles existem diversas dificuldades nas quais uma MPME se depara durante o processo de internacionalização, nos quais eles concordam em algumas. As dificuldades são: falta de planejamento; falta de acesso a informação; falta de linhas de crédito a internacionalização de maneira geral; definição e implantação de sistemas de gestão da qualidade; estudos de mercado, posicionamento do produto e da empresa, elaboração de planos de negócio, gestão de negócios; logística ruim; falta de equipe preparada para exportação ou internacionalização de empresa; falta de recurso financeiro para investir na aquisição de certificações e contratação de equipe preparada/capacidade; alta burocracia para exportação; falta de fornecimento de linhas de crédito.

As vantagens de se exportar para os países da América do Sul são, sobretudo: a logística, a TEC – Tarifa Externa Comum do MERCOSUL, e outros tratados bilaterais – além da proximidade cultural entre os países.

Porém, existem desvantagens, que são: a instabilidade econômica dos parceiros, ambiente político distinto, e um deles acredita que a principal desvantagem é o fato do consumo destes países ser menor do que o consumo de países desenvolvidos. Para eles, em muitos casos existe sim a necessidade de adaptação do produto ao mercado, principalmente em embalagens e rótulos.

Para eles, o estágio de internacionalização onde se encontra mais barreiras é onde deve se fazer a formalização de documentos e autorizações junto à Receita. E, devido às barreiras encontradas as empresas muitas vezes desistem de se instalar no mercado externo.

Na visão dos consultores o melhor método para se eliminar as barreiras encontradas no processo de internacionalização são: conhecimento de pesquisa de mercado, busca constante pelo aperfeiçoamento, além da capacitação, busca de inovação e diálogo com o governo na busca pela redução de barreiras.

Por fim, lhes foi perguntado se acreditavam que, por se tratar de um mercado em desenvolvimento, as empresas brasileiras têm maiores dificuldades de se internacionalizarem na América do Sul, do que teriam, no restante do mundo. Todos discordam, apontando que um dos maiores problemas é a falta de conhecimento dos mercados, sendo que este custo para uma MPME é muito alto, além do que o Brasil é um país muito competitivo entre os países da América do Sul, pois as barreiras são menores, e em países mais desenvolvidos, os produtos brasileiros possuem mais barreiras, o que torna os preços mais elevados, além do fato que os players mundiais não investem tanto nesse mercado pois gera pouca lucratividade além de que os fatores culturais são mais complexos.

5. Considerações Finais

Este estudo buscou avaliar e analisar de que maneira as barreiras influenciam no processo de internacionalização das MPMEs, contudo, podemos concluir que, apesar de todas as barreiras encontradas pelas empresas durante o processo de internacionalização, este ainda é um dos meios mais sustentáveis para o crescimento, desenvolvimento e geração de competitividade de uma empresa.

Para que haja menor risco no processo de internacionalização, avalia-se que primeiramente a empresa deve buscar se internacionalizar em direção ao setor regional, o que restringe o número de países (países vizinhos), do que ir diretamente ao mercado mundial, onde se encontram muitos países, e vários mercados. Pois a distância psíquica demonstra ser um elemento que dificulta a atuação dessas empresas em mercados onde esta distância é maior.

Em muitos casos as empresas desistem do processo de internacionalização devido às barreiras encontradas. Estas, só podem ser reduzidas ou eliminadas de acordo com a estratégia estabelecida pela empresa e seu grau de empreendimento no processo, quanto mais experiência a empresa vai adquirindo mais fácil vai se tornando.

E algumas maneiras pelas quais elas podem superar tais barreiras, é adquirindo maior conhecimento de mercado, se capacitando e se aperfeiçoando ao longo do processo, adquirindo maior experiência operacional.

Barreiras geram atitudes negativas em relação à atividade de exportação, o que altera o comportamento da empresa com relação à internacionalização. Sendo percebidas de maneiras diferentes e em graus diferentes pelas empresas. Machado e Scorsatto (2005) exemplificam de forma geral que a relação entre a percepção das barreiras se dá de acordo com o estágio em que a empresa se encontra, sua experiência com a atividade exportadora, a continuidade dessa atividade, seu envolvimento e o tamanho da empresa. Sendo assim, empresas com mais experiência nos mercados externos tendem a enfrentar menos barreiras.

Os principais fatores inibidores do acesso ao novo mercado que podemos extrair dos estudos de caso são: falta de informação, falta de financiamento, falta de planejamento além de muita burocracia.

Porém a vantagem é que países em desenvolvimento estão mais interessados em eliminar as barreiras tarifárias como é o caso do exemplo da TEC adotada pelo MERCOSUL que facilita o comércio intrabloco.

Por mais que haja o impacto das barreiras na exportação isso não significa que impeça as empresas de avançarem em seu processo de internacionalização, como podemos avaliar com o estudo de caso, em uma situação, a primeira empresa parou seu processo pois tinham muitos custos e outras dificuldades envolvidas e está atualmente tentando se adaptar. Porém, no outro caso, a empresa já possui 10 anos de experiência, já enfrentou inúmeras barreiras, porém sempre encontra uma maneira de superá-las. Pois estão sempre em busca de novas oportunidades.

Contudo, podemos concluir que, além destes fatores, é importante ressaltar que, **“empresas de pequeno porte tendem a escolher mercados de fácil acesso, com baixo nível de barreiras ao comércio, incluindo mercados com os quais o seu país tenha acordos bilaterais e preferências tarifárias.”** (FISCHER, 2006, p. 2-3). O que se enquadra no caso aqui estudado, pois as empresas brasileiras têm mais fácil acesso à mercados regionais, onde tem maior proximidade, do que em outros mercados.

Referências

ALONSO JUNIOR, Nelson; ETCHEBÉHÈRE JUNIOR, Lincoln. **As micro, pequenas e médias empresas e as principais barreiras à exportação.** Pesquisa em Debate, edição especial, 2009. ISSN 1808-978X.

CARNEIRO, Jorge; DIB, Luis Antônio. **Avaliação comparativa do escopo descritivo e explanatório dos principais modelos de internacionalização de empresas.** INTERNEXT – Revista Eletrônica de Negócios Internacionais da ESPM. São Paulo, v. 2, n. 1, p.1-25, jan/jun. 2007.

CURADO, Frederico. **Mobilização Empresarial pela Inovação: Internacionalização e Inovação.** São Paulo: Embraer, 2011. Disponível em: <http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_18/2014/07/25/3317/20130314101423177174a.pdf>. Acesso em: 28/09/2014.

CZARNOBAY, Andressa; TOÉ, Rosane Aléssio Dal; ZILLI, Jílio Cesar. **O processo de internacionalização das empresas exportadoras de pedra preciosas de Soledade – RS.** UNESC. 2012. Disponível em: <http://www.convibra.com.br/upload/paper/2012/32/2012_32_5128.pdf>. Acesso em: 03/09/2014

DAL-SOTO, Fábio. **O processo de internacionalização de empresas brasileiras do setor de componentes para couro, calçados e artefatos. Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ.** São Paulo, 2006. Disponível em: < http://www.unicruz.edu.br/site/cursos/administracao/downloads/28-05-2008/artigo_fabio.pdf>. Acesso em: 28/08/2014

FISCHER, Bruno Brandão. **Relação entre estratégias de entrada em mercados estrangeiros e performance exportadora resultante em empresas brasileiras.** FGV Management – MBA em Gestão Empresarial. 2006. Disponível em: < <http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-esob-1312.pdf>>. Acesso em: 15/10/2014

GARCIA, Renato. **Internacionalização comercial e produtiva na indústria de cosméticos: desafios competitivos para empresas brasileiras.** Departamento de Engenharia de Produção da Escola Politécnica da USP (EPUSP). Pro. Vol. 15 no. 2. São Paulo, may/aug. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65132005000200003>. Acesso em: 29/09/2014

HELSEN, Kristiaan; KOTABE, Masaaki. **Administração de marketing global.** Tradução Ailton Bonfim Brandão. São Paulo, Atlas, 2000.

HENRIQUES, Gonçalo. **Barreiras Logísticas à internacionalização – uma revisão da literatura.** Faculdade de Economia, Universidade do Porto. Dissertação de mestrado em economia e gestão internacional 2010. Disponível em: < <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/44708>>. Acesso em: 16/10/2014

JULIEN, P.-A. and RAMANGALAHY, C. (2003) '**Competitive Strategy and Performance of Exporting SMEs: An Empirical Investigation of the Impact of Their Export Information Search and Competencies**', *Entrepreneurship Theory and Practice* 27(3): 227-45.

KEEGAN, Warren J. **Marketing Global.** Tradução Adriano de Jonge e Maurício de Andrade; revisão técnica José Augusto Guagliardi. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

KEEGAN, Warren J.; GREEN, Mark C. **Global Marketing.** Fifth edition. Upper Saddle River, New Jersey, 2008.

KOVACS, Erica P.; MORAES, Walter F.; OLIVEIRA, Brigitte R. **Redefinindo Conceitos: Um ensaio teórico sobre os conceitos-chave das teorias de internacionalização.** Ensaio – Globalização e Internacionalização de Empresas. Revista de Gestão USP, São Paulo, v. 14, n. especial, p. 17-29, 2007. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/rege/article/view/36579>>. Acesso em: 02/09/2014

LACERDA, Antônio Corrêa de. **O jogo da Competitividade é global.** Por Bruno de Vizia – de Brasília, 28/05/2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6493&catid=91&Itemid=3>. Acesso em: 03/10/2014

MACHADO, Marcelo André. SCORSATTO, Raquele Zanella. **Obstáculos Enfrentados na Exportação: um estudo de caso de exportadoras gaúchas de pedras preciosas.** 2005.

Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2005/ESO/2005_ESOB350.pdf>. Acesso em: 10/10/2014

MARQUES, Dalton Siqueira Pitta; MERLO, Edgard Monforte. **Barreiras à internacionalização de Franquias Brasileiras**. III Encontro de Estudos em Estratégia. São Paulo – SP – 9 a 11 de maio de 2007. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/3Es/3es_2007/2007_3ES317.pdf>. Acesso em: 03/09/2014

MELSOHN, Maria Claudia Mazzaferro. **O processo de internacionalização de pequenas e médias empresas brasileiras**. Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.

VERRUCK, Fábio. **Processo de internacionalização das empresas: um estudo multicaso nas cinco maiores empresas da serra gaúcha**. Universidade de Caxias do Sul. Programa de pós-graduação em Administração – PPGA. Caxias do Sul, agosto de 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ucs.br/jspui/bitstream/11338/433/1/Dissertacao%20Fabio%20Verruck.pdf>>. Acesso em: 15/10/2014.

Recebido em 29/10/2015 e Aceito em 3/2/2016.

A teoria do Estado rentista e as revoluções da Primavera Árabe: um olhar sobre a Líbia

The theory of the rentier state and the revolutions of the Arab Spring: a look at Libya

Manoela Azevedo Moraes

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC - SP

Faculdade de Ciências Sociais – Bacharelado em Relações Internacionais

{manoelaa_moraes@hotmail.com}

Resumo. O texto trata do conceito de Estado rentista criado nos anos 1980, que busca explicar a peculiaridade da economia dos países produtores de petróleo da região do Golfo Pérsico. Além disso, faz-se uma análise das revoltas da Primavera Árabe de 2011, buscando entender o motivo da erupção dessas revoltas e como elas podem ser relacionadas com as economias rentistas do Oriente Médio. No contexto das revoltas, há um enfoque mais detalhado na Líbia, apresentando questões históricas, políticas e econômicas do país, a partir da ascensão do coronel Muammar Kadafi ao poder, em 1969, até o início de 2013. São apresentados alguns dos aspectos das revoltas líbias, que foram influenciadas pelo rentismo e resultaram no linchamento e morte do ditador em 2011.

Palavras-chave: primavera árabe, rentismo, Líbia, revoluções, petróleo.

Abstract. *The text reports the concept of rentier state created in the 1980s, which seeks to explain the peculiarities of the economies of oil-producing countries in the Persian Gulf region. In addition, it analysis the revolts of the Arab Spring in 2011, seeking to understand the reasons for these riots and how they can be related to the rentier economies in the Middle East. In the context of the riots, there is a more detailed approach in Libya, presenting historical, political and economic characteristics of the country, since the rise of Colonel Muammar Gaddafi to power in 1969, up to the beginning of 2013. Also, it presents some aspects of the Libyan revolts, which were influenced by the rentier concept and resulted in the lynching and death of the dictator in 2011.*

Keywords: *arab spring, rentier state, Libya, revolutions, oil.*

**Iniciação - Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística
Edição Temática em Gestão, Internacionalização e Desenvolvimento**

Vol. 5 no 5 – Março de 2016, São Paulo: Centro Universitário Senac

ISSN 2179-474X

Portal da revista: <http://www1.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistainiciacao/>

E-mail: revistaic@sp.senac.br

Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-Não Comercial-Sem Derivações 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)



1. Introdução

"O nacionalismo no mundo dos homens e o instinto de grupo no mundo animal funcionam como a lei da gravidade no mundo mineral. Se, por um acaso, a massa solar se desagregasse a ponto de perder a sua gravidade, gases explodiriam em todas as direções e a unidade do Sol deixaria de existir. A unidade é, portanto, a base da sua sobrevivência." (Muamar Kadafi, *The Green Book*). As revoltas da Primavera Árabe enfraqueceram o nacionalismo do líder Kadafi, resultando na queda do regime. Para que se compreenda o caminho percorrido até a possibilidade de mudança política no país, é importante observar a posição da Líbia no mundo árabe, sua história e economia características.

Sob esse ponto de vista, o presente estudo tem como objetivos: i) analisar o conceito de Estado rentista e apresentá-lo sob diferentes interpretações e variáveis; ii) analisar os desdobramentos das revoluções da Primavera Árabe e iii) analisar as revoluções de 2011 na Líbia, no contexto do rentismo, até o primeiro semestre de 2013. A proposta metodológica do estudo consiste em um debate teórico sobre a evolução do conceito de Estado rentista, ao longo das últimas décadas e contextualizá-lo com as revoluções da Primavera Árabe na Líbia, iniciadas em 2011.

Histórico do petróleo na região

A formação dos Estados-Nações no Oriente Médio teve início no período entre 1918 e 1926, por meio de demarcação colonial realizada pelos britânicos e franceses no sistema de mandados da Liga das Nações, após a desintegração do império otomano e, com alguns países independentes como Arábia Saudita e República Árabe do Iêmen. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi crucial para a conclusão do processo de neocolonialismo que teve início no século XIX. Após a derrota dos otomanos, os franceses e britânicos demarcaram os territórios do Iraque, Líbano, Síria e da Palestina (HALLIDAY, 2007).

Essa demarcação foi essencial para configuração das estruturas políticas e econômicas em que foram criadas as nações modernas da região, com a heterogeneidade de povos, diversas condições geográficas e a preexistência de mitos e ideologias (HALLIDAY, 2007). Ao longo do século XX, grande parte desses territórios passou a ser governada por regimes autoritários, sob o consentimento e interesse europeu.

A partir da segunda metade do século XX, muitos países árabes começaram a obter suas rendas a partir da extração do petróleo. A relação dos países do Golfo Pérsico com o petróleo tornou-se mais intensa quando os países passaram a controlar a sua produção de forma independente, nacionalizando suas petroleiras. Depois do Primeiro Choque do Petróleo em 1973, os países produtores foram capazes de estabelecer um preço para este produto com base em seus custos reais e com isso puderam modernizar suas indústrias petrolíferas (OWEN, 2008).

O petróleo foi descoberto pela primeira vez na região do Oriente Médio em 1906, no Irã, e foi encontrado próximo ao Golfo Pérsico em 1931. Em 1960, os pequenos estados do Golfo estavam produzindo 15% do petróleo do mundo (OWEN, 2008). Segundo os dados da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)*, em 1960 cinco países produtores de petróleo criaram uma organização para coordenar suas políticas. Os primeiros membros da OPEP foram Irã, Iraque, Kuwait, Arábia Saudita e Venezuela. (*Disponível em <http://www.opec.org>).

Apenas na segunda metade do século XX o petróleo passou a ser uma renda importante para estes países, pois o mundo desenvolvido tornou-se cada vez mais dependente de um número limitado de países produtores de petróleo. Dessa forma, o

conceito de Estado rentista ganhou interesse renovado com o advento da era do petróleo e com o surgimento dos novos Estados Árabes produtores (BEBLAWI, 1987).

A criação do Gulf Cooperation Council (GCC) em 1981, formado por Arábia Saudita, Bahrain, Catar, Emirados Árabes Unidos, Kuwait e Omã aponta para a relevância econômica desses países no cenário internacional em conjunto com as peculiaridades políticas desses regimes. Tal relevância incentivou muitos estudiosos a criarem uma nova linha teórica de pesquisa, voltada somente para esses países, com a teoria do Estado rentista¹. Tal teoria busca entender o funcionamento político desses países baseado num contrato social implícito entre as elites, que possuem uma grande renda proveniente da exportação do petróleo, fazendo com que isso altere o padrão do pacto político existente na maioria dos outros países do sistema internacional (NASSER, 2011).

Análise clássica do conceito de Estado Rentista

Muitos estudiosos buscaram definir o conceito de Estado rentista. O primeiro autor a propor este conceito foi Mahdavy (1970) na década de 1970 para compreender a dinastia Pahlevi no Irã. O autor define o conceito como:

Países que recebem, de maneira regular, montantes substanciais de renda externa, que são aquelas pagas por indivíduos estrangeiros ou governos de um outro país (MAHDAVY, 1970, tradução livre).

O conceito gira em torno de uma renda que é independente do trabalho e que representa, na totalidade ou uma parte, as receitas do Estado. Para a maioria dos países essa renda vem da extração de petróleo e/ou gás, e estes são os casos tratados neste estudo (MAHDAVY, 1970).

No entanto, apesar da importância do conceito de Mahdavy, os principais autores que desenvolveram o conceito e o aplicaram a uma ampla gama de países, principalmente na região do Golfo Pérsico, foram Beblawi (1987) e Luciani (1990).

Em uma economia rentista, os custos de extração de petróleo e gás são relativamente baixos, quando comparados com o lucro gerado, podendo ser considerado um *free gift of nature*, uma dádiva da natureza. (BEBLAWI, 1987, tradução livre).

Um Estado rentista tem quatro características essenciais: a) a renda pode não ser o único tipo de renda na economia, mas deve ser predominante; b) a origem dessa renda deve ser externa; c) o Estado deve ser o receptor dessa renda e d) uma minoria da população deve ser envolvida na geração da renda, enquanto a maioria está envolvida apenas na distribuição ou utilização da mesma (BEBLAWI, 1987).

O papel do Estado nas economias baseadas no petróleo pode variar em relação aos Estados não-rentistas. De acordo com Luciani (1990) é necessária uma diferenciação **entre Estados predominantemente "alocadores" e "produtores"**, dependendo das funções do mesmo. Um Estado alocador tem como principal função a redistribuição de recursos e pode ser definido como aqueles cujas receitas provêm principalmente do petróleo (acima de 40% do total das receitas) ou outras fontes externas, e cujas despesas representam uma significativa parcela do PIB. Um Estado rentista, inevitavelmente, acaba desempenhando o papel de distribuir internamente a renda que recebe do resto do mundo. (LUCIANI, 1990)

Em um Estado baseado na alocação de recursos, o crescimento da economia **doméstica é um dos vários "luxos" que o Estado pode comprar com a sua receita do petróleo**. Segundo o autor, todos os Estados visam exercer uma função distributiva,

¹ Segundo Foley (2010), os seis países integrantes do GCC saíram da condição de comunidades pobres e isoladas para nações ricas e avançadas tecnologicamente durante as décadas de 1960 e 1970. Estudiosos veem esses Estados, que possuíam pequenas populações tribais e fortes monarquias, de maneira tão excepcional no sistema internacional que merecem uma linha teórica focada em compreender e explicar seu funcionamento.

pois em certo sentido, essa é uma das bases da política de representação construída ao longo da história no ocidente, e todos os países acabam desempenhando essa função com intensidades diferentes. No entanto, nos países que dependem de uma renda do exterior, a alocação é a única relação que o Estado precisa ter com a sua economia doméstica (LUCIANI, 1990).

A renda passa a ter uma função essencial na sustentação dos regimes autoritários em Estados rentistas. Isto acontece, pois segundo Beblawi (1987), o governo nesses países desempenha um papel crucial na economia, uma vez que a renda está nas mãos dele, pois a principal fonte de renda é um produto natural, na maioria dos casos o petróleo, e o governo é que possui o controle sobre a produção nacional, que só depois é distribuída para a população. Por isso, a população tenta organizar-se a fim de obter benefícios a partir de uma parte da renda, tornando a nacionalidade uma ferramenta de benefícios econômicos. Praticamente não há o recolhimento de impostos da população e por isso, os cidadãos são menos exigentes em termos de participação política. A história da democracia no ocidente teve suas origens em algum tipo de associação fiscal, *no taxation without representation*, mas no caso dos Estados rentistas, o Estado não precisa dos impostos dos cidadãos, tendo assim uma grande autonomia (BEBLAWI, 1987).

Os Estados rentistas tornaram-se distribuidores de favores e benefícios para a população, oferecendo sistemas de educação e saúde e por vezes, o financiamento de terras, ou mesmo doações. O nível de qualidade desses sistemas é geralmente bom, quando não excelente. Ao mesmo tempo, já que o Estado é o único que distribui favores para o setor privado, muitas vezes esses dois setores se misturam e podem ser frequentes as situações em que um setor promove o outro.

Outros olhares sobre o rentismo

A partir da década de 1990, diversos foram os autores que buscaram desenvolver a temática dos Estados rentistas e procuraram inserir novas variáveis à ela. Douglas Yates (1996) busca explicar a teoria do Estado rentista por meio das teorias de Mahdavy, Beblawi e Luciani, fazendo uma descrição do conceito e das diferenças entre as ideias dos três autores. Dentro da definição de Beblawi (1987), Yates (1996) ressalta o fato que somente alguns devem estar envolvidos na geração da renda, enquanto a maioria deve estar envolvida na distribuição e no consumo e, ainda, o governo deve ser o principal receptor dessa renda. Yates (1996) ainda afirma que, segundo Luciani (1990), a natureza, ou estrutura do Estado é menos relevante. Para ele, o fator essencial é que a renda externa libera o Estado da necessidade de recolher recursos da sua economia doméstica, e assim, a principal função do Estado rentista é a de gastar esses recursos (YATES, 1996)

As principais variáveis analisadas pelo autor são a economia e o surgimento de uma mentalidade rentista. Yates (1996) afirma que o conceito rentista é de certa forma difícil de ser descrito pelas teorias econômicas de Smith e Ricardo, e até de Marx. Segundo ele, o Estado rentista é um subconjunto da economia rentista e a natureza do Estado é examinada primeiramente pelo tamanho relativo da sua economia e pelas fontes e estruturas dessa renda. Ou seja, o fator econômico é predominante frente ao político. Contrariando a teoria de Ricardo, a renda tornou-se a causa e não o efeito do aumento do preço do petróleo (YATES, 1996).

Essas economias são muito dependentes da importação de bens de consumo, tanto industriais como de agricultura, pois a moeda valorizada favorece a importação, prejudicando a indústria e agricultura internas, já que a importação desses bens é mais vantajosa. Além disso, as indústrias bancadas pelo governo não tem qualidade nem eficiência para competir com o mercado externo. Assim, essas economias baseiam-se na exportação do petróleo e a produção, que é pequena, não compensa

ser taxada, uma vez que a criação de uma estrutura burocrática de taxaço é custosa (YATES, 1996).

Schwarz (2007) é outro autor que retrata o conceito de rentismo sob outra variável e utiliza a teoria de Relações Internacionais (RI) na sua análise sobre rentismo. O autor aponta para a importância da característica de Estado rentista na formação dos países do Oriente Médio. Sua principal ressalva é a de que as teorias de RI não olham as políticas internas dos países e que isso pode ser relevante para um melhor entendimento desses países. Para o autor, somente recentemente é que as teorias de RI passaram a se preocupar com as características internas dos Estados, como o fato de ser um Estado forte ou fraco, por exemplo. Porém, os Estados rentistas não se encaixam em nenhum desses perfis, pois são fortes na área de segurança e fracos na questão da representação e legitimidade (SCHWARZ, 2007).

Estados fortes são aqueles em que o poder da infraestrutura vem da habilidade de extrair capital social e recursos da população (SCHWARZ, 2007). Porém, nos Estados rentistas, apesar do autoritarismo e coerção, muitos são os elementos de fraqueza institucional, pois o Estado se limita a cooperar com os desafios criados pela globalização e o declínio econômico da era pós rentismo. A formação dos Estados no Oriente Médio, diferentemente da formação dos Estados europeus, resultou na criação de poucas burocracias estatais centralizadas, uma vez que a completa criação do Estado não pode ocorrer devido ao alto nível de penetração externa (SCHWARZ, 2007).

Segundo Schwarz (2007), o rentismo está ligado à emergência de Estados fracos de duas maneiras: primeiro, o alto nível de rentismo afeta negativamente a função de representação do Estado moderno e, segundo, um alto nível de rentismo afeta positivamente a função de prover bem-estar e renda aos cidadãos. O alto nível de renda e bem-estar nesses países levou à criação de um contrato social implícito que substitui os direitos políticos do Estado-providência (SCHWARZ, 2007).

Gray (2011) divide a teoria do Estado rentista em duas fases anteriores e destaca as fraquezas ou falhas de alguns estudiosos, que representam essas fases. Para ele, a teoria do Estado rentista busca explicar as relações entre Estado e sociedade em países que possuem uma fonte de renda não dependente da sociedade, e busca responder questões fundamentais sobre esses países exportadores de petróleo, para justificar o déficit de democracia da região, os obstáculos do desenvolvimento – encontrado em muitos deles – e a natureza das elites políticas e das amplas interações entre Estado e sociedade (GRAY, 2011).

A influência da globalização

Gray (2011) propõe que, devido às profundas mudanças na economia política dos países do GCC nos anos 1990 e 2000, uma nova fase deve ser aplicada a eles, considerando que a região do Golfo possui outras variáveis políticas que vão além das rendas. (GRAY, 2011). As reformas sociais e mudanças em tecnologia, a globalização, e outros fatores são importantes e estão impactando os Estados da região, independentemente do seu caráter rentista. No entanto, as rendas e rentismo são centrais para a compreensão tanto da natureza dos regimes do Golfo, a sua durabilidade, o seu comportamento, bem como da natureza de sua relação com a sociedade. Seu argumento é de que o rentismo continua sendo a teoria com mais utilidade e poder de persuasão para explicar a dinâmica política, mas não a estrutura econômica bastante detalhada. A teoria do Estado rentista como foi criada não é mais sofisticada ou adaptável o suficiente para a tarefa de compreender as barganhas rentistas que têm sustentado o poder no Golfo desde o início dos anos 2000 (GRAY, 2011).

Por outro lado, Laziri (2011) tenta apontar quais foram as mudanças ocorridas nos países do Golfo, desde o início dos protestos da Primavera Árabe, em uma abordagem mais superficial, entendendo que as reformas políticas são as mais necessárias, mas também são as mais difíceis de acontecerem. Cita "*no representation without taxation*" para justificar a manutenção das monarquias. Destaca que as reformas realizadas foram periféricas e que não resultarão em mudanças políticas estruturais tão cedo, acreditando na manutenção do conceito de Estado rentista (LAZIRI, 2011).

2. A Primavera Árabe

A onda de revoltas do mundo Árabe que tem como marco a autoimolação do jovem universitário tunisiano Mohamad Bouazizi, resultou na queda de ditadores em vários países. O processo não deve ser visto como terminado, uma vez que a instauração da democracia tende a perdurar por um longo período e ainda hoje temos conflitos ocorrendo na Síria e uma série de reformas sendo instauradas em outros países da região com o objetivo de conter novas revoltas.

Segundo Nasser (2011) as revoltas árabes são o resultado de condições históricas e sociais dos Estados rentistas, em que uma elite governante e dependente da renda do petróleo foi capaz de manter durante muito tempo grande parte da população em atividades econômicas informais e marginais. Vários são os fatores que resultaram no questionamento das estruturas de poder político e do modelo econômico vigente pelas diversas forças políticas e sociais (NASSER, 2011).

Dentre os principais fatores que favoreceram a eclosão das revoltas da Primavera Árabe, estão um governo autoritário que não foi capaz de atender as demandas de uma sociedade moderna; uma população jovem e qualificada que foi impedida de imigrar para países da Europa ou para os EUA; uma economia que não foi capaz de absorver essa mão de obra jovem e que é fortemente marcada pela baixa **diversificação; e a intensificação da organização da "Rua Árabe"**.

Assim como em outros países da região, a sociedade da Líbia, Egito e Tunísia tornou-se, na última década, mais moderna do que o seu regime. Um fator chave na organização da revolução foi a surdez autocrática para este fato. Esta surdez refere-se à incapacidade estrutural dos regimes de ouvir as queixas dos seus povos ou para entendê-los um pouco além de ruídos, que podem ser dissipados com vantagens econômicas ou outros benefícios transitórios, e não como demandas por uma mudança política fundamental (BAMYEH, 2011).

As revoluções são sintomas de uma sociedade moderna estabelecida, fortificada pelo alto nível de educação, com diversas tecnologias de comunicação e populações jovens, que tiveram suas expectativas políticas e econômicas frustradas pela maneira antiquada e fechada do governo (BAMYEH, 2011). O desenvolvimento econômico da região na última década resultou numa expansão das populações e no surgimento de uma vasta população jovem. Devido a esse desenvolvimento, houve uma expansão nas redes de ensino que possibilitou o acesso à universidade para muitos desses jovens (CASSIDY, 2011). A crise econômica vivida pelos EUA e pela União Europeia dificultou a entrada de imigrantes nesses países. Assim, a imigração para países ocidentais desenvolvidos, que antes era a opção de muitos desses jovens, não era mais possível, fazendo com que suas escolhas se reduzissem a lutar ou sofrer. Estudos mostram que aqueles que emigram tendem a ser os mais ambiciosos, mais instruídos (dentro de sua classe) e mais tomadores de risco (PETRAS, 2011). Agora, os confinados a seu país de origem, com poucas ilusões de oportunidades no exterior, foram obrigados a lutar pela mobilidade individual no seu país através de ação social e política coletiva (PETRAS, 2011).

Além disso, outra causa imediata das revoltas diz respeito a uma economia pouco diversificada, baseada no controle estatal da renda. As oligarquias governantes dominam uma massa de jovens desempregados e subempregados, esse último corresponde a cerca de 50% a 65% da população com menos de 25 anos de idade (PETRAS, 2011). A dinâmica da economia rentista "moderna" não é capaz de incorporar os jovens recém-formados no mercado de trabalho, afastando-os para a economia informal, onde possuem baixa remuneração e são desprotegidos ao atuarem como vendedores, nos transportes, como trabalhadores contratados e em serviços pessoais. Os setores como o de petróleo, o imobiliário e de turismo dependem do apoio político **e militar de líderes e por isso geralmente não "incorporaram" o modo de produção moderna** (PETRAS, 2011).

A organização da rua árabe também pode ser apontada como um dos fatores que **articularam as revoltas. O poder da "rua"** – movimentos urbanos de massa – pressupõe a rua como local de ação social e política e encontro das organizações, ligadas às classes sociais envolvidas na atividade produtiva e o domínio de praças como o lugar para exercer o poder político e projetar demandas sociais. A juventude desempregada e subempregada no setor informal é encontrada nas praças, nos cafés, mercados e esquinas. A massa urbana não ocupa posições estratégicas no sistema econômico, mas está disponível para mobilizações de massa, capazes de paralisar as ruas e praças por meio dos quais os bens e serviços são transportados para o exterior e os lucros são realizados. Os movimentos são igualmente importantes, pois são a oportunidade para os profissionais oprimidos, funcionários públicos, pequenos empresários e os trabalhadores independentes, de se envolverem em protestos sem estarem sujeitos a represálias em seu local de trabalho - desfazendo o "fator medo" de perder o emprego (PETRAS, 2011).

É necessário, no entanto, notar que nem todos os autores concordam na existência de uma origem comum das revoluções. Anderson (2011) está entre os autores que não acreditam em uma completa interligação entre as revoltas da Primavera Árabe. Para a autora, deve-se olhar a série de manifestações individualmente, já que cada um dos países tem muitas especificidades que fazem com que essas revoltas não estejam amplamente conectadas. Na sua análise, a questão crucial é como e por que as ambições e técnicas das revoltas repercutiram em seus diversos contextos locais. Ela ainda nota que os padrões e dados demográficos dos protestos variaram muito, ressaltando a individualidade de cada revolução (ANDERSON, 2011).

A Primavera Árabe e o rentismo

A questão do rentismo é de grande influência para o surgimento das revoltas. Para Yates (1996) criou-se uma mentalidade rentista que contribui para que não haja incentivo nas classes sociais na busca pela democracia, pois além de dependerem economicamente do Estado, elas querem garantir seu *status-quo* (YATES, 1996). Tal mentalidade existe em uma sociedade em que o trabalho tem um valor criado pela economia, sendo diferente das outras economias modernas. Isso implica numa quebra da causalidade trabalho-recompensa, uma vez que a renda passa a ser um fato isolado, vista como acidental ou resultante de uma situação (BEBLAWI, 1987). No entanto, uma vez que não existam mais recursos a serem alocados, ou seja, o Estado deixar de cumprir o seu papel no contrato social implícito, abre-se uma lacuna para o questionamento do governo pela população (SCHWARZ, 2007).

Dessa forma, pode-se argumentar que a questão da economia informal e marginalizada, assim como o fracasso na redistribuição direta das rendas, foram cruciais para a mobilização da sociedade em busca de mudanças. A globalização e as novas tecnologias, como redes sociais, telefones celulares e canais de vídeos na internet foram ferramentas que contribuíram para a disseminação dos ideais e

favoreceram a aderência de uma maior parte da população nas revoluções (TAVARES, 2012).

Nota-se que as revoluções da Primavera Árabe tiveram mais força e expressão nos regimes presidencialistas autoritários do que nas monarquias da região. Sob essa perspectiva, Keyman (2012) busca responder se as monarquias árabes são mais capazes de superar as revoltas causadas pela Primavera Árabe do que os regimes presidencialistas autoritários dos países vizinhos. Ela apresenta algumas vantagens dos regimes monárquicos, como o fato do governo não pretender ser democrático, além da melhor estrutura das monarquias e também a existência do **Gulf Cooperation Council** (GCC) como organização para coordenação de políticas, bastante acionada durante as revoltas para evitar a disseminação na região, entre outras. Dessa forma, conclui que as monarquias são mais bem estruturadas para sobreviver à revoltas como as da Primavera Árabe do que os regimes presidencialistas da região (KEYMAN, 2012).

Nos principais países que foram palco das revoluções, pode-se buscar uma ligação entre o nível de rentismo desses Estados e a tendência de sofrerem com as revoluções. Jenkis *et al* (2011) buscam analisar o nível de rentismo de diferentes países do Oriente Médio e Norte da África e, através de estatísticas e gráficos, notam que os países do Golfo, com exceção do Bahrain são rentistas, enquanto no Norte da África, a Líbia é o país que se destaca dentro da classificação. Os autores apontam para a diferença de governança nos diferentes níveis de rentismo e concluem afirmando que as manifestações da Primavera Árabe ocorreram naqueles países com menor índice de dependência da renda externa (JENKIS *et al*, 2011).

3. Como compreender as revoluções na Líbia?

De acordo com as conclusões de Jenkis *et al* (2011), a Líbia teoricamente não se encaixaria nos países com maior propensão à revolução, pois a renda proveniente do petróleo faz com que o país seja considerado um Estado rentista. No entanto, as revoltas na Líbia foram as mais longas e violentas, resultando na queda do regime do coronel Kadafi, que estava no poder há 42 anos (1969-2011), muito mais tempo do que qualquer governante dos países vizinhos. O regime do coronel Kadafi surgiu em um golpe de Estado em 1969, e foi conduzido por militares de classe média baixa, de todas as três regiões da Líbia, com o apoio de uma população em grande parte rural. Apesar de ser anticolonialista, anticomunista, defender o nacionalismo árabe e a identidade cultural islâmica, o novo governo não tinha uma agenda política claramente delineada (AHMIDA, 2011). A seguir, serão apresentados alguns fatores que possam ter contribuído para o desencadear das revoltas.

Figura 1. Mapa da Líbia.



Fonte: www.jornal.ceiri.com.br.

Tribalismo

Alguns autores apontam a questão do tribalismo na Líbia como um fator relevante, pois o país possui um histórico de fragilidade política e institucional resultado da questão tribal. Essa tendência data principalmente do período da dominação otomana. O império controlava a região central de Trípoli, enquanto governos regionais controlavam as regiões periféricas. As regiões ainda mais afastadas de Trípoli não reconheciam a dominação otomana e se negavam a pagar os impostos. A colonização italiana do início do século XX acabou contribuindo ainda mais para a fragmentação do país no período de 1911-1942. De 1942 até o golpe de Kadafi em 1969, a população tribal não urbana e a urbana com passado rural dominou constantemente o centro do poder na Líbia. Para os autores, outra questão fundamental é o histórico de dominação dos centros de poder pelas periferias. Sendo assim, somente através da centralização do poder e da construção de instituições fortes é que a Líbia será capaz de alcançar a segurança necessária para reorganizar sua política e economia (PACK; BARFI, 2012).

No entanto, outros argumentam que o tribalismo não deve ser encarado como um fator chave das revoltas. Quando Kadafi conquistou o país em 1969, a Líbia estava em processo de transformação para o Estado moderno, com infraestruturas econômicas e educacionais lentamente tomando forma. No entanto, a relativa curta vida do período pré-Kadafi, não possibilitou a construção de instituições estatais fortes, fato que acabaria por fazer o plano de substituir estas instituições com redes mafiosas, uma tarefa relativamente fácil para o general. Neste contexto, o golpe de Kadafi se assemelha a conquista de um castelo abandonado, que mais tarde seria transformado em um instrumento formidável de patronagem e medo. Isto seria realizado através da transformação do próprio Estado em uma "rede de proteção", segundo Fred Halliday (BAMYEH, 2011).

De acordo com Bamyeh (2011), logo após o início das revoltas, várias tribos líbias emitiram declarações sobre a situação da Líbia e ao expressarem seus interesses, a grande maioria destacou a unidade nacional ou a salvação nacional ao invés dos interesses tribais. Esses discursos entre os membros tribais durante as revoltas tornaram-se outro veículo para expressar o patriotismo líbio e articular um senso de responsabilidade nacional. Além disso, segundo o autor, as tribos da Líbia não são entidades homogêneas, mas são compostas por diversos membros com diferentes origens sociais e econômicas. Essa realidade reflete a natureza da sociedade líbia como um todo, com uma população urbana de 90% em que intercasamentos em todas as linhas tribais são comuns (BAMYEH, 2011). Kadafi lutou contra essa realidade tribal

histórica e dinâmica, na tentativa de construir um Estado sobre um modelo de estrutura tribal. A concepção de tribo adotada pelo Estado consistia em um poder executivo concentrado, livre de apoio popular, nas mãos de alguns indivíduos, que viriam a constituir a família governante (BAMYEH, 2011).

O Estado criado por Kadafi

A Líbia, por ser considerado um Estado rentista tende a apresentar uma característica particular para esses países: a abundância de recursos externos permite a provisão de riqueza e a aquisição de segurança, em detrimento da representação. Deve-se levar em consideração, nos Estados rentistas, a natureza informal das políticas e a existência de somente instituições informais (SCHWARZ, 2007). Essa tendência justifica o fato do regime de Kadafi ter evitado deliberadamente construir instituições políticas. Kadafi, apesar do seu comportamento questionável regado de desequilíbrio mental, permaneceu no poder por 42 anos. Grande parte dos autores concorda que a falta de institucionalização líbia favoreceu a permanência do general. Para Bamyeh (2011), a sociedade líbia, pode ser organizada em torno de várias associações de fora do Estado, incluindo redes tribais, ordens sufis, sindicatos e partidos políticos nacionalistas, além de ter sido bastante dependente de ajuda externa até a descoberta de petróleo, alguns anos antes do golpe de Kadafi. Dessa forma, pode-se afirmar que a coesão social do Estado líbio se apoiou quase que exclusivamente em torno da monarquia, a nova instituição pós-independência, que não possuía raízes profundas na história política ou social da Líbia, possibilitando tantos anos de governo (BAMYEH, 2011).

Outra peculiaridade do regime de Kadafi era a natureza anti-institucional do regime, onde o controle era ao mesmo tempo rigoroso e informal, uma vez que o general renunciou em 1978 à função de secretário-geral do Congresso Geral do Povo e assumiu a função de "guia da revolução", sem mandato definido. Assim, o ditador não possuía posição política oficial – e, portanto, nada a partir do qual demitir-se – mas gozava de uma "autoridade moral" sobre a nação. Apesar de não desfrutar de nenhuma autoridade moral, um status semelhante foi concedido a Saif al-Islam, o mais promissor dos sete filhos de Kadafi e seu herdeiro. Apesar da falta de um cargo no governo, Saif al-Islam representava regularmente o regime e falava em seu nome. Além disso, Kadafi chegou ao poder apoiado por um núcleo de oficiais militares socialmente marginalizados, usando a riqueza do Estado para tomar medidas inovadoras e destruidoras para solidificar seu poder, fatores esses, indisponíveis para outros líderes árabes (BAMYEH, 2011).

A economia líbia

As rendas provenientes do petróleo fazem da economia líbia uma economia rentista. Por essa razão, segundo Zaptia (2013) enquanto grande parte das revoltas da Primavera Árabe buscava direitos econômicos e dignidade; na Líbia elas foram movidas em parte pela distribuição econômica e direitos: especificamente direito à riqueza do petróleo gerado na Líbia (ZAPTIA, 2013).

A Líbia tem uma população estimada de 6,4 milhões de pessoas e um volume de produção de petróleo de 1,5 milhões de barris/dia. Estima-se que o país tem mais de 40 bilhões de barris de petróleo em reservas, o equivalente a cerca de 70 anos de produção. Segundo o FMI, as exportações de hidrocarbonetos do país em 2013 somarão uma renda de cerca de US\$ 63,2 bilhões. Já em reservas oficiais brutas o FMI prevê US\$ 42,3 bilhões – o equivalente a 39 meses de exportações (ZAPTIA, 2013). Em outras palavras, a questão central da Líbia não é a falta de recursos, mas sim como administrar e onde investir toda essa renda. Além disso, o país não possui uma dívida externa de longo prazo e, antes das revoltas gozava de classificações de investimento de crédito internacionais de agências como a **S & P e Moodys** (ZAPTIA, 2013).

Segundo Zaptia (2013), apesar dos bons índices de produção de petróleo e renda, a Líbia sofreu décadas de sub-investimento, má gestão, corrupção e centralização. Por isso, seu mercado está ansioso por investimentos e concorrência. Para isso, deve-se implementar uma política de diversificação econômica, uma vez que o país não produz bens industrializados para consumo próprio e, muito menos para exportação. Além disso, será necessário um encolhimento do setor público para que o setor privado possa operar sem distorções (ZAPTIA, 2013).

A intervenção externa

A relação do governo de Kadafi com os países ocidentais passou por momentos de ruptura durante cerca de duas décadas a partir dos anos 1980. Nos anos 1970, o país promove a nacionalização de três companhias petrolíferas norte-americanas, além de o ditador assinar, em 1974, acordos para o fornecimento de armas pela União Soviética à Líbia, causando certo incômodo aos EUA. Em 1979 o país é incluído no rol de Estados que apoiam terroristas e nos próximos anos surgem inúmeras situações de desconforto como os aviões líbios que foram derrubados pelos EUA no Golfo de Sirte (VANDEWALLE, 2012).

Nos anos 1980 os desconfortos aumentam e após uma série de atentados na Europa, em 1986, os líderes do G7 apontam a Líbia como protagonista do terrorismo internacional. O regime é acusado de financiar movimentos terroristas, golpistas e partidos de oposição em diferentes partes do mundo. Após um atentado terrorista em Lockerbie, Escócia, com mais de 200 vítimas, dois agentes líbios foram indiciados pelo atentado e Kadafi recusou-se a extraditá-los, levando à ONU a aplicar sanções econômicas internacionais e embargo aéreo e militar à Líbia (*Disponível em [www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/748\(1992\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/748(1992))).

Após os atentados de 11 de setembro de 2001, Kadafi diz-se engajado na luta contra o terrorismo. Em 2003, o regime anuncia o fim do seu programa de desenvolvimento de armas de destruição em massa, iniciando a remissão internacional do regime e o fim das sanções aplicadas pela ONU. Na sequência, em 2004, o ditador visita Bruxelas, em sua primeira visita internacional à União Europeia em quinze anos. Em 2005 são anunciadas medidas de liberalização econômica no país, com o retorno das companhias petrolíferas estrangeiras à Líbia. Em 2006, têm-se o restabelecimento completo das relações diplomáticas entre Trípoli e Washington (VANDEWALLE, 2012).

O restabelecimento das relações entre a Líbia e as potências ocidentais, podem ter favorecido o fato do país ter sido o único a sofrer intervenções externas no contexto das revoltas da Primavera Árabe, outro fator que difere as revoltas na Líbia das outras. A intervenção externa apoiou o Conselho Nacional de Transição (CNT), facilitou a captura de Kadafi e a queda do regime. O país contou com a ajuda militar da OTAN e principalmente com o apoio de países da região como Catar e Emirados Árabes Unidos (EAU).

O apoio do Catar e EAU foi fundamental, uma vez que os países armaram os rebeldes e os treinaram no território do Catar. O governo do Catar foi o primeiro a reconhecer a legitimidade do governo do CNT, uma vez que o país busca exercer uma liderança regional. Esse apoio de ambos os países se deu devido ao grande número de investimentos existentes desses governos na Líbia, além dos laços de identificação e afinidade dos sheiks com o povo líbio (PACK; BARFI, 2012).

Já com relação ao apoio das potências ocidentais, todos os bens de Kadafi no exterior foram congelados e o maior expoente das sanções impostas pelas Nações Unidas ao regime foi a Resolução 1973 do Conselho de Segurança instaurando uma zona de exclusão aérea na Líbia e autorizando todas as medidas necessárias para proteger populações civis.

(*Disponível em: [www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1973\(2011\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1973(2011))).

Segundo Pack e Barfi (2012) pode-se enumerar algumas justificativas para a intervenção da Europa e EUA na Líbia. Primeiramente, a indústria do petróleo é um fator econômico de destaque, uma vez que o país necessita de estabilidade política para continuar produzindo; outro fator é a postura contraterrorista desses países, pois no caso de um prolongamento dos conflitos, a Líbia poderia tornar-se um Estado falido, desestabilizando a região. Outro fator é a localização geoestratégica, uma vez que a Líbia é uma plataforma efetiva de projeção para o Egito, a região do mar Mediterrâneo e a o resto da África. Os autores apontam ainda para um *status* de precedente da Primavera Árabe, que poderia servir de exemplo em outros países e dissipar ainda mais os conflitos. Um último fator seria o papel desses países, principalmente dos EUA, num paradigma para a cooperação internacional em áreas pós-conflito, algo que já está sendo realizado por esses países na região (PACK; BARFI, 2012).

A revolução

A completa desconexão entre o Estado e a sociedade permitiu à revolução na Líbia ter sido a primeira das revoluções árabes atuais em que um governo de oposição foi formado antes do término da revolução. Isso se deve a, já mencionada surdez autocrática, em que a violência estatal desenfreada acabou exigindo que os funcionários do governo se juntassem à revolução. Porém, isso resultou numa falta de parceiros de confiança da revolução dentro do governo, que, como foi o caso em outras revoltas árabes, pode ter facilitado a condução de um período de transição. Por outro lado, a deserção de um grande número de funcionários públicos de alto escalão, forneceu à revolta um corpo politicamente experiente que teve grande importância no desenvolvimento de instituições para apoiar a revolução, ao mesmo tempo em que o sucesso da oposição em partes já libertas do território líbio criou a necessidade de uma estrutura de governo, para executar e gerenciar essas áreas (BAMYEH, 2011).

A peculiaridade principal das revoltas na Líbia está no fato da revolução que melhor se desenvolveu institucionalmente ter emergido a partir de um Estado com a menor quantidade de estruturas institucionais. Esse foi um grande exemplo de organização tribal, em meio à resistência espontânea e alheia à violência do Estado, desmentindo as queixas ocidentais sobre a alegada "ausência da sociedade civil" na Líbia. Dessa forma, nota-se que, a partir das mais desesperadas circunstâncias, a revolta líbia, entre todas as revoluções árabes, foi, até agora, a que obteve maior avanço (BAMYEH, 2011).

Novo governo e desafios

A Líbia foi um dos países que melhor se reorganizou após as revoltas da Primavera Árabe e em 2012, o Conselho Nacional de Transição (CNT) promoveu eleições democráticas livres no país pela primeira vez desde 1969. Nesse pleito foram eleitos os 200 legisladores que irão compor o Conselho Nacional Geral (CNG), o principal órgão legislativo, que substituirá o CNT. Das 200 cadeiras, 120 estavam reservadas para candidatos independentes e 80 para os membros dos mais de 200 partidos concorrentes. Nas eleições de 2012, a Aliança das Forças Nacionais (AFN), liderada pelo ex-primeiro-ministro interino, Mahmoud Jibril, ganhou 39 dos 80 assentos reservados para os partidos políticos. A AFN é uma coalizão política criada alguns meses após a queda de Kadafi, em fevereiro de 2012. Ela inclui 58 entidades políticas, 236 ONGs e mais de 280 políticos independentes (GRANT, 2012).

Já o Partido da Irmandade Muçulmana conquistou 17 dos 80 assentos. Na Líbia, diferentemente do ocorrido em outros países que foram palco de revoltas, a AFN, coalizão vencedora, possui predominantemente, uma tendência ideológica liberal.

Ela defende "movimentos liberais dentro de um islã moderado" e um "estado civil e democrático" (GRANT, 2012). Já países como o Egito e a Tunísia elegeram partidos islâmicos.

No entanto, pode-se afirmar que a situação política no país ainda é instável. O CNT elegeu Mustafa Abushagur para Primeiro Ministro Interino, mas o político só permaneceu no cargo por 25 dias pois, segundo alguns parlamentares, ele não apresentou uma pauta de gabinete suficientemente diversificada, além de ter envolvido muitos indivíduos desconhecidos para postos-chave e também muitas pessoas do governo interino anterior, que foi visto por alguns líbios como fraco e corrupto. Assim, o Conselho elegeu Ali Zidan para o cargo que deverá durar 20 meses, até as próximas eleições e a criação de uma nova constituição (PACK; COOK, 2012).

A prioridade de Ali Zidan será nomear um novo governo que o Congresso aprove, além da tarefa de desarmar os milhares de jovens que lutaram durante oito meses contra o regime de Kadafi. Os ministros serão pressionados a restabelecer o fornecimento dos serviços básicos, além de restaurar a segurança através da criação de uma força militar e policial capaz de afirmar a autoridade sobre as milícias díspares que sobraram das revoltas. Uma dessas milícias, um grupo radical islâmico que agora afirma ter se dissolvido, foi associado ao ataque ao consulado dos EUA em Benghazi, em setembro de 2012, que resultou na morte do embaixador americano e outras três pessoas (PACK; COOK, 2012).

4. Conclusão

O conceito de Estado rentista pode ser encarado nos dias de hoje como ultrapassado, afinal muitas são as novas variáveis que influenciam uma economia, diferentemente dos anos 1980, quando o conceito foi criado. Contudo, apesar de criticado e ultrapassado, o conceito ainda pode ser visto como relevante, pois as ideias da libertação do Estado da necessidade de recolher recursos, assim como a existência de um contrato social implícito entre elites que conseguiram segurar uma grande parte da população em atividades informais e marginais e a baixa diversificação da economia são características marcantes nas economias do Golfo Pérsico até hoje.

No entanto, nota-se a influência de novas variáveis nas economias rentistas. Diversos países do Golfo Pérsico instauraram adaptações às suas políticas econômicas para garantirem a continuidade de suas rendas, mesmo com a diminuição da produção de petróleo. Nesse aspecto, a influência da globalização permitiu a esses países diversificarem suas rendas através de investimentos externos, criações de companhias aéreas, agências de notícias, times de futebol europeus, etc. Por isso, pode-se afirmar que apesar da tendência de redução de produção do petróleo, esses países não devem ser afetados por movimentos democráticos num futuro próximo, devido à manutenção das suas posições econômicas.

Com relação às revoltas da Primavera Árabe, destaca-se a **importância da "rua árabe"** e seus movimentos urbanos de massa nas revoltas, assim como a explícita surdez autocrática também favoreceu a mobilização social na busca por melhores condições. O conceito de rentismo que implica na existência de um contrato social implícito entre as elites e o Estado acabou sendo rompido, pois quando o Estado deixar de cumprir o seu papel no contrato social, abre-se uma lacuna para o questionamento do governo pela população, como o ocorrido nas revoltas.

Em uma perspectiva futura, os governos que forem capazes de promover o desenvolvimento econômico, mantendo-se alertas com relação às demandas imediatas da população, devem manter-se no poder. Nota-se que os países do GCC passaram a promover medidas políticas para conter as revoluções em seus territórios logo após o

início das revoltas na Tunísia. A ação em conjunto desses países até o momento surtiu resultado, uma vez que esses regimes permanecem sólidos.

Já o futuro da Líbia, apesar de incerto, é de certa forma otimista. As rendas do petróleo mostram que o dinheiro está na Líbia, ele só precisa ser bem investido e distribuído para a população. Além disso, o país já realizou eleições democráticas em 2012 e apesar do longo histórico de autoritarismo, aparenta caminhar para a instauração de um governo democrático legítimo. Outra vantagem está no fato da revolução ter se desenvolvido institucionalmente, mesmo com a pouca institucionalização do país, que antes mesmo da queda do regime já havia um governo de oposição formado e reconhecido pela comunidade internacional.

Uma preocupação é a juventude armada líbia e seus enormes equívocos sobre o significado de democracia. O país tem uma juventude armada que acredita poder utilizar suas armas para conquistar tudo o que quer, pois já viram que essa alternativa funciona. A questão principal na Líbia é a atualização da sua força de trabalho através da oferta de educação. Será necessário o investimento em uma mudança de mentalidade, para que as pessoas passem a pensar no que podem fazer pela Líbia, ao invés do que a Líbia pode fazer por elas. Essa é uma das principais mudanças e a que provavelmente levará mais tempo para ocorrer.

Referências

- AHMIDA, A. A. Why Qaddafi has already lost. *The New York Times*, New York, 16 Mar. 2011.
- ANDERSON L. Demystifying the Arab Spring. **Foreign Affairs**, May/June 2011.
- BAMYEH, M. B. Is the Libyan revolution an exception? 22 Mar. 2011. Disponível em: <<http://muftah.org/?p=956>>.
- BEBLAWI, H. The Rentier State in the Arab World. In: BEBLAWI, H.; LUCIANI, G. (Ed.). **The Rentier State**. Nova York: Croom Helm, 1987. p. 49-62.
- CASSIDY, J. The economies of the Arab world lag behind the West. Is Islam to blame? **The New Yorker**, New York, v. 87, n. 2, p.32-37, 28 fev. 2011.
- FOLEY, S. **The Arab Gulf States: Beyond Oil and Islam**. Boulder: Lynne Rienner, 2010.
- GRANT, G. **Party Profile: The National Forces Alliance**. Disponível em: <<http://www.libyaherald.com/2012/07/01/party-profile-the-national-forces-alliance/>> Acesso em: 01 junho 2013.
- GRAY, M. A Theory of "Late Rentierism" in the Arab States of the Gulf. **Occasional Paper**, Doha, n. 7, p.1-50, 2011.
- HALLIDAY, F. Crises of the Middle East: 1914, 1967, 2003. **Open Democracy**. 15 June 2007.
- JENKIS, J. C. et al. International Rentierism in the Middle East and North Africa, 1971-2008. **International Area Studies Review**, Ohio State University, p. 3-31. set. 2011.
- KEYMAN, A. **The Resilience of Arab Spring Monarchies**. Disponível em: <<http://www.e-ir.info/2012/04/02/the-resilience-of-arab-monarchies-in-the-arab-spring/>>. Acesso em: 13 mar. 2013.
- LAZIRI, M. The Rentier States Model: What has changed? **Middle Eastern Politics**, New York, n. , p.1-12, 2011.

- LUCIANI, G. Allocation vs. Production States: A theoretical framework. In: LUCIANI, G. (Ed.). **The Arab State**. Berkeley: University Of California Press, 1990. p. 30-65.
- MAHDAVY, H. The Patterns and Problems of Economic Development in Rentier States: The Case of Iran. In: COOK, M. A. (Ed.). **Studies in the Economic History of the Middle East**. London: Oxford University Press, 1970. p. 428-467.
- NASSER, R. M. Turbulências no Mundo Árabe: Rumo a uma nova ordem? **Revista Tempo do Mundo**, Brasília, v. 3, n. 2, p.141-167, ago. 2011.
- OWEN, E. R. One Hundred Years of Middle Eastern Oil. **Middle East Brief**, Waltham, n. 24, p.1-8, jan. 2008.
- PACK, J; BARFI, B. In War's Wake: The Struggle for Post-Qadhafi Libya. **Policy Focus**, Washington, n. 118, p.1-38, fev. 2012.
- PACK, J; COOK, H. **Finally an elected Libyan cabinet, but is it fearsome enough to govern?** Disponível em: <www.aljazeera.com/indepth/opinion/2012/11/2012116134542488220.html> Acesso em: 01 junho 2013.
- PETRAS, J. Roots of Arab revolts and premature celebrations. *Dissident Voice*, 3 Mar. 2011.
- ROSS, M. L. Does Oil Hinder Democracy? **World Politics**, Cambridge, v. 53, n. 3, p.325-361, abr. 2001.
- SCHWARZ, R. Rentier States and International Relations Theory. In: CONFERENCE ON INTERNATIONAL RELATIONS, ECPR STANDING GROUP ON INTERNATIONAL RELATIONS, n. 6., 2007, Turin, European. Geneva: Graduate Institute Of International Studies, 12-15 Sept. 2007.
- TAVARES, Viviane. **O Papel das Redes Sociais na Primavera Árabe de 2011:** Implicações para a Ordem Internacional. Disponível em: <<http://mundorama.net/2012/11/06/o-papel-das-redes-sociais-na-primavera-arabe-de-2011-implicacoes-para-a-ordem-internacional-por-viviane-brunelly-araujo-tavares/>>. Acesso em: 04 abr. 2013.
- VANDEWALLE, D. **A History of Modern Lybia**. Nova York: Cambridge University Press, 2012.
- YATES, D. A. The Theory of the Rentier State. In: YATES, D. A. **The Rentier State in Africa:** Oil Rent dependency and neocolonialism in the Republic of Gabon. Trenton: Africa World Press, 1996. p. 11-40.
- ZAPTIA, S. **Learning from Tunisian and Egyptian Arab Spring experiences – part three: Economics**. Disponível em: <www.libyaherald.com/2013/04/06/learning-from-tunisian-and-egyptian-arab-spring-experiences-part-three-economics/>. Acesso em: 15 maio 2013.

Recebido em 30/10/2015 e Aceito em 3/2/2016.

A trajetória da política de cooperação internacional horizontal na agenda de Política Externa Brasileira do Governo Lula (2003-2010)

The path of International and Horizontal Cooperation Policies agenda in the foreign Brazilian policy Brazilian Government of Lula (2003-2010)

Thayris Oliveira, Profa. Dra. Natalia Navarro dos Santos
Centro Universitário SENAC – Campus Nações Unidas
{oliveirathayris@gmail.com, natalia.nsantos@sp.senac.br}

Resumo. Este artigo visa discorrer sobre a importância da Cooperação Horizontal como instrumento à promoção do desenvolvimento na agenda da Política Externa Brasileira no Governo Lula (2003-2010), assim como, meio de inserção internacional e de aproximação com países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, principalmente, com os que integram o continente africano. Para este fim, utiliza-se como aporte teórico-metodológico a pesquisa bibliográfica de cunho exploratório a fim de constatar a trajetória, práticas e motivações brasileiras para consolidação de seu relacionamento com os países africanos. Sendo assim, adotou-se como amostra nesta pesquisa os PALOP (Países Africanos de Língua Portuguesa) com o intuito de identificar as similitudes e diferenças das ações de cooperação recebidas por estes países. Desta forma, serão expostos os resultados dos projetos “Escola de Todos” realizados em Angola e Cabo Verde.

Palavras-chave: Brasil, PALOP, ABC, Cooperação Horizontal, Política Externa Brasileira.

Abstract. This article deals about the importance of the horizontal cooperation as an instrument of promotion development in the agenda of the Brazilian Government of Lula (2003-2010), as well as a mean of international integration and the approach with developed and underdeveloped countries, mostly Africans countries. As a methodology, it was used bibliographical research, based on the exploratory perspective with the purpose of finding the Brazilians path, practices and motivations to consolidate a relationship with Africans countries. Therefore, this article aims to analyze the progress made in Brazil in the horizontal international cooperation policies. The PALOP (African Portuguese Speaking Countries) was adopted as an example in this research, more specifically the “Escola para Todos” project in Angola and Cabo Verde.

Key words: Brazil, PALOP, ABC, horizontal cooperation, Brazilian Foreign Policy.

Iniciação - Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística
Edição Temática em Gestão, Internacionalização e Desenvolvimento

Vol. 5 no 5 – Março de 2016, São Paulo: Centro Universitário Senac
ISSN 2179-474X

Portal da revista: <http://www1.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistainiciacao/>
E-mail: revistaic@sp.senac.br

Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-Não Comercial-Sem Derivações 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/) 

1. Introdução

A Cooperação Horizontal (CH) ou Cooperação Sul-Sul constitui-se como uma modalidade da Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (CDI) tida como um processo no qual dois ou mais países em desenvolvimento visam ampliar por meio da troca de conhecimentos, recursos e técnicas sua capacidade nacional de desenvolvimento. O governo brasileiro tem feito da CH o principal elemento de política de cooperação técnica internacional, a fim de estreitar suas relações com os demais países e obter prestígio internacional.

Nesta pesquisa será analisada a trajetória do Brasil como doador e receptor da cooperação internacional, bem como, os seus avanços nesta área, especialmente no governo Lula (2003-2010) no qual houve uma aproximação significativa com o continente africano. Neste contexto, os PALOP são o principal alvo da cooperação brasileira, tendo em vista, às afinidades que estes têm em comum devido a sua formação histórica.

2. Metodologia

A metodologia adotada é exploratória, sendo realizada uma pesquisa bibliográfica de dados oficiais. A pesquisa bibliográfica foi acompanhada de anotações e fichamentos que foram utilizados na construção da fundamentação teórica deste trabalho. Pode-se destacar como as principais referências, as obras: **"Evolução da Cooperação Técnica Internacional"** de Fernando Abreu, **"Cooperação Sul-Sul: O Brasil e os Palop"** de Lucien Campos, **"A Cooperação Trilateral Brasileira em Moçambique. Um estudo de caso comparado: o Proalimentos e Prosavana"** de Natalia Fingeremann, **"A Política Externa do Brasil no Séc. XXI: Os eixos combinados de Cooperação Horizontal e Vertical"** de Cristiane Pecequilo e **"A Nova Política Externa Independente: o Governo Lula e a inserção externa brasileira no século XXI"** de Eduardo Mello porque estes desenvolveram pesquisas importantes sobre a relação do Brasil com a cooperação internacional e como isso influi na política externa nacional, bem como, a importância dos PALOP para o governo brasileiro. Além disso, foram utilizadas fontes oficiais como, a ABC (Agência Brasileira de Cooperação), MRE (Ministério de Relações Exteriores) e Legis Palop com o intuito de proporcionar ao leitor o conteúdo formal disponibilizado pelas respectivas instituições governamentais.

A diversidade dos materiais analisados viabilizou o conhecimento a cerca do tema por meio de diferentes pontos de vista, permitindo o confronto dos dados e a construção das **conclusões. Ademais, a análise feita do projeto "Escola de Todos" realizados pelo Brasil em Angola e Cabo Verde levou em consideração os resultados obtidos e os estágios de realização a fim de detectar os avanços na cooperação efetuada.**

Os itens mencionados nos parágrafos acima serviram para dar embasamento nesta pesquisa de iniciação científica a fim de expor da forma mais clara as informações, bem como, proporcionar um fechamento mais sólido de análise.

3. Resultados e discussão

A cooperação internacional é um instrumento importante para manutenção da paz e redução da pobreza mundial, assim, tem sido utilizada pelos países desenvolvidos ou em desenvolvimento para manter ou obter seu prestígio internacional por meio de parcerias que beneficiam países carentes de desenvolvimento. No caso brasileiro, a cooperação técnica (tanto à que é recebida como à que prestada pelo Brasil) deve contribuir, precisamente, para o desenvolvimento socioeconômico efetivo dos países, bem como, para construção de suas autonomias nacionais nos temas abrangidos (ABC, 2014). Nos últimos anos, o governo brasileiro tem incentivado o aumento da atuação de instituições nacionais do setor público ou da sociedade civil no exterior.

O Brasil realizou, durante os dois períodos de governo de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010), uma ofensiva diplomática direcionada ao continente africano, enquanto a África aprofundava a sua integração à economia internacional. As iniciativas brasileiras eram precisamente políticas, comerciais e de cooperação técnica e econômica e estas desempenharam um papel significativo neste processo. As motivações do Brasil para esta ofensiva eram variadas e todas encontram embasamento no discurso de política externa do governo Lula. Retomou-se, neste momento, o destaque dado à cooperação horizontal como vetor prioritário de inserção internacional e de asseveração política brasileira no âmbito internacional e ao fomento de interesses econômicos e empresariais nacionais. Ademais, existia a necessidade de consolidar a presença econômica brasileira em um continente onde a participação chinesa aumentava exponencialmente de modo que esta foi uma das razões para atuação diplomática no Brasil na África.

No que se refere aos países africanos, o governo Lula notou que existiam afinidades em comum devido fatores históricos, culturais e linguísticos. Desta forma, os PALOP poderiam oferecer substancial apoio as pretensões brasileiras no sistema mundial. Os PALOP continuaram a ser os principais destinatários da cooperação sul-sul brasileira no governo de Dilma Rousseff, apesar de constatada uma redução no ritmo de viagens internacionais e a desaceleração de novos postos diplomáticos. Embora os esforços tenham sido menores, o foco na cooperação horizontal manteve-se juntamente com o objetivo de consolidar o país como potência regional.

4. Conclusões

O objetivo desta pesquisa era analisar a trajetória da cooperação internacional horizontal no Brasil no Governo Lula, tendo como enfoque nas relações entre os PALOP. Percebeu-se que a cooperação internacional é um instrumento importante utilizado na política externa do país para o estreitamento das relações com os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos.

A cooperação internacional em todos os segmentos Norte-Sul, Sul-Sul e Trilateral permite que o país mantenha ou obtenha prestígio internacional. No caso do Brasil, notou-se o aumento das ações de cooperação internacional refletindo diretamente na inserção do país no âmbito mundial. Tais ações confirmam as estratégias definidas para a política externa brasileira, visando promover os interesses econômicos e empresariais nacionais. Além disso, podemos notar que o Brasil utilizou-se da experiência como receptor de cooperação internacional para tornar-se doador e, assim, contribuir com as políticas de cooperação internacional.

No primeiro momento, manteve-se por um longo tempo na condição de receptor da cooperação dos países desenvolvidos e instituições multilaterais, no entanto, conforme foram passando os anos foi assumindo, gradativamente, um papel dúbio no cenário internacional, passando a ser receptor e prestador, ao mesmo tempo. Isto se deve ao fato de se ter investido na capacitação de instituições para que estas pudessem dar continuidade aos projetos realizados via cooperação internacional. Com o aprimoramento destas instituições, o Brasil viu-se capaz de promover a cooperação internacional e na década de 1980, houve uma estruturação da cooperação técnica prestada pelo Brasil a outros países em desenvolvimento que resultou na criação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), responsável por atuar, exclusivamente, em cooperação técnica. As outras modalidades foram atribuídas a outros órgãos federais.

A partir do governo Lula, o Brasil começou a estreitar seu relacionamento com o continente africano e os PALOP que estão primeira linha de frente da cooperação brasileira, tendo em vista, que podem oferecer apoio substancial às pretensões brasileiras no sistema mundial. Além disso, existem afinidades que aproximam o Brasil dos PALOP que são fatores históricos, culturais e linguísticos. Neste trabalho escolheu-se trabalhar com o projeto **“Escola de Todos” realizado em Angola e Cabo Verde**, foi possível identificar que governo brasileiro utilizou o mesmo padrão para a construção destes projetos, contemplando as necessidades locais e auxiliando as instituições nacionais destes dois países para promover o acesso à educação, capacitando profissionais e disponibilizando os materiais necessários para este fim. No entanto, por falta de fontes oficiais sobre os valores investidos e efetividade dos projetos não foi possível analisar de maneira criteriosa os pontos positivos e a desenvolver da cooperação prestada.

Pode-se concluir que o Brasil identifica que o continente africano pode auxiliá-lo no alcance de seus interesses econômicos e os PALOP é meio mais fácil para a inserção deste na África devido às características comuns relacionadas à colonização. A principal contribuição desta pesquisa foi detectar o Brasil tem se especializado cada vez mais na área de cooperação internacional e isto tem possibilitado acordos com os outros países – emergentes, desenvolvidos e subdesenvolvidos – beneficiando a economia e promovendo o prestígio

internacional. Sabe-se que, inicialmente, no governo Lula o país recebeu críticas por ter expandido as relações com outros países ao invés de centralizar-se nos Estados Unidos. Entretanto, posteriormente, esta iniciativa trouxe ganhos positivos tanto no âmbito internacional quanto nacional.

A África tem passado por um período de crescimento econômico e o apoio do Brasil os favorece no que diz respeito à obtenção de meios para melhorar as estruturas internas para se reduzir a desigualdade social e alavancar o desenvolvimento econômico, social e político.

Referências

ABREU, Fernando José Marroni. **A Evolução da Cooperação Técnica Internacional no Brasil.** Disponível em: <www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/.../8658>. Data de acesso: 25 de abril de 2014.

ABC – Agência Brasileira de Cooperação. **Informações Gerais.** Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/>>. Data de acesso: 23 de abril de 2014.

ABC – Agência Brasileira de Cooperação. **A Cooperação Técnica do Brasil para a África.** Disponível em: <http://www.abc.gov.br/Content/abc/docs/CatalogoABCAfrica2010_P.pdf>. Data de acesso: 01 de outubro de 2014.

ABC – Agência Brasileira de Cooperação (2012). **Projetos de Cooperação Sul-Sul.** Disponível em <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Palop>>. Data de acesso: 01 de outubro de 2014.

ALVES, Leonardo Pace. **A Cooperação Técnica Triangular e o Papel Do Inmetro.** Disponível em: <seer.ufrgs.br/austral/article/download/40498/26974>. Data de acesso: 25 de abril de 2014.

CABRAL, Lúcia. **Cooperação Brasil-África para o desenvolvimento: Caracterização, tendências e desafios.** Disponível em: <<http://www10.iadb.org/intal/intalcdi/pe/2012/09904.pdf>>. Data de acesso: 15 de março de 2015.

CAMPOS, Lucien Vilhalva de. **Cooperação Sul-Sul: O Brasil e os Palop.** Disponível em: <http://www.academia.edu/10615022/COOPERA%C3%87%C3%83O_SUL-SUL_O_BRASIL_E_OS_PALOP>. Data de acesso: 10 de abril de 2015.

COOPERAÇÃO PALOP e TIMOR LESTE/UE. **Cooperação Palop.** Disponível em: <<http://cooperacao.palop-tl.eu/>> Data de acesso: 23 de fevereiro de 2015.

Iniciação - Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística - Vol. 5 nº 5 - março de 2016
Edição Temática em Edição Temática: Gestão, Internacionalização e Desenvolvimento

FINGERMANN, Natalia Norchese. **A Cooperação Trilateral Brasileira em Moçambique. Um Estudo de Caso Comparado: O Proalimentos e o Prosavana.** Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11608/Fingermann_TESE_2014_joined_document.pdf?sequence=1>. Data de acesso: 4 de maio de 2014.

LEGIS PALOP. **Base de dados oficial dos Palop.** Disponível em: <<http://www.legis-palop.org/bd>> Data de acesso: 12 de maio de 2015.

MELLO, E. B. (2009). **A Nova Política Externa Independente: o Governo Lula e a inserção externa brasileira no século XXI.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para obtenção do grau de mestre, orientada por Paulo Vizentini, Porto Alegre.

MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. **Balanco da Política Externa 2003 a 2010.** Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/7.1.1-cooperacao-internacional-cooperacao-bilateral-prestada>>. Data de acesso: 10 de setembro de 2014.

PECEQUILO, C. (2008). **A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical.** Revista Brasileira de Política Internacional, 51, pp. 136-153.

PUENTE, Carlos Afonso Iglesias. **A Cooperação Técnica Horizontal Brasileira como instrumento da política externa: evolução da técnica com países em desenvolvimento – CTPD – no período de 1995 – 2005.** Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0715.pdf>>. Data de acesso: 10 de setembro de 2014.

RIZZI, Kamilla Raquel. **O Grande Brasil e os pequenos Palop. A política externa brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.** Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/54081/000851129.pdf?...1>>. Data de acesso: 10 de maio de 2015.

RENZIO, P. et al. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul: Como Responder aos Desafios Correntes.** BricsPolicy Center, 2013. Disponível em: <<http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/5992/doc/1619030609.pdf>>. Data de acesso: 15 de setembro de 2015.

SISTEMA DE CONSULTA INTEGRADO DE ATOS INTERNACIONAIS. **Atos Internacionais Bilaterais.** Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2007/b_221> Data de acesso: 20 de maio de 2015.

VEIGA, Pedro da Motta. **A África na agenda econômica do Brasil: comércio, investimentos e cooperação.** Disponível em: <
http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/116_PMV.pdf> Data de
acesso: 17 de maio de 2015.

Recebido em 29/10/2015 e Aceito em 11/3/2016.

Produção científica brasileira sobre perfil empreendedor no período de 2010-2015

Brazilian Scientific production on Entrepreneur Profile in the Period of 2010-2015

Ítalo de Paula Casemiro, Thaís dos Santos Araújo
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Centro de Ciências da Saúde - Bacharelado em Gastronomia
{itcasemiro@hotmail.com, thaiss.araujo@hotmail.com}

Resumo. O estudo da produção científica brasileira sobre o perfil empreendedor compreende o objeto de estudo do presente artigo. Trata-se do levantamento de artigos publicados sobre a temática entre 2010 a 2015 e, disponibilizado no Portal SPELL (Scientific Periodicals Eletronic Library). A pesquisa foi exploratória, com método quantitativo, no primeiro momento e descritiva, num segundo momento. A análise considerou número de artigos, autores, temas, metodologias, tipos de pesquisa, instrumentos de coleta de dados, populações alvo e área de formação dos autores. Sobre o tema em questão foram encontrados 14 artigos. Os temas abordados são os considerados tradicionais, com destaque para a avaliação do perfil empreendedor. A ampla maioria dos autores possui formação em Administração e estão vinculados às universidades.

Palavras-chave: produção científica, perfil empreendedor, spell.

Abstract. *The study of the scientific production on the entrepreneurial understand the subject matter of this article. This is the survey of articles published on the subject between 2010-2015 and made available on the Portal SPELL (Scientific Electronic Library Periodicals) . The research was exploratory , with quantitative method , at first , descriptive , second . The analysis considered the number of articles , authors, subjects , methodologies , research types , data collection instruments , target populations and area of training of authors . On the topic in question were found 14 articles. The topics are considered traditional , with emphasis on the evaluation of the entrepreneurial profile . The vast majority of authors have management training and are tied to universities.*

Key words: *scientific, entrepreneurial, spell.*

**Iniciação - Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística
Edição Temática em Gestão, Internacionalização e Desenvolvimento**

Vol. 5 no 5 – Março de 2016, São Paulo: Centro Universitário Senac
ISSN 2179-474X

Portal da revista: <http://www1.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistainiciacao/>
E-mail: revistaic@sp.senac.br

Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-Não Comercial-Sem Derivações 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/) 

1. Introdução

A taxa total de empreendedorismo no Brasil atingiu, em 2014, o seu maior índice de todos os tempos. De acordo com a nova pesquisa Global Entrepreneurship Monitor (GEM-2014), três em cada dez brasileiros adultos entre 18 e 64 anos possuem uma empresa ou estão envolvidos com a criação de um negócio próprio. Em dez anos, essa taxa de empreendedorismo saltou de 23%, em 2004, para 34,5%.

Quando comparado com os países que compõem o Brics, o Brasil é a nação com a maior taxa de empreendedorismo, ficando quase oito pontos percentuais à frente da **China, com uma taxa de 26,7%**, ressalta o presidente do Sebrae, **Luiz Barretto**. A Índia tem uma taxa de empreendedorismo de 10,2%, a África do Sul de 9,6% e a Rússia de 8,6%. O número de brasileiros que já têm uma empresa, ou que estão envolvidas na criação de uma, é superior, também, a países como Estados Unidos (20%), Reino Unido (17%), Japão (10,5%), Itália (8,6%) e França (8,1%). A pesquisa ainda revela que a cada 100 brasileiros que começam um negócio próprio no Brasil, 71 são motivados por uma oportunidade de negócios e não pela necessidade.

O empreendedorismo está sendo cada vez mais posto em prática em toda a sociedade, e hoje, o mercado está em busca de pessoas que possuam características empreendedoras. Maiores serão as chances de êxito de uma organização que possuir em seu quadro de colaboradores pessoas que são criativas, autossuficientes, proporcionando mudanças no meio em que estão inseridas (DOLABELA, 2003).

Dolabela (1999) e Fillion (1999) afirmam que, no Brasil, por conta da variedade e diversidade de características atribuídas ao empreendedor, o desenvolvimento de estudos que vislumbram a mensuração e o entendimento deste conceito subjetivo, identificando os atributos que contribuem para formação do perfil empreendedor, torna-se cada vez mais relevantes.

A partir do exposto, pretende-se com este estudo realizar um levantamento da produção científica brasileira sobre o perfil empreendedor em periódicos científicos brasileiros.

2. Referencial Teórico

Empreendedor

Para Fillion (1999) o empreendedor é alguém com capacidade de estabelecer objetivos claros e encontrar oportunidades de negócios. É um visionário e um indivíduo que faz uso de sua criatividade e conhecimento do ambiente no qual está inserido para vislumbrar oportunidades. Dolabela (2002) amplia esta ideia definindo o empreendedor como indivíduo capaz de identificar as oportunidades, independentemente dos recursos que tem à mão, uma vez que sabe como buscar, gerenciar e capacitar recursos.

Schumpeter (1950) entende o empreendedor como promotor de adaptações essenciais ao progresso econômico. Enquanto, Kirzner (1986) considera o empreendedor como aquele que consegue identificar e aproveitar oportunidades que são geradas com o uso de novas tecnologias em substituição de outras, o que remete ao processo, denominado por Schumpeter (1982), de destruição criativa, ou seja, o processo capaz de inserir novas tecnologias, destruindo ou até mesmo suprimindo tecnologias existentes, inclusive tecnologias de gestão.

Posteriormente, Drucker (1987) descreveu empreendedores como indivíduos capazes de aproveitar oportunidades para criar as mudanças. Estes não se limitam apenas aos seus próprios talentos (intuição, criatividade e intelectualidade), levando ao ato de empreender recursos interdisciplinares adquiridos com a experiência e o conhecimento.

Perfil Empreendedor

Para Dornelas (2001) o perfil empreendedor, em regra, é composto pelas seguintes características: São pessoas visionárias; sabem tomar decisão; são indivíduos que fazem diferença; sabem explorar ao máximo as oportunidades; são determinados e dinâmicos; são dedicadas; são otimista e apaixonados pelos que fazem; são independentes e constroem o próprio destino; são líderes e formadores de equipes; são bem relacionados; são organizados; planejam; possuem conhecimento; assumem riscos calculados e criam valor para a sociedade.

Schumpeter (1950) preconizava que o perfil empreendedor sustentava-se na inovação e na renovação tecnológica, estimulando o progresso econômico. Já McClelland (1972) identificou como principal característica do perfil empreendedor, a necessidade de atingir seus alvos com a dedicação e a disciplina de um estrategista militar, que analisa o terreno onde pisa, procura antecipar riscos e possíveis resultados, de forma obstinada e disciplinada para alcançar seus objetivos. Kuratko e Hodgetts (1995) sintetizaram algumas das características do perfil empreendedor, conforme Tabela 1.

Tabela 1. Características do Perfil Empreendedor Tradicional.

ANO	AUTOR	CARACTERÍSTICAS
1848	Mill	Assume risco
1917	Weber	Fonte da autoridade formal (é líder)
1934	Shumpeter	Inovação; Iniciativa
1954	Sutton	Procura desafios
1959	Hartman	Fonte de autoridade formal (é líder)
1961	McClelland	Tomador de risco; Necessidade de realização
1963	Davids	Ambicioso; Procura ser independente; Responsável; Auto-confiante
1964	Pickle	Autoconsciência; Relações Humanas; Habilidade em se comunicar; Conhecimento Técnico
1965	Litzinger	Preferência pelo risco; Independente; Reconhecimento por Benevolente; Líder
1965	Schrage	Perceptivo; Motivado pelo poder; Consciente das suas limitações; Desempenha-se sob pressão
1971	Palmer	Assume risco moderado
1971	Hornaday e Aboud	Necessidade de realização; Autonomia; Agressivo; Poder; Reconhecimento; Inovador/independente
1973	Winter	Precisa de poder

1974	Borland	Foco interno de controle
1974	Liles	Necessidade de realização
1977	Gasse	Assume risco
1978	Timmons	Fonte da autoridade formal (é líder)
1980	Brockhaus	Inovação; Iniciativa
1980	Sexton	Procura desafios
1981	Mescon e Montanari	Fonte de autoridade formal (é líder)
1981	Welsh and White	Tomador de risco; Necessidade de realização
1982	Dunkelberg e Cooper	Ambicioso; Procura ser independente; Responsável; Auto-confiante
1982	Welsch e Young	Autoconsciência; Relações Humanas; Habilidade em se comunicar; Conhecimento Técnico

Fonte: Kuratko e Hodgetts ,1995.

3. Metodologia

Os dados do presente estudo constituíram-se dos artigos publicados em periódicos nacionais entre janeiro de 2010 a outubro de 2015, disponíveis no Portal SPELL (Scientific Periodicals Eletronic Library) (<http://www.spell.org.br/>), em dezembro de 2012.

A inclusão das publicações sobre perfil empreendedor foi definida a partir da análise das palavras-chave dos artigos publicados em periódicos nacionais. Para a análise foram utilizados apenas artigos em português. Cabe salientar que o Portal SPELL também disponibiliza, além de artigos, resenhas, resumos entre outras publicações.

Este estudo pode ser caracterizado, inicialmente, como exploratório, com método quantitativo. Esta pesquisa é do tipo documental, visto que o material objeto de estudo são artigos publicados revistas científicas, um tipo de publicação periódica. Em um segundo momento, a pesquisa assume caráter descritivo.

Como o objetivo geral do estudo foi analisar a produção sobre perfil empreendedor no Brasil, na etapa exploratória e quantitativa da pesquisa realizou-se um levantamento dos artigos científicos publicados em periódicos nacionais e disponibilizados no Portal SPELL.

Num primeiro momento da pesquisa, buscou-se qualificar todos os artigos científicos sobre perfil empreendedor, disponibilizados no portal. Assim, procedeu-se a filtragem, por busca de artigos sobre o tema em questão, por ano e idioma. Após esta abordagem os artigos foram separados para análise. Nestas condições, encontrou-se um total de 14 artigos científicos, conforme o Tabela 2. Estes 14 artigos passaram a integrar a segunda etapa da pesquisa, sendo esta descritiva quantitativa. Nesta etapa, a finalidade inicial foi identificar, nos artigos em estudo, as seguintes variáveis: o volume de publicações sobre o tema, os autores dos artigos, quais eram os mais produtivos; os temas adjacentes à perfil empreendedor tratados; os periódicos com maior produtividade sobre o tema; os métodos de pesquisa utilizados; os instrumentos de coleta de dados adotados; as populações-alvo escolhidas para o estudo; e por fim, foram examinadas as áreas de formação do primeiro autor por meio de consulta ao Currículo Lattes. Em seguida, foi realizada a quantificação dos resultados, com a contagem simples de frequência. Ao concluir esta etapa, em cada

um dos artigos avaliados, os dados foram analisados por meio de estatísticas descritivas, utilizando-se como apoio o software Microsoft Excel 2010. Os resultados foram reunidos em tabelas e descritos, sucintamente.

Tabela 2. Artigos Analisados na Pesquisa.

ITEM	REFERÊNCIAS
1	ABREU, N R et al. Propensão dos estudantes africanos da UFAL ao empreendedorismo. Revista de Negócios , Blumenau, v. 17, n. 4, p. 3-17, out./dez. 2012. Disponível em: < http://proxy.furb.br/ojs/index.php/rn/article/view/2306 >. Acesso em: 14 out. 2015.
2	BOAVENTURA, M.G.; MELO, M. C. O. L. Criação de Empresas por Microempreendedores. R. Adm. FACES Journal Belo Horizonte , v. 11, n. 2, p. 11-26, abr./jun. 2012. Disponível em: < http://www.fumec.br/revistas/index.php/facesp/article/view/1213 >. Acesso em: 14 out. 2015.
3	BRANTS, J. B. et al. Empreendedorismo Acadêmico no Curso de Administração da UNIR. Pretexto , Belo Horizonte v. 16, n. 2, p. 59-74 abr./jun. 2015. Disponível em: < http://www.fumec.br/revistas/pretexto/article/view/2368 >. Acesso em: 14 out. 2015.
4	CAMARA, E. C; ANDALÉCIO, A. M. L. Características empreendedoras: um estudo de caso com farmacêuticos utilizando o modelo de McClelland. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas , São Paulo, v. 1, n.3, set./dez. 2012. Disponível em: < http://www.regepe.org.br/index.php/regepe/article/view/32 >. Acesso em: 14 out. 2015.
5	CARREIRA, S. S. et. al. Empreendedorismo feminino: um estudo fenomenológico. Navus , Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 06-13, abr./jun. 2015. Disponível em: < http://navus.sc.senac.br/index.php/navus/article/view/208 >. Acesso em: 13 de out de 2015.
6	FILARDI, F. Do Homo Empreendedor ao Empreendedor Contemporâneo: Evolução das Características Empreendedoras. Revista Ibero-Americana de Estratégia – RIAE , São Paulo, v. 13, n. 3, p. 123-140, jul./set. 2014. Disponível em: < http://revistaiberoamericana.org/ojs/index.php/ibero/article/view/2130 >. Acesso em: 13 out. 2015.
7	GOUVÊA, A. B. C. T.; SILVEIRA, A.; MACHADO. H. P. V Mulheres empreendedoras: compreensões do empreendedorismo e do exercício do papel desempenhado por homens e mulheres em organizações. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas , São Paulo, v. 2, n.2, p. 32-54, maio./ago. 2013. Disponível em: < http://www.regepe.org.br/index.php/regepe/article/view/60 >. Acesso em: 13 out. 2015.
8	ILZUKA, A.S.; MORAES, G. H. S. M. Análise do Potencial e Perfil Empreendedor do Estudante de Administração e o Ambiente Universitário: Reflexões para Instituições de Ensino. Administração: Ensino e Pesquisa , Rio de Janeiro v. 15 n. 3, p. 593-630, jul/ago/set. 2014. Disponível em: < http://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/16 >. Acesso em: 13 out. 2015.

9	MORAES, M. J. et al. Análise Comparativa do Perfil Empreendedor entre Motoristas Autônomos e Funcionários no Transporte Rodoviário de Cargas. Revista da Micro e Pequena Empresa , Campo Limpo Paulista, v. 6, n. 2, p.107-124, maio/ago. 2012. Disponível em: < http://www.faccamp.br/ojs/index.php/RMPE/article/view/405 >. Acesso em: 13 out. 2015.
10	MORAES, M.J; HASHIMOTO, M.; ALBERTINE, T.Z. Perfil Empreendedor: estudo sobre características empreendedoras de motoristas funcionários, agregados e autônomos do transporte rodoviário de cargas. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas , São Paulo v. 2, n.1, p. 132-157, jan./abr.. 2013. Disponível em: < http://www.regepe.org.br/index.php/regepe/article/view/41 >. Acesso em: 12 out. 2015.
11	MUYLDER, C. F. et al. Influência do Perfil Empreendedor na Gestão de uma Instituição de Ensino. Amazônia, Organizações e Sustentabilidade , Belém v. 2, n. 2, p. 7-18, ago./dez. 2013. Disponível em: < http://www.unama.br/seer/index.php/aos/article/view/55 >. Acesso em: 12 out. 2015.
12	RAIMUNDO, C. M. Perfil empreendedor e geração de estratégias: um estudo descritivo a partir da experiência no setor da construção civil. Revista Brasileira de Estratégia , Curitiba, v. 3, n. 2, p. 195-205, maio/ago. 2010. Disponível em: < http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/rebrae?dd1=5655&dd99=view&d98=pb >. Acesso em: 12 out. 2015.
13	ROCHA, E. L. de C.; FREITAS, A. A. F. Avaliação do Ensino de Empreendedorismo entre Estudantes Universitários por meio do Perfil Empreendedor. RAC , Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 465-486, jul./ago. 2014. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rac/v18n4/1415-6555-rac-18-04-00465.pdf >. Acesso em: 12 out. 2015.
14	SILVA, A. A. et al. Percepção da Incerteza e o Perfil Empreendedor no Setor de Serviços de Alimentação. R. Adm. FACES Journal , Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 54-71, jul./set. 2012. Disponível em: < http://www.fumec.br/revistas/facesp/article/view/805 >. Acesso em: 12 out. 2015.

Fonte: Dados da pesquisa.

4. Resultados

Distribuição de Artigos por Periódicos

A partir do levantamento realizado, podemos constatar que alguns periódicos apresentam um volume maior de publicações sobre perfil empreendedor. Entre os 14 artigos analisados, 5 deles estavam vinculados a dois periódicos: Revista de Administração FACES Journal e Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas.

A distribuição das publicações sobre cultura organizacional por periódico (Tabela 3) revela diferenças entre os veículos de divulgação quanto à presença de estudos sobre cultura organizacional. Tais diferenças podem ser atribuídas a diversos fatores, entre os quais, a preferência dos autores por determinados periódicos que abordam a temática do empreendedorismo, a especificidade temática de alguns destes periódicos, assim como a periodicidade dos mesmos.

Tabela 3. Distribuição de artigos por periódicos.

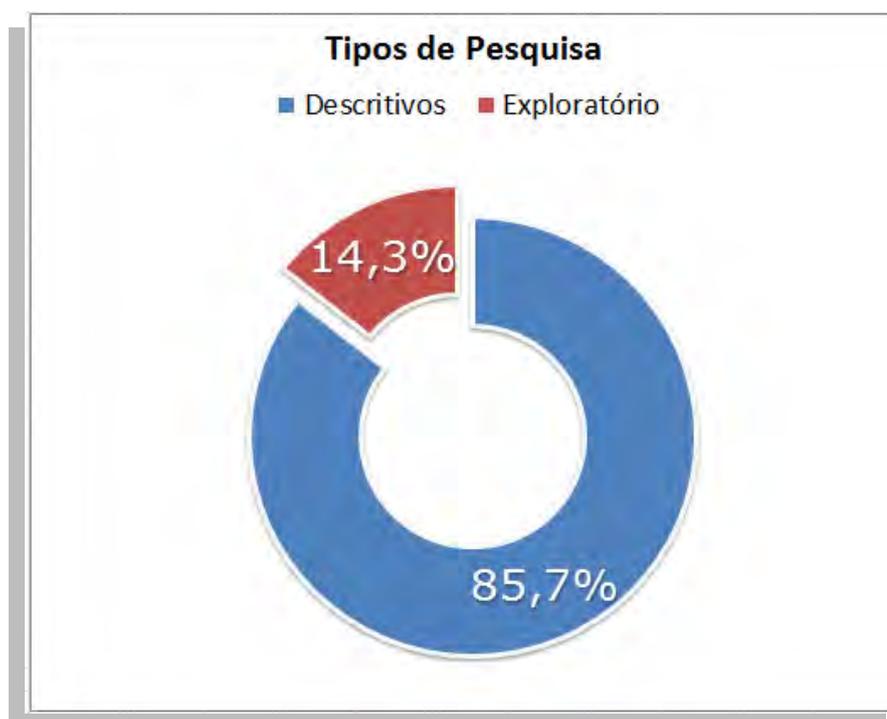
PERIÓDICOS	f (TOTAL)	f (%)
Revista de Administração FACES Journal	2	14,3%
Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas	3	21,4%
Outros	9	64,3%

Fonte: Dados da pesquisa.

Tipos de Pesquisa

Quanto aos tipos de pesquisa (Figura 1), os artigos analisados demonstraram que estudos descritivos (85,7%) são os mais utilizados, nos estudos que envolvem o perfil empreendedor. Na pesquisa descritiva realiza-se o estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador. A finalidade é observar, registrar e analisar os fenômenos ou sistemas técnicos, sem, contudo, entrar no mérito dos conteúdos.

Figura 1. Tipos de Pesquisa.



Fonte: Dados da pesquisa.

Metodologias Utilizadas

Quanto aos métodos de pesquisa utilizados nos estudos publicados nos eventos analisados, os métodos do tipo quantitativo é a preferência da maioria dos autores (Tabela 4). Este fato é fácil de ser explicado, pois na maioria dos artigos, pode ser observado que o intuito dos autores era obter maior familiaridade com o problema para torná-lo explícito a partir da quantificação de aspectos e características

relacionadas ao perfil empreendedor. O levantamento demonstrou que os estudos quantitativos representam ampla maioria com 64,3% de participação, enquanto os estudos qualitativos representam 28,6%. Cabe ressaltar que 7,1% dos artigos apresentam os dois tipos de estudo: qualitativos e quantitativos combinados.

Tabela 4. Distribuição de metodologia empregada nos artigos.

METODOLOGIA	f (TOTAL)	f (%)
Quantitativos	9	64,3%
Qualitativos	4	28,6%
Misto	1	7,1%

Fonte: Dados da pesquisa.

Instrumentos de Coleta de Dados

Na continuidade do levantamento dos artigos publicados sobre perfil empreendedor em periódicos nacionais, analisaram-se os instrumentos de coleta de dados adotados pelos autores. Percebeu-se que questionários são os instrumentos mais utilizados pelos pesquisadores, o que se justifica pelo fato de este ser o meio mais tradicional de se avaliar o perfil empreendedor (Tabela 5).

Tabela 5. Distribuição de instrumentos de coletas de dados utilizados nos artigos.

INSTRUMENTOS	f (TOTAL)	f (%)
Pesquisa Documental	1	7,1%
Entrevista Semiestruturada	4	28,6%
Questionários	9	64,3%

Fonte: Dados da pesquisa.

Assuntos mais Frequentes Relacionados ao Tema

Quanto aos assuntos relacionados ao perfil empreendedor, podemos destacar que a maioria dos estudos trata de temas tradicionais sobre o empreendedor, sendo a avaliação do perfil deste empreendedor o assunto mais tratado na maior parte dos artigos pesquisados (64,3%). Segundo os estudos apresentados o perfil empreendedor interfere fortemente na dinâmica de operação de uma organização. Por fim, destaca-se os estudos que buscam avaliar o perfil empreendedor de mulheres (14,3%). Na Figura 2 são apresentados os assuntos mais frequentes relacionados ao tema principal.

Figura 2. Distribuição dos assuntos relacionados ao perfil empreendedor.

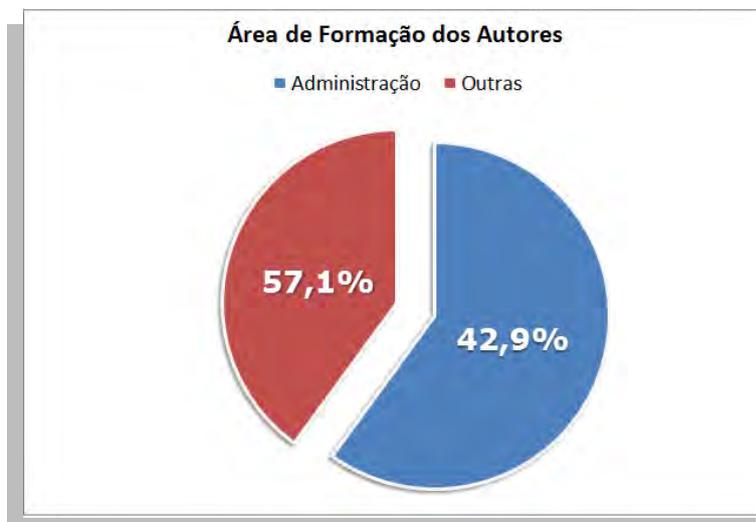


Fonte: Dados da pesquisa.

Formação dos Autores

No que diz respeito à área de formação superior inicial (primeira titulação em nível superior) do primeiro autor, obtida através da consulta ao Currículo Lattes, observou-se que a maioria dos autores dos artigos analisados são bacharéis em Administração, representando 42,9% do total, conforme vemos na Figura 3. Além disso, constatou-se que maioria estão vinculados às instituições de ensino superior. Outro dado importante e já esperado: a maioria dos autores são provenientes de instituições públicas. Verificou-se também, que a produção nacional sobre perfil empreendedor apresenta uma concentração em instituições das regiões Sudeste (64,3%) do país.

Figura 3. Formação dos autores.



Fonte: Dados da pesquisa.

População Alvo

Ter como objeto de estudo pessoas e seus perfis empreendedores, como era de se esperar é o que predomina na maior parte dos artigos analisados (Tabela 6). Estudar o componente humano é o que se esperar quando se estuda o perfil empreendedor.

Tabela 6. Distribuição da população alvo das pesquisas.

POPULAÇÕES	f (TOTAL)	f (%)
Empresas	3	21,4%
Funcionários	3	21,4%
Empresários	3	21,4%
Alunos	4	28,6%
Outros	1	7,1%

Fonte: Dados da pesquisa.

5. Considerações Finais

Considerando-se que o levantamento realizado oferece importantes contribuições para uma maior caracterização da produção científica nacional sobre o perfil empreendedor, podemos perceber pelos dados e pela análise feita que existe um número baixo de publicações em periódicos brasileiros sobre o tema.

Os resultados obtidos evidenciam uma baixa variedade temática e metodológica sobre o tema, bem como a preocupação dos autores em abordar temas tradicionais, como a avaliação do perfil empreendedor. Esta realidade demonstra que os trabalhos sobre perfil empreendedor estão voltados de forma geral para a mensuração de características empreendedoras em indivíduos, mas que não estão considerando as suas implicações como um todo. Além disso, observa-se que os métodos empregados, resumem-se à abordagens quantitativas, o que denota a necessidade de se realizarem pesquisas envolvendo método qualitativos e mistos. Outro ponto importante constatado, é que o levantamento indica que a produção de conhecimento está pouco voltada tanto para a execução de intervenções, e tampouco para impulsionar o desenvolvimento teórico sobre o tema.

Algo que certamente seria engrandecedor para o estudo na área ser mais aprofundado seria o desenvolvimento de estudos que contemplassem períodos mais longos, no intuito de identificar tendências e mudanças temáticas da produção científica sobre perfil empreendedor. Outro aspecto que poderia contribuir para esta análise seria a inclusão de dissertações e teses sobre o tema, por constituírem importantes fontes de produção científica.

Referências

DOLABELA, F. **Oficina do Empreendedor**. 1. ed. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

DOLABELA, F. **Pedagogia empreendedora**. – 5ª reimpr. - São Paulo: Editora de Cultura, 2003.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: transformando idéias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

Iniciação - Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística - Vol. 5 nº 5 - março de 2016
Edição Temática em Gestão, Internacionalização e Desenvolvimento

DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor**. São Paulo: Pioneira, 1987.

FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. **RAUSP**, São Paulo v.34, n.2, abril/junho, pp.05-28, 1999.

GEM – Global Entrepreneurship Monitor. **Empreendedorismo no Brasil**. Curitiba: IBQP, 2014.

KURATKO, D. F.; HODGETTS, R. M. **Entrepreneurship**: a contemporary approach. The Dryden Press series in management, TX – USA, 1995.

MCCLELLAND, D. C. **A sociedade competitiva** – realização e progresso Social. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalism, socialism, and democracy**. New York: Harper, 1950.

SCHUMPETER, J.A. **The theory of economic development**. Oxford University Press, 1982.

Recebido em 31/10/2015 e Aceito em 11/03/2016.

Educação ambiental e degradação urbana em comunidades carentes no município de Bayeux-PB

Maria da Conceição Castro Cordeiro
Doutorado em Educação - Universidad del Norte
Instituto Federal de Educação da Paraíba
{mcastrocordeiro@hotmail.com}

Resumo. Este estudo tem como tema o combate da degradação urbana e ribeirinha por meio da educação ambiental utilizando meios artesanais como uma maneira de direcionar os resíduos sólidos descartados pela atividade pesqueira artesanal dos mariscos (moluscos bivalves) e como objetivo principal estruturar cursos de artesanato utilizando as cascas dos mariscos, para as marisqueiras da comunidade de Bayeux-PB. A pesquisa bibliográfica permitiu ter uma visão teórica e geral para perceber o quanto a educação ambiental se faz ausente nessas comunidades, sustentando, assim, a falta de orientação em relação ao descarte dos resíduos sólidos gerados pelas cascas dos mariscos. Para pesquisar tal situação, a metodologia utilizada foi do tipo “pesquisa de intervenção”, classificada como Pesquisa-Ação (amostra de sessenta mulheres), na qual foram selecionadas como campo de investigação, as comunidades de Casa Branca e São Lourenço, onde o Programa Mulheres Mil, do Governo Federal, desenvolvido pelo IFPB, que disponibiliza cursos para a inclusão social e acesso à educação de jovens e adultos. A participação de todas foi voluntária, tendo como coleta de dados questionários e entrevistas semi-estruturadas. De acordo com a pesquisa de campo, este estudo trouxe às mulheres marisqueiras um novo caminho para o desenvolvimento social e econômico, tendo em vista que elas se encontram em situação de baixo grau de escolaridade, dificuldades diversas de aprendizagem, problemas nas famílias advindos, em sua grande maioria, de problemas socioeconômicos, uma vez que elas estão inseridas dentro do perfil de pobreza acentuada, condições de moradia precária, etc.

Palavras-chave: Educação ambiental, degradação ambiental, pesca artesanal.

Abstract. *The subject of this research is the fight against urban and riverside decay through environmental education using craftsmanship as a way of channeling discarded and solid waste by artisanal fisheries of shellfish (bivalve molluscs). The main objective is to organize craftsmanship courses using clam shells for the female mollusc pickers from the community in Bayeux-PB. The bibliographical research allowed to present a theoretical and general overview to realize the lack of environmental education in those communities, thus supporting the lack of guidance in relation to the disposal of solid waste produced by clam shells. In order to do a research of that situation, the methodology used was the "intervention research" type, classified as Research-Action (sample of sixty women). Here, as a research field, we have selected the communities of Casa Branca e São Lourenço, with the Program of Thousand Women from the Federal Government, developed by IFPB, which offers courses for social integration and access to education for young people and adults. The participation of all of them was voluntary, using questionnaires and semi-structured interviews as data collection. According to the field research, this study offered the female mollusc pickers a new way to improve their social and economic background, considering their poor level of education, many learning difficulties, family problems, most of them due to socioeconomic problems, as they have a profile of severe poverty, poor housing conditions, etc.*

Keywords: *Environmental education, environmental degradation, artisanal fisheries.*

**Iniciação - Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística
Edição Temática em Gestão, Internacionalização e Desenvolvimento**

Vol. 5 no 5 – Março de 2016, São Paulo: Centro Universitário Senac
ISSN 2179-474X

Portal da revista: <http://www1.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistainiciacao/>
E-mail: revistaic@sp.senac.br

Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-Não Comercial-SemDerivações 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/) 

1. Introdução

Ao abordamos a educação ambiental, investigamos um universo capaz de mudar ou até mesmo influenciar o pensamento de muitas pessoas, haja vista que, a cidadania em parceria com o desenvolvimento sustentável representa a possibilidade de mudanças sociopolíticas, as quais não comprometem os sistemas ambientais e sociais que sustentam as comunidades. Compreender e aplicar uma política que promova a educação ambiental direcionada para a sustentabilidade significa um importante passo para alavancar negócios e ao mesmo tempo surgir novas oportunidades, cujo objetivo é a obtenção de lucros conscientes, sem degradar o meio onde vivem.

A educação ambiental brota como uma ideia estratégica para sanar o grande problema da crise social e cultural, digo, social porque a sociedade de forma individualizada busca atender as suas necessidades mais urgentes sem preservar a natureza e cultural porque o homem desde o seu nascimento não possui hábitos de higiene e preservação do meio onde vive. É nesse cenário de ausência de educação ambiental que as escolas (sejam elas de ensino primário, fundamental, médio ou superior) precisam se posicionar em relação à responsabilidade social presente na questão ambiental, desde os primeiros anos de vida da criança no ambiente de sala de aula. Dentre os motivos que levam as reflexões sobre a educação ambiental, percebem-se as ações que o ser humano vem executando para destruir o meio ambiente de forma rápida e precisa, resultando em desequilíbrio ambiental. Entre as causas desse desequilíbrio está o assoreamento, o qual ocorre devido ao acúmulo de resíduos sólidos que obstruem as ruas, rios, lagos, etc., resultando na degradação ambiental, que por sua vez, provoca alterações na biofísica (fauna e flora) com eventual perda de biodiversidade.

Ao considerar que a degradação está presente em diferentes situações do cotidiano, é possível observar que a simples construção de uma cidade em determinado ambiente, já constitui tal ação. Isso é muito visível quando se compara um cenário que antes era coberto por vegetação, a qual permitia livremente a existência das trocas gasosas, ausentes de partículas tóxicas; com outro cenário que possui a presença predatória de uma cidade com seus asfaltos e conseqüentemente a poluição atmosférica, resultado do consumo desenfreado do mercado industrial.

Assim, neste contexto, com base nas informações adquiridas ao longo da pesquisa, sugerir e recomendar as mulheres das comunidades analisadas, formas e alternativas, se assim for necessário, de melhorias no tocante a qualidade ambiental em seus processos de extração da pesca e o descarte dos resíduos sólidos.

Esta pesquisa tem como tema principal a educação ambiental e educação por projetos, especificamente no que se refere à degradação urbana do meio ambiente, por meio do uso incorreto dos resíduos sólidos extraídos nas atividades pesqueiras.

Diante do exposto, a doutoranda realiza o seguinte questionamento: **Como capacitar as mulheres marisqueiras do município de Bayeux-PB no direcionamento da educação ambiental?**

O presente trabalho de investigação tem por finalidade, por meio de aulas teóricas e práticas, elaborar um programa de incentivo às mulheres no combate à degradação urbana, utilizando a seguinte metodologia: propor o desenvolvimento de educação ambiental pela degradação urbana existente nas comunidades carentes no município de Bayeux-Pb, República Federativa do Brasil; abordar as questões acerca da educação ambiental como forma de entender os seus conceitos e objetivos fundamentais; a

ecologia por meio da visão sobre a educação ambiental, considerando que é uma ciência interdisciplinar; perceber de que maneira a educação ambiental transformadora, quando inserida na sociedade trabalha em conjunto para alcançar a ética ambiental e a inclusão social direcionada para as comunidades carentes; analisar a ação das mulheres marisqueiras junto ao seu habitat natural; apurar com que frequência elas produzem **esse "lixo" urbano**, a fim de reduzir o índice de degradação ambiental urbana, de maneira eficaz.

Acredita-se que por meio das aulas teóricas e práticas, como por exemplo, as dinâmicas de grupo, atividades físicas, artesanais, voltadas para o despertar de uma nova consciência, onde o objetivo é entender a natureza, trazendo melhorias ambientais, saúde, socialização, entretenimento e renda para as mulheres, a degradação irá diminuir, uma vez que, esse problema já é uma questão social.

Problema social

Está baseado na degradação ambiental causada pela atividade pesqueira realizada por mulheres de comunidades carentes, a qual acarreta para o meio ambiente danos geradores de doenças e poluição ambiental por causa do acúmulo de lixo em locais aberto e sem nenhuma proteção contra mosquitos e animais peçonhentos.

2. Metodologia

Considerando a natureza da pesquisa, teremos neste estudo uma abordagem aplicada, haja vista, pela necessidade de produzir conhecimento aplicado aos resultados coletados nas comunidades analisadas que de acordo com Pereira (2012, p.87) a objetividade **desse tipo de pesquisa, é "gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigida à solução de problemas específicos, os quais envolvem verdades e interesses locais"**. A metodologia utilizada para fundamentação da abordagem desta pesquisa tem características qualitativas e quantitativas. Quanto aos objetivos, a metodologia utilizada na parte empírica deste estudo se baseia nas pesquisas descritivas, exploratórias e explicativas, as quais representam uma forma de entender as variáveis que levam as mulheres das comunidades, a cometer tal degradação ambiental. É importante lembrar que este estudo tem como campo de investigação uma pesquisa ação, cujo objetivo é propor meios para reduzir a degradação ambiental por meio de práticas pedagógicas de projetos educacionais.

O cenário proposto parte de um Programa de Cooperação Internacional, Brasil-Canadá, no qual está inserido o IFPB, com participação das mulheres marisqueiras do município de Bayeux-PB. O Projeto Mulheres Mil, disponibiliza cursos para a inclusão social e acesso à educação de jovens e adultos. O grupo atual possui cerca de 60 mulheres, sendo 35 (trinta e cinco) que participaram das etapas do Programa Mulheres Mil, as quais se dividem em 20 (vinte) da comunidade São Lourenço e 15 de Casa Branca, as 15 (quinze) restantes foram embora para outros Estados e municípios, mas, que escolhemos 25 (vinte e cinco) mulheres que não participaram do programa, as quais fazem parte da amostra para entrevista. Essas mulheres moram nas comunidades carentes de Casa Branca e São Lourenço, onde o projeto desenvolvido pelo IFPB disponibilizou o benefício educacional no município de Bayeux-PB.

3. Educação ambiental transformadora

A educação ambiental, teoricamente falando, é um assunto que está presente na vida humana aproximadamente 4,5 bilhões de anos. A partir da descoberta do tempo geológico da terra é que o convívio homem/natureza passou a ser um assunto imprescindível à sobrevivência de todos os seres existentes no planeta. É importante ressaltar que a educação ambiental, quando vista na forma de educação acadêmica, ela possui "uma modalidade de ensino que necessariamente se vincula à dupla função da educação, que são: a função moral de socialização humana e a função ideológica de reprodução das condições sociais (Layrargues, *et. al.* 2006 p. 01)", ou seja, transformadora.

A educação ambiental transformadora vista dessa maneira, traz benefícios para toda a sociedade envolvida, uma vez que, ela busca uma qualidade de vida satisfatória, mais melhorias financeiras e sociais por meio da transformação da matéria prima já inutilizada e dos acontecimentos inusitados. Nesse cenário é possível visualizar inúmeras atividades que se mostram como significativas mudanças na vida de quem vive em comunidades carentes, entre elas podendo ser citada: a reciclagem do lixo, as hortas caseiras, o uso correto dos recursos hídricos, a fabricação de produtos por meio do descarte de outros (por exemplo: a fabricação do sabão em barra que é resultado do óleo caseiro já sem utilização), o uso da madeira ecologicamente correta na fabricação de móveis e utensílios para uso domiciliar, na pesca e outras atividades, aproveitamento do solo de maneira que não promova a degradação, entre outras.

De certo que o trabalho pedagógico atrelado à educação ambiental transformadora, elimina as fronteiras entre a inclusão social e a problemática socioambiental. A criação de processos colaborativos de solução de problemas locais é essencial para o debate de temas contemporâneos em espaços onde exista a crise ambiental para implantação de uma educação ambiental transformadora por meio de práticas educativas e concepção de situações baseadas na aprendizagem, experiência e vivências transformadoras em comunidades carentes.

A educação ambiental transformadora é, pois, a busca pela articulação da mudança social, a qual transforma a educação ambiental em uma prática política, por meio da cooperação entre educadoras(es) juntamente com a população, em movimentos socioambientais, as quais criam meios e espaços para discutirem saídas para uma transformação ambiental consciente. Assim, as mudanças serão vistas no contexto de colaboração geral em um exercício constante, dinâmico e complexo que passa a ser compreendido como uma rede de atividades que, perpetuam desde a formação escolar até atuação profissional de cada indivíduo envolvido nas ações de transformação que, atualmente, vivencia-se um desafio de fortalecimento da educação ambiental posta de maneira incisiva com foco na necessidade de enfrentar e acabar com a degradação ambiental, bem como, os problemas sociais. Todo esse entendimento se dá através do conhecimento socioeducativo que são construídos e repassados pela diversidade cultural de cada região.

4. Degradação ambiental

Mas, o que vem a ser a degradação ambiental? Podemos iniciar com uma explicação bem simples e direta, pois é tudo o que modifica a natureza, ou seja, é a decomposição do ambiente natural, onde as alterações biofísicas do espaço geram modificações na

fauna e flora naturais, com grandes probabilidades de detrimento da biodiversidade, ocasionadas normalmente pela ação e atuação direta do ser humano.

Na busca desenfreada por melhores situações em relação aos demais seres vivos, o homem se mostrou muito mais tecnológico do que biológico, cultivando uma visão externa do meio ambiente, como se fossem organismos separados, instituindo assim, um ciclo consumidor de materiais dividido dos ciclos naturais. De certo, essa compreensão do homem ser separado da natureza gerou desde a antiguidade um considerado aumento dos problemas ambientais ou o próprio estado de degradação ambiental, quando da existência ideológica fixa de que a natureza está presente para servi-lo.

Os recursos adotados para a produção, seja ela utilizada em diferentes segmentos e o consumo, exigem recursos e ao mesmo tempo geram resíduos, ambos em quantidades vultosas, que já ameaçam a **capacidade de suporte do próprio planeta**. **"Na atualidade, o homem é uma espécie "imprevisível", no sentido de que o seu comportamento não constitui necessariamente uma reação ou adaptação ao meio que o cerca, tal e qual, outros organismos"** (DREW, 2010 p. 193). Assim, a degradação ambiental é um fator que aterroriza o homem, a qual se faz presente no cotidiano, seja em qualquer lugar no mundo.

A Revolução Industrial que teve seu início na Inglaterra no século XIX (primeira metade) foi um dos importantes fatores a encabeçar os problemas relativos à degradação ambiental no mundo, a partir do momento em que as indústrias iniciaram as descargas de ácidos, gases de estufa e substâncias tóxicas, os quais poluem a atmosfera; restos de embalagens e de produtos industriais não reaproveitáveis no comércio de alimentos, brinquedos, vestimentas, calçados, etc.; uso de inseticidas, herbicidas, fertilizantes, implementos entre outros produtos utilizados na agricultura; o desenvolvimento tecnológico; todo o material comercializado para atender as necessidades das agências bancárias, escritórios, lojas, escolas, repartições públicas, hospitais, aeroportos, hotéis, entre outros serviços e atividades que estão inseridas na chamada globalização.

Os interesses econômicos e políticos levaram as pessoas ao consumismo, as quais possuíam uma idéia dualista de que a natureza só servia para abastecê-los, que, no entanto, já não os satisfaziam mais. Por outro lado, em função da revolução industrial mundial, diferentes substâncias, inexistentes na natureza surgiram, diversificando dessa forma uma nova maneira de produzir degradação ambiental em grande escala, intensificando a redução na qualidade de vida e crescente preocupação mundial em sanar tal circunstância, pois, isso representa ameaça à vida na terra, tanto para a atualidade como para as gerações futuras.

Não muito diferente de outros países, o Brasil a partir da década de 60 intensificou o seu crescimento populacional devido à ideologia e cultura consumista herdada da revolução industrial, ocupando a quinta posição de uma das regiões mais populosas do planeta, perdendo apenas para a China, Índia, os Estados Unidos e a Indonésia. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE (2012), o país atingiu a marca de 190.755.799 habitantes até o ano de 2012.

Estima-se que em 2050 seremos 259,8/260 milhões de consumidores. Esse crescimento desenfreado da população brasileira, só contribuiu ainda mais para a degradação ambiental no período do regime militar (1964 a 1985) na história do Brasil. Milaré (2009, p.59) ressalta que nessa época onde reinava o autoritarismo militar, um grupo de países subdesenvolvidos, inclusive o Brasil, pregava a tese de que deveria existir o

crescimento econômico a qualquer custo. Isso ocorreu devido a uma idéia equivocada de que as nações decadentes ou em desenvolvimento, por enfrentarem problemas socioeconômicos de grande gravidade, não deveriam desviar recursos para proteger o meio ambiente, sendo as questões de degradação e poluição ambientais como um mal menor e sem muita importância para o momento em que eles passavam.

Na atualidade esse pensamento de desinteresse pelo meio ambiente ainda é vivenciado por muitos consumidores que não possuem conhecimento da degradação da biodiversidade. Segundo pesquisas realizadas pela ONG Akatu (2012, p. 29) muitas pessoas estão nesse posicionamento de nunca ter ouvido falar sobre o tema.

5. Consumo e desenvolvimento sustentável

Para combater esses males que vem "assombrando" a humanidade, ou seja, a degradação gerada pela poluição ambiental se faz necessário buscar uma compreensão mais enraizada sobre a diferença entre o consumo e desenvolvimento sustentável como uma abertura para aliviar os efeitos danosos causados ao meio ambiente. Assim sendo, podemos expor que o consumo sustentável nada mais é que a ação do homem repensada de forma responsável, ou seja, ele, no momento do consumo, seja de qualquer serviço ou produto, irá pensar nas consequências de seus atos de aquisição sobre a qualidade de vida no planeta e na vida das futuras gerações.

O tema consumo sustentável foi enfatizado a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento sustentável, evento conhecido como Rio92 ou Eco92, realizado no Rio de Janeiro/Brasil. As questões relacionadas às políticas ambientais de sustentabilidade trouxeram a tona as diferentes formas de degradação ambiental, as quais contribuem para a crescente atividade do consumo resultando em uma crise ambiental com mais de 7 bilhões de responsáveis.

A ideia é promover a reflexão em relação aos hábitos de consumo da sociedade, despertando a consciência da educação ambiental e ecológica, onde, o consumidor irá consumir exclusivamente o que for de extrema necessidade para atender as suas exigências básicas de sobrevivência, contrapondo ao consumo de produtos que geram o desperdício, e ao mesmo tempo contribuem para a degradação do meio ambiente.

Nesse entendimento, Milaré (2009) em sua visão jurídica e ética sobre o consumo sustentável relata que a construção de uma vida na sociedade, baseada na sustentabilidade, possui princípios básicos imprescindíveis na busca da qualidade ambiental, os quais estão resumidos em: Respeitar e cuidar da comunidade dos seres vivos; Melhorar a qualidade da vida humana; Conservar a vitalidade e a diversidade do planeta terra (conservar sistemas de sustentação da vida, conservar a biodiversidade e assegurar o uso sustentável dos recursos renováveis); Minimizar o esgotamento de recursos não renováveis; Modificar atitudes e práticas pessoais; Permitir que as comunidades cuidem de seu próprio ambiente; Gerar uma estrutura nacional para a integração de desenvolvimento e conservação e Construir uma aliança global, a qual irá ajudar os países subdesenvolvidos a se desenvolverem de maneira sustentável, protegendo os recursos naturais de cada região.

Além desses princípios abordados por Milaré, outros estão presentes no cotidiano a espera de uma ação positiva da sociedade, tendo como exemplo a ONG Akatu (2012) que ao longo dos anos vem desenvolvendo e atuando em prol do consumo consciente para um futuro sustentável, publicou em seu site, um novo modelo de produção e

consumo que inspire oportunidades de negócios social e ambientalmente mais sustentáveis e ao mesmo tempo, atenda o bem-estar de toda a humanidade, com a maior eficiência possível no uso dos recursos naturais, com uma rentabilidade justa no uso do capital, visando a uma sociedade com maior equidade e justiça. Além da participação efetiva dos agentes envolvidos nesse processo de desenvolvimento, outro meio de garantir o desenvolvimento sustentável em espaços urbanos são as atividades de reciclagem e artesanato como uma fonte de economia e geração de emprego. A reciclagem e o artesanato se apresentam de maneira sustentável para o reaproveitamento de diferentes materiais que em outro momento foram utilizados, os quais proporcionam uma vantagem importante na minimização de fontes naturais.

6. O artesanato: uma atividade socioeconômica

O artesanato trouxe para a população um entendimento mais rebuscado do que podemos **"inventar e recriar" produtos com o exercício da reciclagem em prol do meio ambiente**. Mas, o que vem a ser artesanato? Primeiramente iremos iniciar pela palavra arte que tem um significado maior da palavra, a qual está relacionada com a **"habilidade humana de pôr em prática uma idéia, pelo domínio da matéria"**, outra definição para esse termo está direcionada para o ato ou a ação de **"produção de obras, formas ou objetos com ideal de beleza e harmonia ou para a expressão da subjetividade humana"** (HOUAISS, 2004, p. 65).

A expressão simples e voluntária do fazer ou criar produtos está inteiramente relacionado com a experiência e a ação das mãos do artesão. Assim, podemos dizer que a palavra artesanato é formada pelos vocábulos artesão (refere-se à pessoa que está produzindo) e ato (que está relacionado à ação da pessoa criadora da arte). Ainda citando Houaiss (2004, p.66), o termo artesanato, em seu contexto mais completo, tem o significado de **"arte ou técnica de trabalho manual, não industrializado, realizado por artesão"**. Tradicionalmente, o artesanato possui caráter familiar, o qual é repassado de geração a geração, onde as atividades são desenvolvidas na própria casa, desde o preparo da matéria-prima, até o acabamento final, na qual não existe a divisão dos trabalhos ou necessidade de se especializar em determinada função para desenvolver algum produto, caracterizando-se pela produção simples e rústica. Historicamente, o artesanato está presente na vida das pessoas desde os tempos antigos, como bem explicou a citação supracitada. Buscando se aprofundar no assunto, encontramos apontamentos que nos mostram o artesanato produzido pelas mãos dos homens nos primeiros objetos, datados no período de neolítico há 6.000 mil anos a.C.

No Brasil o artesanato foi posto em prática pelos primeiros habitantes brasileiros, ou seja, os índios. Eles são considerados como os pioneiros na atividade artesanal. Diferentes técnicas eram utilizadas tais como: as cores para pintar o corpo e os objetos que produziam (usando pigmentos naturais), a cerâmica para guardar comidas, as cestas para serem utilizadas em seu cotidiano, a arte das plumas (penas de pássaros e peles de animais) para confecção dos cocares, tangas e outras peças do vestuário.

Nos lugares mais rústicos e comunidades carentes, onde não existem oportunidades de empregos, as pessoas buscam as atividades artesanais como uma forma de sobrevivência socioeconômica, as quais aprimoram o material existente no local, baseadas no estilo de vida da região. Uma parcela considerável dessa atividade é encontrada nas orlas marítimas e nas comunidades ribeirinhas, onde são confeccionadas as redes de pescas, os balaios para depositarem os pescados e outros utensílios para

decoreção, uso pessoal (pulseiras, colares, brincos, etc.) e caseiro. Tudo isso possui uma representação cultural e artística em ritmo de desenvolvimento e transformação da qualidade vida das pessoas, bem como, uma nova concepção da educação ambiental e preservação do meio ambiente.

Apesar de ser uma fonte de geração de emprego e renda, existem comunidades que produzem o artesanato no nordeste de maneira secundária e complementar, ou seja, como uma atividade de secundo plano, pois, com a chegada das tecnologias, esse ofício tem apresentado poucos adeptos. Além disso, a quantidade de atravessadores representa uma ameaça para quem produz o artesanato, o que contribui para diminuir o seu lucro. Diante dessa situação o artesão necessita urgentemente de políticas públicas que implemente e modifique essa forma de atuação, deixando de ser, uma mera atividade de subsistência, como aconteceu com a pesca artesanal que atualmente é regulamentada no Ministério do Trabalho.

7. Considerações acerca da pesca artesanal no Brasil

A pesca artesanal é uma atividade do ramo da pesca tradicional, que foi utilizada pelos índios, muito antes do descobrimento do Brasil. Na literatura analisada encontramos, em sua maioria, a forte presença do conceito de pescador artesanal, a qual se refere unicamente a pessoa que atua ou que pratica a ação de pescar de maneira artesanal, utilizando ferramentas de pesca produzidas pelo próprio pescador. Corroborando com essa idéia, segundo a Lei 11.959/2009, a pesca artesanal é definida de acordo com a metodologia utilizada na prática da atividade, diretamente atuada por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte e utensílios fabricados por eles mesmos. A Lei se refere ao pescador como a essência maior do termo pesca artesanal. A mesma Lei, reguladora das atividades pesqueiras em todo território nacional, considera-a todo o trabalho de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal.

O potencial econômico dessa atividade no Brasil é significativo, haja vista pela natural vocação do país e suas características ambientais. Sendo a pesca artesanal uma atividade extrativista milenar, ela é responsável pela conquista de novas terras e assentamentos de pessoas em diferentes regiões através da sazonalidade. O que levou pescadores a se deslocarem de um local para vender seus produtos em outras áreas, descobrindo e mapeando novas terras litorâneas e ribeirinhas.

Nessas regiões litorâneas e ribeirinhas, a pesca artesanal, pode ser classificada, segundo Lopes (2004), em dois tipos: a primeira é a pesca artesanal de subsistência, a qual possui a finalidade de obtenção de alimento para o próprio consumo do pescador, através de técnicas rudimentares, não se caracterizando como atividade comercial, no entanto, o ato de comercialização pode ser realizado pelo pescador quando ele achar necessário; a segunda que é a pesca artesanal comercial ou de pequena escala, nessa atividade o pescador combina a comercialização do produto adquirido com a necessidade do consumo desse produto, ou seja, o pescador obtém a pesca para consumo próprio e ao mesmo tempo o comercializa. Nas duas classificações o pescador artesanal utiliza barcos de médio porte, equipamentos básicos de navegação, redes de nylon, peneiras, petrechos e insumos confeccionados por eles mesmos.

Na pesca artesanal são capturadas várias espécies de peixes e mariscos (moluscos e crustáceos) que são lavados e em seguida utilizados para o próprio consumo ou comercialização. Nessa atividade os pescadores praticam diferentes tipos de culturas (nome dado a coleta de várias espécies marinhas), entre elas, tem-se a maricultura e a coleta de moluscos bivalves que é descendente da primeira. A maricultura se faz presente na maior parte do litoral brasileiro e entre as suas diferentes representações (mais de 20.000 mil) podemos citar a família dos moluscos (Berbigão, Calamar-argentino, Lula, Maçunim, Mexilhão, Ostra, Polvo, Sarnambi ou almêjio, Sururu, Vieira) e crustáceos (Aratu, Camarão, Camarão-barba-ruça, Camarão-branco, Camarão-rosa, Camarão-santana, Camarão-sete-barbas, Caranguejo-uçá, Guaiamum, Lagosta, Lagostim, Siri, Outros).

No Brasil, a cultura dos moluscos representa cerca de 13.858 toneladas, um pouco menos que os crustáceos que são produzidos ao ano 57.142 toneladas. Isso ocorre devido à grande comercialização da segunda família (crustáceos) para os grandes restaurantes do mundo inteiro. Além de fácil acesso, na via costeira litorânea, essas duas famílias da maricultura podem ser encontradas em rios e mangues das regiões norte e nordeste brasileiro.

Os moluscos se dividem em diferentes espécies marinhas (mais de 20.000 mil) que vivem na costa litorânea, rios e mangues, entre elas temos os bivalves (do berbigão, maçunim, mexilhão, sarnambi, sururu, da ostra e vieira) que se apresentam com características bem peculiares, com uma carne branca, de sabor e textura suave, são envolvidos por duas cascas duras que os protegem dos potenciais predadores e seus pés possuem a forma de uma lâmina, os quais são utilizados para que possam se enterrar. O seu significado vem do latim bi (duplicado) e valva (porta de duas folhas). Essa classe é a segunda maior dos moluscos. Suas diferentes apresentações nos mostram a diversidade das espécies marinhas que servem de alimento para o homem. Entre as principais estão: molusco bivalve berbigão, maçunim, mexilhão, sarnambi ou almêjio, sururu e a ostra.

Esses moluscos têm apresentado grande desenvolvimento econômico para as diferentes regiões do Brasil. Por outro lado, o não aproveitamento das conchas tem gerado um desequilíbrio ambiental através do manejo inapropriado dos resíduos sólidos. Elas, por sua vez, não são tóxicas, nem lesivas ou apresentam perigo ao ser humano, no entanto, o maior problema é a emanação de odores que são desencadeados pela decomposição da sua matéria orgânica. Tratando-se, em especial, de um problema grave para as comunidades de pescadores artesanais. Isso é um problema de ordem mundial, a qual nos levou a uma forte reflexão e análise da situação das comunidades ribeirinhas no município de Bayeux-PB, onde a degradação ambiental já chega a quase 70% de ocupação do espaço, devido ao descarte desses resíduos de maneira incorreta. Em curto prazo, uma das saídas para o descarte dessas conchas pode ser realizada através da atividade artesanal, na produção de peças, cujo objetivo é a comercialização e eliminação da degradação ambiental local. Seria uma mão obra com um custo baixo e retorno financeiro garantido.

8. Análises dos dados pré-intervenção

Nesta fase buscamos conhecer melhor a vida pessoal/social/econômica das participantes. Os dados que seguem foram apurados antes de iniciarmos as aulas do programa de artesanato. Com isso, foi possível interagirmos com elas, de uma maneira

explicativa, expondo o motivo maior de estarmos juntos no combate à degradação ambiental. Para podermos adentrar nesse universo das marisqueiras, se faz necessário descrever um pouco da minha trajetória acadêmica ao lado dessas mulheres guerreiras, que buscam na vida diária extrair o sustento das suas famílias, a qual foi exposta no primeiro contato ao iniciarmos as aulas.

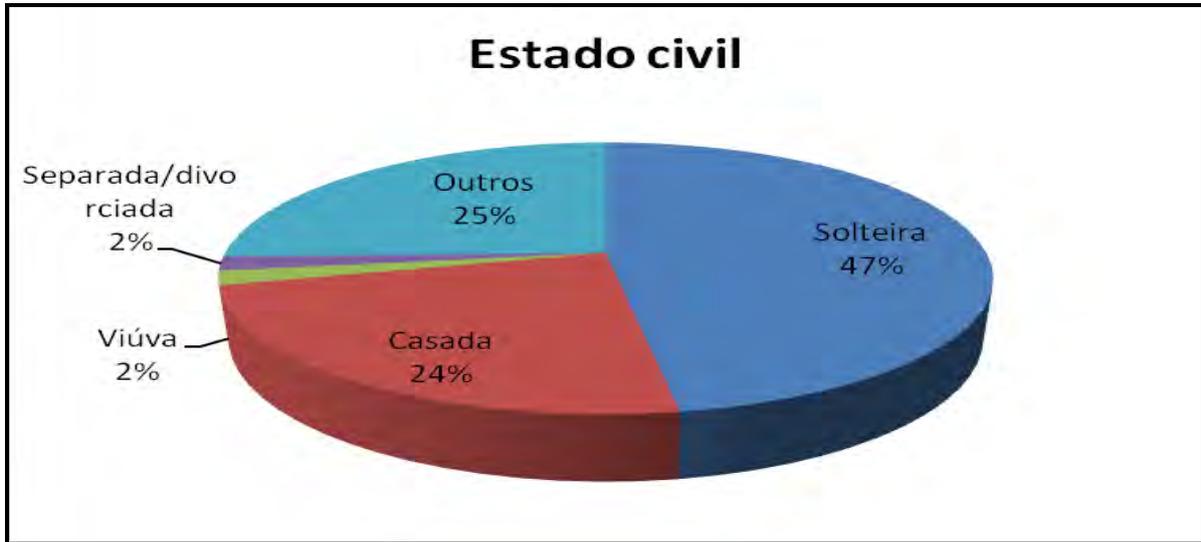
Assim sendo, **como professora da área de psicologia trabalhando com “Relações Interpessoais” no IFPB, fui convidada para ministrar, voluntariamente, no ano de 2010 a disciplina supracitada no Projeto Mulheres Mil.** As aulas aconteceram no período de 2010 a 2011, nas quais me identifiquei com as atividades desenvolvidas pelas mulheres.

Neste ínterim, resolvi fazer um mestrado direcionado para o grupo que eu estava ministrando as aulas, ou seja, para as mulheres participantes do projeto criado por meio da parceria firmada entre o Brasil e o Canadá. Foi por meio dessa parceria e do trabalho desenvolvido (aulas e visitas técnicas) junto a essas mulheres, que percebi o tanto de dificuldades e problemas diversos, tais como: de saúde, infra-estrutura, saneamento básico, poluição ambiental, entre outros, que elas enfrentavam no cotidiano.

Nas visitas realizadas às comunidades, posteriormente, observei que os problemas ambientais estavam cada vez mais visíveis, então resolvi ajudá-las através da minha tese de doutorado, a qual contempla um programa de aproveitamento das cascas de mariscos utilizando técnicas de artesanato. Outro fato importante que pude examinar nesse período das visitas técnicas, após o término do Programa Mulheres Mil é que das 50 (cinquenta) mulheres que participaram do projeto 15 (quinze) migraram para outros Estados e municípios distantes do município de Bayeux-PB, restando apenas 35 (trinta e cinco) para fazerem parte desta pesquisa, ou seja, do total de 60 (sessenta) que é a amostra, 25 (vinte e cinco) são mulheres das comunidades que não participaram do Programa Mulheres Mil, 20 (vinte) são da comunidade de São Lourenço e 15 (quinze) da comunidade de Casa Branca.

Diante dessa explanação, neste primeiro momento iremos apresentar os dados específicos das comunidades, coletados através de questionários direcionados para as participantes, especificamente para adquirir dados sociais, econômicos e acadêmicos, os quais deram origem aos resultados pré-experimental. É importante lembrar que nossa pesquisa busca evidenciar a incidência da degradação ambiental nas comunidades de Casa Branca e São Lourenço, no município de Bayeux-PB, tendo como questionamento maior, o estudo de uma proposta para capacitar as mulheres marisqueiras no direcionamento a educação ambiental. Inicialmente, buscamos conhecer a idade das participantes, que possuem faixa etária entre 18 e 64 anos, ou seja, o grupo está representado por mulheres de todas as idades, as quais buscam entender o universo da educação ambiental, bem como aprender técnicas artesanais, ainda na fase jovem ou adulta, como uma maneira de desenvolver o lado intelectual, independente da idade. O estado civil das participantes está representado por 47% de solteiras, enquanto que 25% representam outros, 24% são casadas, 2% estão viúvas e 2% separadas ou divorciadas.

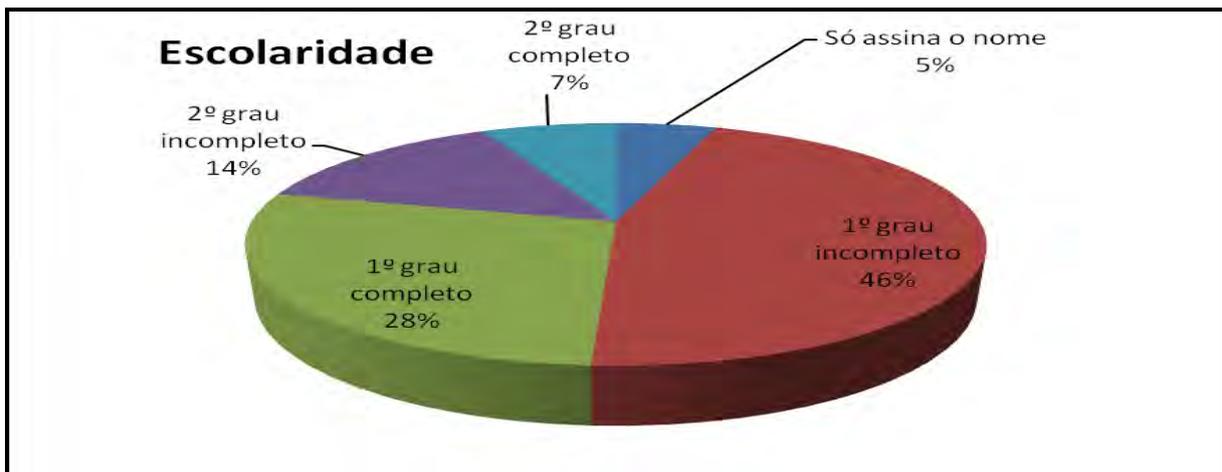
Gráfico 1. Estado Civil.



Fonte: Pesquisa própria.

Foi perguntado a elas qual seria o grau de escolaridade, 2, 46% delas possuem apenas o 1º grau incompleto, 28% concluiu o 1º grau, 14% elas possuem o 2º grau incompleto, enquanto que 7% são secundaristas com o ensino concluído e 5% estão na faixa daquelas que só assinam o nome. Isso demonstra o quanto o programa Mulheres Mil é importante para o desenvolvimento dessas comunidades carentes, haja vista que, envolve muitos fatores, tais como, a falta de recursos básicos ou infraestrutura, os quais as possibilitem, desde cedo, alertá-las para o estudo e conseqüentemente ao desenvolvimento intelectual.

Gráfico 2. Escolaridade.



Fonte: Pesquisa própria.

No tocante ao assunto sobre ter filhos, foi perguntado a elas, na quarta questão, se as mesmas possuíam filhos. Entre as participantes, 61% responderam que sim e 39% disseram que não. Em comunidades carentes, é possível encontrar a maioria das mulheres com filhos. Isso ocorre devido a ausência de uma perspectiva de vida futura, sem nenhum planejamento familiar, somando-se à falta de orientação sexual, além da fase habitual de praticar ações impensadas, bem como a existência de uma estrutura familiar antagônica a qualquer fator positivo para ingresso na sociedade.

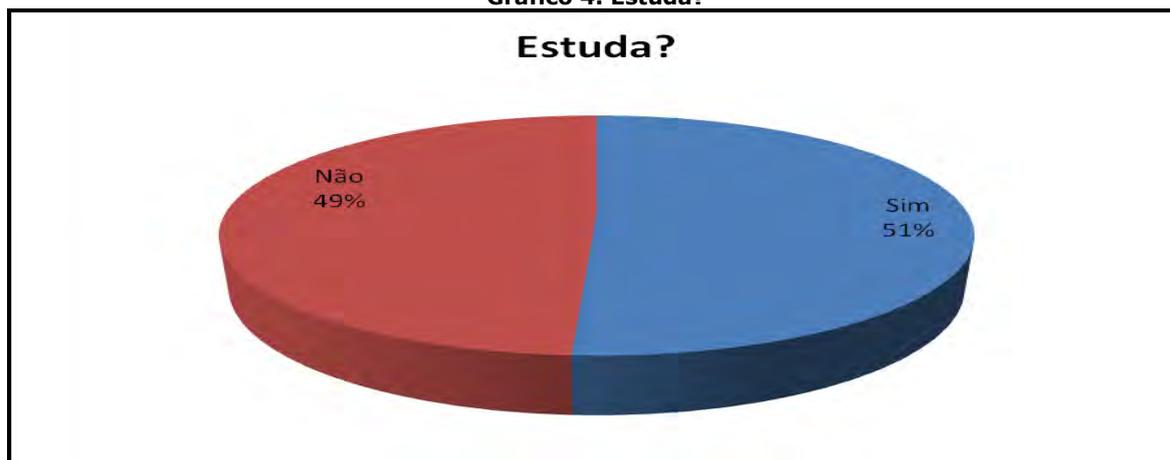
Gráfico 3. Tem filhos?



Fonte: Pesquisa própria.

Em relação ao grau de escolaridade apenas 51% delas ainda estão estudando e que 49% não deram continuidade aos estudos.

Gráfico 4. Estuda?

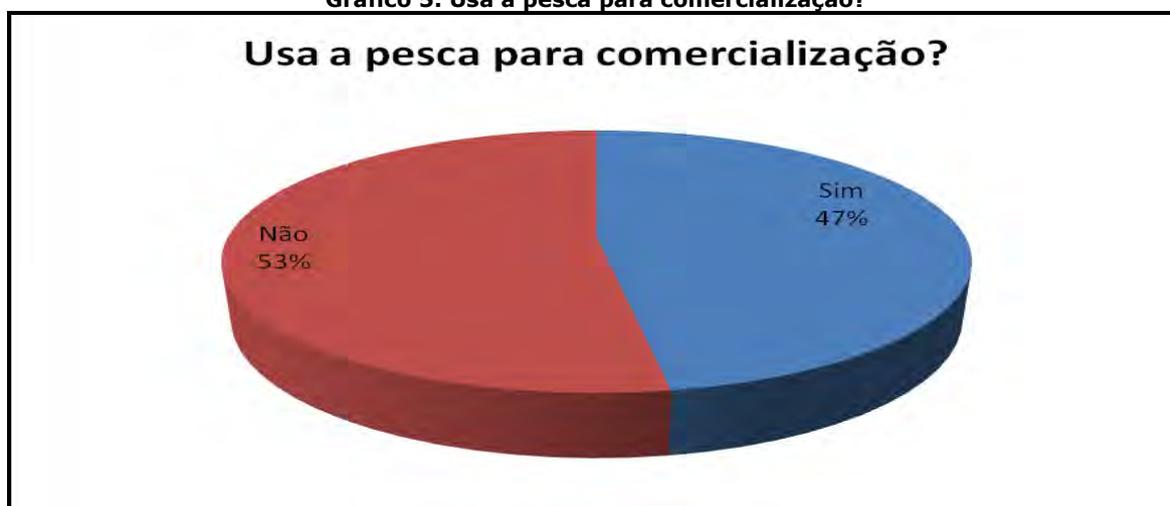


Fonte: Pesquisa própria.

Constatou-se que a maioria das participantes, as quais vivem nas comunidades pesquisadas, migraram da capital João Pessoa e dos municípios de Bayeux; Guarabira; Santa Rita; Fagundes; Rio Tinto; Bananeiras; Mulungu; Sapé; Marcação; Ponta de Pedra; Lucena e Jacaraú; oriundos do Estado paraibano, como também, de outros Estados, tais como: Minas Gerais-MG; Recife-PE; Rio de Janeiro-RJ; Rio Grande do Norte-RN. Essa migração ocorre devido a procura da atividade pesqueira que atualmente representa uma parcela considerável do desenvolvimento sustentável em comunidades ribeirinhas. Além disso, foi possível perceber que as mulheres passaram a vida toda nessas comunidades tendo contato com o rio, onde trabalham, como uma maneira de ajudar as famílias, trazendo renda familiar para o sustento e subsistência.

Nesse universo da pesca artesanal, as espécies de mariscos mais capturadas na atividade pesqueira, estão o muçunim, mexilhão, sarnambi, sururu e a ostra. Essas espécies são facilmente encontradas na via costeira brasileira, especificamente na região do nordeste pela localização de águas de rios. Para a captura dessas espécies são utilizados acessórios/objetos simples e de fácil aquisição, que facilitam o trabalho, como por exemplo: a rede artesanal que é confeccionada por elas mesmas, essa arte é repassada pelos pais para as crianças, o puça que é um instrumento de caça e pesca composto por um aro e cabo com uma rede presa ao aro (também denominado de coador de pesca), a caixa de plástico (encontrada em supermercados e feiras livres), gadanho (foice de cabo comprido), canoa (de madeira fabricada por elas mesmas), engradado (encontrada em supermercados e feiras livres que pode ser de plástico ou de cipó). Entre elas, 53% não usam o pescado para comercialização e 47% responderam que sim. Isso é o resultado da falta de orientação em relação ao aproveitamento da atividade, pois, menos da metade da população ribeirinha utiliza o pescado como uma maneira de gerar renda e melhores condições de vida para a sociedade.

Gráfico 5. Usa a pesca para comercialização?



Fonte: Pesquisa própria.

Além da pesca artesanal, foi questionado se elas realizam outra atividade que venha a gerar renda. 78% disseram que não possuem outro meio de geração de renda e apenas

22% delas responderam que sim. Isso ocorre devido a maioria ainda estarem na fase escolar e ao mesmo tempo aquelas que não estão nessa fase se comprometem com outras atividades para gerarem renda, tais como, empregadas domésticas, babas, ajudantes de idosos, fazem faxinas nas residências e quase todos esses trabalhos são sem carteira assinada, entre outras (não podemos esquecer que são comunidades que vivem abaixo da linha da pobreza).

Gráfico 6. Realiza outra atividade além da pesca?



Fonte: Pesquisa própria.

Em relação a renda mensal com a atividade da pesca artesanal. 51% das participantes marcaram a opção outros, que com base nas respostas abertas pude observar que essa porcentagem representa menos de um salário mínimo, 36% disseram que ganhavam um mínimo, enquanto que 11% ganham de 1 a 2 mínimos e apenas 2% delas conseguem chegar a receber de 2 a 3 mínimos. O que resulta em extrema pobreza. Daí a existência da necessidade de um programa artesanal para despertar o interesse delas na conquista de uma renda extra, como forma de ajuda nas despesas mensais.

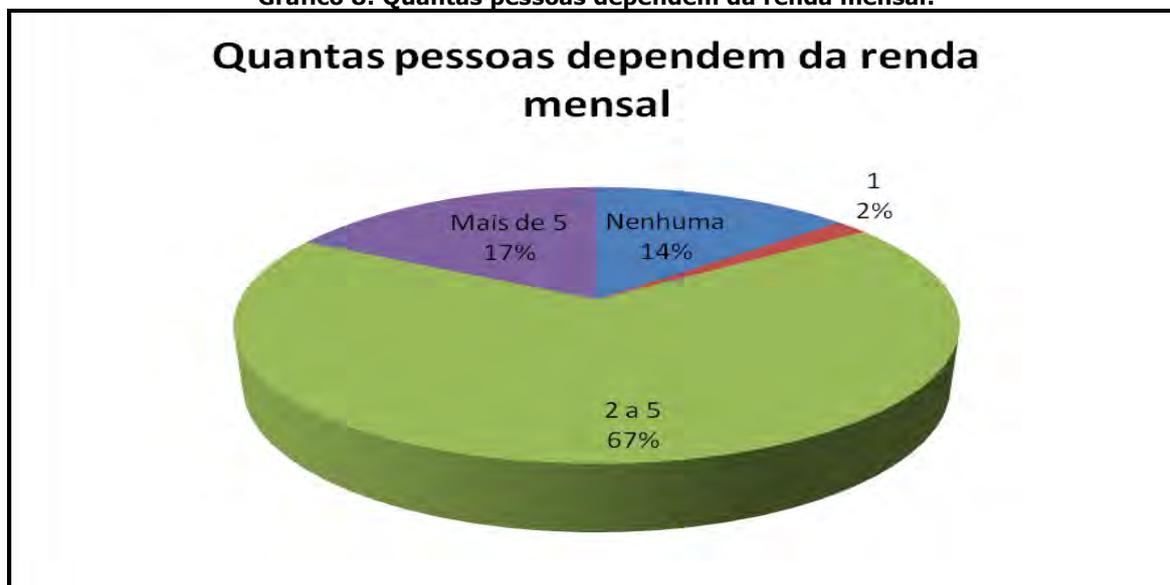
Gráfico 7. Renda mensal com atividade da pesca artesanal.



Fonte: Pesquisa própria.

Dessa renda mensal, 8, 67% delas responderam que de 2 a 5 pessoas, 17% mais de 5 pessoas, enquanto que 14% disseram que nenhuma e apenas 2% colocaram que 1 pessoa depende da renda mensal da pesca. Isso é o resultado das famílias com grande quantidade de pessoas que não possuem uma profissão digna para poder se sustentar, as quais sobrevivem com a única renda que é a da pesca artesanal.

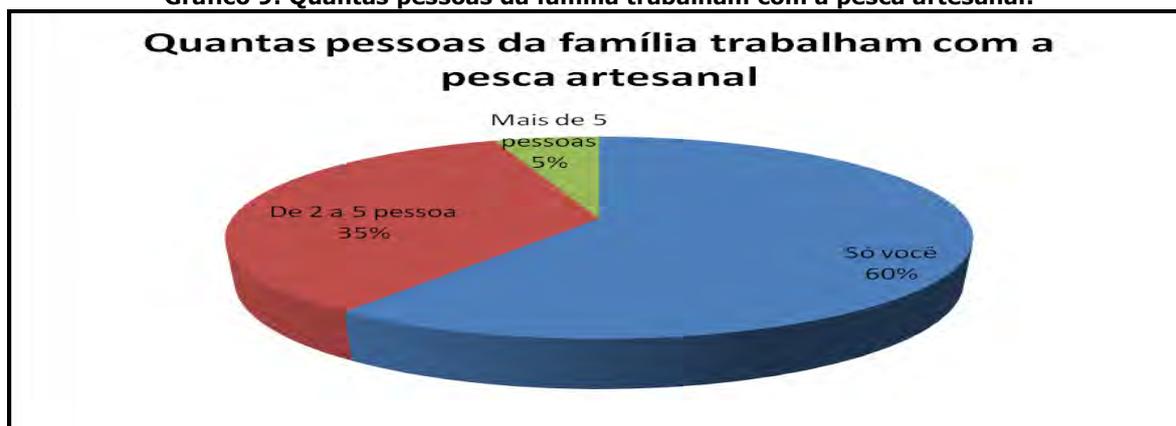
Gráfico 8: Quantas pessoas dependem da renda mensal.



Fonte: Pesquisa própria.

Isso reflete na qualidade de vida das mulheres, pois, na décima quarta questão foi indagado sobre quantas pessoas da família trabalham com a pesca artesanal e 60% delas disseram que somente ela mesma é quem está a frente dessa atividade, enquanto que 35% responderam que de 2 a 5 pessoas e somente 5% contam com a ajuda de mais de 5 pessoas da família no trabalho da pesca. Essa ocorrência é bem frequente nos dias atuais, haja vista que, o papel da mulher na sociedade está em evidência, pela sua determinação e luta pelos direitos.

Gráfico 9: Quantas pessoas da família trabalham com a pesca artesanal.



Fonte: Pesquisa própria.

Nesse universo, as mulheres marisqueiras se ocupam diariamente da atividade pesqueira para conquistar o seu sustento. O processo de uso e ocupação desordenada das margens do rio Sanhauá, bem como, a falta de infraestrutura de saneamento básico adequado provocou, ao longo dos anos, a descaracterização do rio e conseqüentemente sua degradação. Nesse ínterim, foi perguntado na décima quinta questão qual o destino das cascas dos mariscos. As respostas corroboraram com a realidade que elas vivem atualmente, ou seja, convivem diariamente com o assoreamento e a degradação urbana dos rios, pois, 33% delas disseram que despejam as cascas no quintal das casas, a mesma porcentagem (33%) de respondentes disse que jogam no rio, enquanto que 26% despejam no lixo, apenas 7% aproveitam as cascas para fazer artesanato para o próprio uso e 1% responderam que pegam as cascas para comercialização.

Gráfico 10: Qual o destino das cascas dos mariscos?



Fonte: Pesquisa própria.

Assim, foi perguntado como é feita essa higiene dos mariscos. De acordo com relatos das marisqueiras, os mariscos são coletados no rio Sanhauá, em seguida lavados, colocados em água fervendo, é feita uma higienização/separação da carne e das cascas, lavados novamente e por último empacotados. A carne é comercializada por custos baixos, haja vista que é um produto não muito valorizado por essa região.

Entre as participantes, 57% delas já tiveram aula de educação ambiental, mas que não estavam colocando em prática o que estudaram na fase de execução do Programa

Mulheres Mil, pois não deram continuidade aos cursos e ao mesmo tempo não houve um acompanhamento por parte dos profissionais que se disponibilizaram a ministrar os cursos no período determinado pelo IFPB. 43% das participantes nunca tiveram aula de educação ambiental, por diferentes motivos: falta de oportunidade ou de interesse pessoal em aprender sobre o assunto.

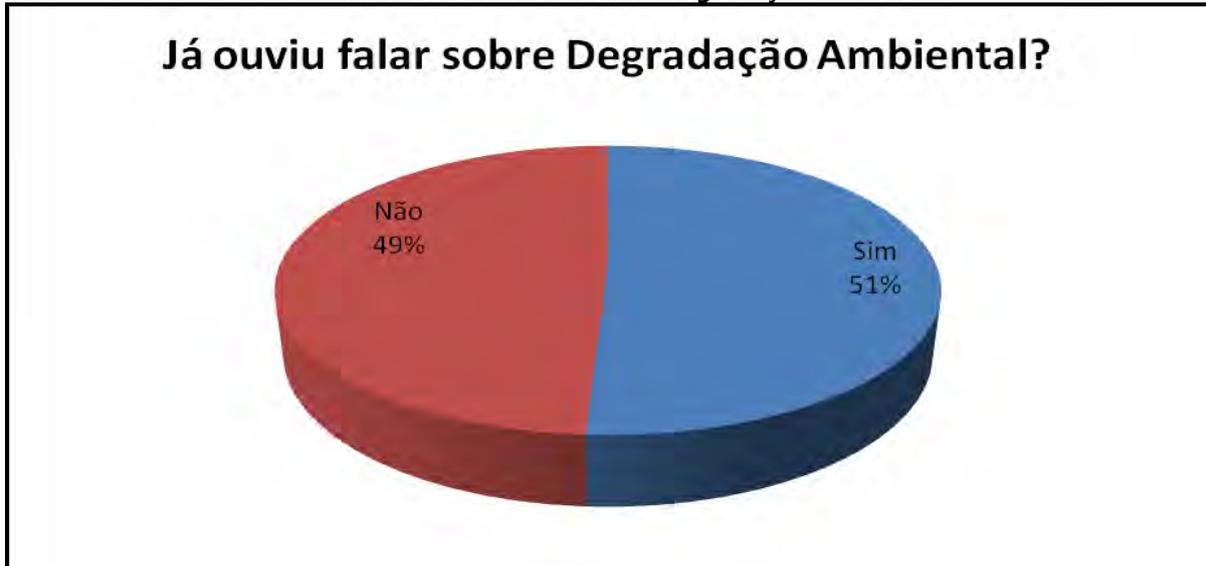
Gráfico 11: Já teve aula de Educação Ambiental?



Fonte: Pesquisa própria.

Em relação a degradação ambiental, foi perguntado se elas já ouviram falar sobre o assunto. Entre elas, 51% disseram que sim e 49% responderam que não. Isso mostra que apesar delas terem o conhecimento sobre o assunto, mesmo assim, continuam assoreando e degradando o meio ambiente, ou seja, os quintais das casas, o rio sanhauá, entre outros ambientes urbanos. De acordo com as participantes, isso acontece por não terem opção de descarte das cascas dos mariscos, pois, já acionaram a prefeitura do município para fazerem a coleta e descarte de forma correta, no entanto não tiveram êxito, restando apenas essas opções que ao longo dos anos vão modificando cada vez mais o meio ambiente, os quais geram problemas de saúde, de saneamento básico (esgotos), atraindo ratos, baratas, pernilongos, insetos das mais variadas espécies, etc.

Gráfico 12: Já ouviu falar sobre degradação ambiental?



Fonte: Pesquisa própria.

Diante do que foi exposto pelas participantes em relação a ter conhecimento sobre educação ambiental e degradação, segundo as mulheres marisqueiras, o maior problema hoje é a questão da degradação ambiental, o qual acarreta sérias dificuldades para a realização dos trabalhos. Além disso, existem outros problemas que as deixam aflitas, entre eles estão: a falta de carteira assinada como profissional da pesca artesanal; retorno financeiro satisfatório; o atravessador; a ausência de uma pessoa que possa lhes auxiliar na venda dos mariscos (uma associação ou cooperativa); ausência de ajuda por parte dos governantes; a maré cheia; o desmatamento; a poluição; falta de instrumentos adequados para realizar a atividade (canoa, rede, motor, etc.); em alguns casos necessitam também de um pescador profissional para poder realizar viagens mais longas; a existência da sazonalidade do rio (falta do marisco), pois, existem épocas em que não é possível coletar uma quantidade considerável de mariscos para comercialização, acarretando para algumas famílias a falta de recursos para o próprio sustento.

Com base na oficina de artesanato proposta nesta pesquisa, foi perguntado se elas já participaram de alguma trabalho direcionado para esse segmento, 13, 51% delas disseram que sim enquanto que 49% responderam que não. Segundo relatos das mesmas na resposta aberta, as que responderam sim já participaram das oficinas que foram disponibilizadas pelo Programa Mulheres Mil, no qual aprenderam a criar objetos utilizando materiais de papel de jornal, garrafas de plástico, escama de peixe, óleo para confecção de sabão caseiro. Dentro do grupo, uma parte participou também de cursos ministrados pela Prefeitura do município de Bayeux-PB utilizando materiais como: garrafas de plástico, sisal, tecidos, biscuit, massa de modelar, etc., mas, que ainda não haviam se lembrado de utilizar as cascas dos mariscos, como uma maneira de evitar a degradação ambiental nas comunidades ribeirinhas.

Gráfico 13: Já participou de alguma oficina de artesanato?



Fonte: Pesquisa própria.

9. Programa: artesanato do Nordeste

Na presente seção iremos relatar os acontecimentos que se seguiram na temporada de aplicação da intervenção do programa de artesanato direcionado para redução da degradação ambiental. O período da execução foi concentrado entre os meses de julho e outubro, tendo início no dia 31/07 e término em 26/10/2013.

O programa de artesanato nasceu em meio a convivência junto as comunidades carentes do município de Bayeux-PB e análise das situações emergentes que vivem as mulheres marisqueiras dessas localidades, tendo como objetivo principal a redução da degradação ambiental causada pelo descarte das cascas dos mariscos em diferentes lugares (lixo, rio, quintal das casas, etc.), as quais se transformaram em um problema público urbano. É importante ressaltar que o programa de artesanato foi dividido em 08 (oito) oficinas com duração de 04 (quatro) horas, cada uma com temáticas e metodologias diferenciadas para facilitar ainda mais o entendimento dos problemas ambientais, pelos quais os grupos participantes estão vivenciando no cotidiano.

A intervenção ocorreu de maneira simplificada, na qual contamos com a presença e colaboração de 08 (oito) profissionais das áreas tratadas nesta pesquisa, para ministrar palestras e auxiliar nas aulas das oficinas, os quais se colocaram a disposição para repassar às marisqueiras informações necessárias ao desenvolvimento das atividades relacionadas ao meio ambiente e o programa de artesanato.

Entre os profissionais que participaram das palestras nas oficinas estão: o professor Dr. Arilde Franco Alves (Dr. Em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG); a professora Dr^a. Vânia Maria de Medeiros (Doutora em Química Analítica e Ambiental pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB); a professora Mestra Júlia Karla de Albuquerque Melo (Mestra em Ciências e Tecnologia Ambiental pela

Universidade Estadual da Paraíba - UEPB); a professora Mestra Maria da Conceição Castro Cordeiro (Mestre em Educação pela Universidade Del Norte – Uninorte do Paraguai); o especialista Afonso de Ligório Oliveira Silva (Especialista em Georreferenciamento e Geógrafo pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB); Alex Victor Xavier Silva (Engenheiro Sanitarista e Ambientalista pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB e Bombeiro Militar com salvamento em águas); Miely Cordeiro Gonçalves (Assistente Social pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB); e Wendell Rodrigo Cordeiro da Silva (Turismólogo pela Faculdade ASPER-PB e Tecnolando em Geoprocessamento pelo IFPB).

Além dos profissionais supracitados, para a realização das oficinas de artesanatos contamos com a participação de artesãs autônomas, as quais desenvolvem os seus trabalhos em diferentes comunidades carentes e nos seus espaços de trabalhos, entre elas estão: Josefa Francisca dos Santos; Maria Lucia Galdino; Maria Creuza Galdino de Oliveira; Maria de Lourdes Paiva da Silva e artesã Neide Silva.

A participação de todos(as) se deu de maneira espontânea, haja vista que os(as) colaboradores(as) se sensibilizaram com a situação degradante das mulheres marisqueiras, tendo como foco uma maneira de ajudá-las a preservar o meio ambiente e ao mesmo tempo disponibilizar recursos naturais para beneficiar as famílias carentes e consequentemente gerar emprego e renda.

No primeiro encontro fizemos uma abordagem sobre o programa nas comunidades carentes, ou seja, expliquei a situação degradante que se encontrava o local onde as marisqueiras moram e mediante explanação expus para elas de que maneira poderíamos agir para amenizar a degradação por meio da educação ambiental. As mesmas disseram que estavam preocupadas com o assunto em questão, haja vista que, devido, o descarte incorreto das cascas dos mariscos o peixe nos rios está ficando escasso, as ruas tem esgotos a céu aberto e as doenças estão cada vez mais presentes em suas vidas.

Há 30 (trinta) anos as famílias se mudaram para o local próximo ao rio Sanhauá, as quais migram, ano após ano em direção a beira do rio, onde o desmatamento se fez presente e o lixo de todos os tipos invade as imediações ribeirinhas, contribuindo a cada dia para que o rio fique mais estreito, os peixes e mariscos diminuem drasticamente. Com o ocorrido as mulheres marisqueiras relatam que necessitam navegar rio adentro **para poder conseguir uma pesca “satisfatória” e que ao mesmo tempo, devido ao acúmulo do lixo, têm-se aglomerações de mosquitos causadores de doenças.** Além desses problemas, existe a presença das drogas na região, as quais estão invadindo as imediações do rio, afastando todas as pessoas que necessitam trabalhar com a pesca para poder se sustentar.

Para as mulheres marisqueiras, o programa de artesanato é uma saída muito bem vinda, ou seja, outra fonte de renda para elas conseguirem solucionar, em parte, os problemas presentes na região e ao mesmo tempo, aprenderem mais sobre educação ambiental e terem subsídios para reclamarem junto à prefeitura que as escolas da região não orientam os alunos sobre esses assuntos existentes nas comunidades onde vivem.

10. Análise dos resultados pós-intervenção

Neste capítulo iremos relatar a análise dos resultados pós-intervenção nas comunidades analisadas, pois existe a necessidade de entender o universo de cada local em relação ao

programa de artesanato. Para as mulheres ribeirinhas das duas comunidades, a primeira impressão foi excelente, pois segundo as mesmas se trata de uma oportunidade que elas vêm almejando há muito tempo, a qual representa um novo caminho em prol do meio ambiente e no combate a degradação ambiental. As mesmas relatam que entendem os riscos pelos quais vivem no cotidiano e que já acionaram as autoridades, tanto do setor público quanto o privado para ajudarem a solucionar os problemas ambientais causados pelo descarte indevido das cascas dos mariscos, mas, que nunca foram atendidas, pois, nas suas concepções, se trata de comunidades pobres que não são levadas a sério e, além disso, não possuem uma cooperativa que as possa representar nesses dois setores.

Segundo relatos das mesmas, aprender a combater a degradação ambiental está em primeiro lugar, pois, todas sabem da importância da educação ambiental e de quanto elas serão beneficiadas com os conteúdos repassados nas palestras e oficinas realizadas através desta pesquisa. Em segundo lugar na pesquisa está a preocupação em relação ao retorno financeiro, por se tratar de um fator degradante nas comunidades. Cerca de 50%, delas conseguem receber menos de um salário mínimo por mês para atender, em muitos casos, mais de 5 (cinco) dependentes na família. Essa realidade produz em cada uma delas a idéia de que participando do programa de artesanato elas possam conseguir uma renda extra para ajudar nas necessidades básicas no cotidiano. Além do mais, com essa idéia de poder ter um retorno financeiro, elas estarão aprendendo uma nova profissão e se ocupando, desta vez, conscientes da importância da preservação ambiental, bem como, com o bem-estar das comunidades e uma melhor qualidade de vida para todas.

É importante relatar também que por não existir uma cooperativa para administrar os trabalhos relacionados à pesca e atividades afins, nessas comunidades, muitas vezes, as mulheres que participaram do programa de artesanato não se conhecem e elas aproveitaram a oportunidade para fazerem novas amizades, já àquelas que tinham um convívio, estreitaram ainda mais a amizade com promessas de formar equipes de trabalhos, cujo objetivo é produzir peças artesanais para promoção do trabalho e geração de renda.

Entre as participantes, desenvolver peças de artesanato através de algum programa direcionado para esse fim já é uma realidade, mas que ainda não é uma atividade que traz renda suficiente para ter um retorno financeiro. Segundo relatos das mesmas, as que já participaram de outras atividades, fizeram parte do Programa Mulheres Mil, no qual aprenderam nas aulas de reciclagem a criar objetos utilizando materiais de óleo para confecção de sabão caseiro, papel de jornal, garrafas de plástico, escama de peixe, etc., as demais participaram de curso ministrados pela Prefeitura utilizando materiais como: sisal, tecidos, biscuit, massa de modelar, mas, que ainda não tiveram a idéia de utilizar as cascas dos mariscos, como uma maneira de evitar a degradação ambiental nas comunidades ribeirinhas. Além de aprender artesanato com esses materiais, elas também aprenderam nas aulas do Programa Mulheres Mil a arte de congelar alimentos, fazer corte e costura, cozinhar, fazer crochê, pintura em tecido e desenvolver outras atividades relacionadas ao artesanato que a Prefeitura do município de Bayeux-PB oferece as pessoas que moram nas comunidades.

Em outros cursos que fizeram, elas aprenderam a utilizar diferentes materiais disponibilizados dentro de casa, ou seja, material que são comprados para uso doméstico e em seguida são descartados ou que podem ser capturados na própria natureza, como por exemplo: pedaços de madeira, tinta de diferentes tipos, o papel jornal que não tem mais utilidade, papelão, garrafas de plásticos que são dos produtos

de limpeza, óleo utilizado na cozinha, as escamas de peixes que antes eram jogadas ao lixo, diferentes tecidos, o biscuit que é produzido a partir de ingredientes (mistura de amido de milho, cola branca, conservantes como limão, vinagre ou vaselina) disponibilizados na cozinha de casa, entre outros. É importante ressaltar que todo esse material é de fácil aquisição e baixo custo, facilitando ainda mais o desenvolvimento do trabalho artesanal nessas comunidades para que as mulheres possam se firmar na atividade e adquirir renda extra.

De acordo com relatos, elas conseguiram aprender a preservar o meio ambiente, a descartar corretamente o lixo, a não jogar resíduos nos esgotos, nem nos quintais das casas e principalmente no rio, para evitar a proliferação de animais peçonhentos e a transmissão de doenças através da água, do ar e do solo. Além disso, aprenderam que as cascas do marisco é uma fonte interminável de geração de emprego e renda e que a natureza é um bem que precisamos cuidar como se fosse a nossa própria vida.

Os assuntos abordados nas palestras serviram para alertá-las sobre a degradação ambiental, as quais trouxeram uma nova visão e conduta perante o meio ambiente, despertando-as a importância de cuidar mais do ambiente onde vivem e principalmente do rio que produz o pescado. Em relação à preservação do meio ambiente e criação das peças de artesanato, elas disseram que aprenderam novas técnicas para se prevenirem da degradação ambiental, bem como, para a confecção de peças utilizando as cascas dos mariscos que antes eram descartadas. Com base nesses relatos percebe-se que as expectativas do grupo foram atendidas. Diante das entrevistas realizadas com as mulheres marisqueiras, podemos perceber que as aulas foram esclarecedoras para a utilização, tanto da parte teórica como da prática, no cotidiano de cada uma. Segundo as participantes as aulas teóricas foram ministradas por profissionais qualificados que realmente souberam cativá-las e expor o material/assunto de maneira fácil, com conteúdos e métodos muito bem explicados. Em relação às aulas práticas podemos perceber a diversidade de atividades que se faz possível trabalhar junto às comunidades carentes, para que elas possam expor a verdadeira natureza por meio de simples gestos capazes de produzir e ascender à criatividade de pessoas de fácil aprendizagem e que em muitos casos não tem uma simples oportunidade de se revelar e vivenciar a importância do meio ambiente em suas vidas, estando conscientes de que não se pode mais poluir os rios e outros meios onde vivem. Além desses relatos, foi possível perceber a felicidade de estarem juntas compartilhando desse momento, pois, desde a execução do Programa Mulheres Mil que as mesmas não tiveram oportunidade de se reunirem novamente e as que não participaram do programa tiveram oportunidade de se conhecerem e interagirem.

De acordo com as entrevistadas, o programa de artesanato representa mais qualidade na saúde ambiental das comunidades, pois aprenderam nas palestras que com as práticas de higienização para o combate a degradação, a saúde ambiental não estará mais comprometida, mas sim disponível cada vez mais. Só assim é que elas se sentirão com maior segurança em relação aos trabalhos desenvolvidos na pesca e consequentemente poderão desfrutar de mais qualidade de vida, fatores indispensáveis para o bem-estar de todos. Nesse ínterim, é importante refletir também sobre o desenvolvimento sustentável, cujo teor está inserido o social e econômico, ou seja, estão interrelacionados nas diferentes atividades que envolvam o desenvolvimento humano. No universo das mulheres marisqueiras o desenvolvimento sustentável requer de cada uma o entendimento de que é necessário obter o crescimento econômico e social por

meio da preservação do meio ambiente e que somente com essa contribuição é que os fatores apresentados na pesquisa podem ser atendidos.

Atualmente, através da visão empreendedora é possível perceber que o artesanato representa um grande caminho para o desenvolvimento de comunidades carentes, haja vista que por se tratar de uma arte regional, o artesanato retrata as origens de um povo, possibilitando melhores condições de vida e ao mesmo tempo atua contra o desemprego, desperta aptidões latentes das pessoas aprimorando o intelecto daqueles que o praticam. As mulheres marisqueiras pretendem dá continuidade a confecção das peças de artesanato, pois, isso representa vários fatores/motivos positivos, os quais irão modificar a vida de cada uma e ao mesmo tempo por terem tido uma experiência muito gratificante no programa de artesanato.

Entre esses motivos está a pretensão de contribuir para a preservação do meio ambiente e combate a degradação (um dos fatores importantes desta pesquisa), querem aumentar e ajudar na renda familiar, eliminar de vez a questão do descarte incorreto das cascas dos mariscos aproveitando-as para a confecção das peças artesanais, por em práticas as idéias criativas que elas conseguiram expor nas aulas, entre outros. As mulheres marisqueiras que participaram desta pesquisa estão se movimentando para a criação de uma cooperativa de artesanato, onde nós estamos contribuindo para a realização desse sonho, solicitando apoio dos órgãos governamentais que podem contribuir com a execução desse projeto, entre eles estão: SEBRAE, BNB, Petrobras, etc., haja vista que os mesmos disponibilizam uma linha de financiamento para esse segmento.

11. Conclusão

Uma nova ideia surge como paliativo para reflexão da humanidade em relação aos hábitos de consumo da sociedade, que é exatamente fazer com que as pessoas entendam a importância do desenvolvimento sustentável, despertando, assim, a consciência da educação ambiental e ecológica, onde, o consumidor terá a responsabilidade de adquirir apenas o que for de extrema necessidade para atender as suas exigências básicas de sobrevivência, contrapondo ao consumo de produtos que geram o desperdício, e ao mesmo tempo contribuem para a degradação do meio ambiente.

Nesse universo, o artesanato passar a existir como uma ferramenta ou atividade socioeconômica, para atender tanto a necessidade de combater a degradação ambiental, como a de gerar renda para as comunidades ribeirinhas de algumas regiões carentes do Nordeste. Essas comunidades procuram interagir com o material disponível no local onde vivem, o qual possui uma representação cultural e artística em ritmo de desenvolvimento e transformação da qualidade vida das pessoas, bem como, uma nova concepção da educação ambiental e preservação do meio ambiente, como é o caso das mulheres aqui analisadas, que trabalham com a pesca artesanal dos mariscos bivalves, objetivando suprir as suas necessidades básicas de sobrevivência, onde uma parte desta pesca (cascas dos mariscos) é descartada, de maneira irregular.

Para sanar tal problema, essa pesquisa buscou, através da metodologia social, fazer um apanhado de informações, baseada na pesquisa ação, cujo objetivo é propor meios para

reduzir a degradação ambiental por meio de práticas pedagógicas de projetos educacionais, tendo como cenário as comunidades carentes do município de Bayeux-PB **que participaram do subprojeto "Desenvolvimento Comunitário" inserido no Programa Mulheres Mil do Governo Federal e executado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFPB.** Através da metodologia utilizada está sendo possível desenvolver minuciosamente um trabalho que atenda as necessidades das mulheres em relação ao descarte das cascas dos mariscos, por meio de um programa de artesanato, o qual focará a importância da conscientização sobre a preservação do meio ambiente e da sustentabilidade.

Referências

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE:** Estimativas populacionais dos municípios brasileiros até 2012. (2012). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2204&id_pagina=1> Acesso em: 23 fev. 2013.

_____. **Lei 11.959/2009:** Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm> Acesso em: 20 abr. 2013.

_____. **ONG AKATU:** O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável. Pesquisa nacional de opinião. 2012. Disponível em: <http://www.akatu.org.br/Content/Akatu/Arquivos/file/12_08_20_ConsumoConsciente_PesquisaMMAQuanti_Completa_agosto2012.pdf> Acesso em: 24 fev. 2013.

DREW, D. **Processos Interativos:** Homem-Meio Ambiente. 7. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

DREW, D. **Processos Interativos:** Homem-Meio Ambiente. 7. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HOUASS, A. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa.** 2. ed. rev. e aum. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

LAYRARGUES, P. P. *et. al.* **Educação ambiental - repensando o espaço da cidadania.** São Paulo: Cortez Editora, 2006.

LOPES, F. C. **O conflito entre a exploração offshore de petróleo e a atividade pesqueira artesanal.** 2004. 57f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Rio de Janeiro, 2004.

MILARÉ, E. **Direito do ambiente:** Doutrina, Jurisprudência e Glossário. 6. Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

PEREIRA, J. M. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica.** 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

Recebido em 26/10/2015 e Aceito em 11/03/2016.

Mercado de capitais: trajetória, inovação e algoritmos

Vagner de Amorim Palomares¹, Luiz Augusto Zazeri²
{vagnerpalomares@yahoo.com.br, luiszazeri@yahoo.com.br}

Resumo. A proposta desse artigo consistiu em evidenciar a trajetória da inovação nos mercados de capitais, que apresentam alta volatilidade, que hoje são utilizados a robótica para análise em tempo real e a necessidade de uma avaliação precisa e sob a ótica dos volumes negociados de ações nas bolsas de valores. O que se pretende estudar é o aumento das negociações nos mercados que se utilizam da High Frequency Trading (HFT) negociações de alta frequência, e se estas beneficiam o desenvolvimento econômico do país.

Palavras-chave: Trajetória; Inovação; Algoritmos, Mercado de Capitais.

Abstract. *The purpose of this article is to show the trajectory of innovation in the capital markets, which exhibit high volatility, which today are used robotics to real-time analysis and the need for accurate assessment and from the perspective of trading volumes of shares on values. The aim is to study the increase in trading in markets that use of High Frequency Trading (HFT) high-frequency trading, and if they benefit the country's economic development.*

Keywords: *Trajectory; innovation; Algorithms, capital markets*

¹ Aluno especial no Mestrado em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC - UFABC. Graduado em Economia pela UNISANTANA e Pós-Graduação em Finanças empresariais, pelo MACKENZIE.

² Qualificado no Mestrado em Administração, linha Inovação tecnológica na FMU. Professor e coordenador de Gestão Financeira no Centro Universitário Senac. Graduado em Matemática pela PUC, Pós-Graduado em Finanças Empresariais –UNISAL.

Iniciação - Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística
Edição Temática em Gestão, Internacionalização e Desenvolvimento

Vol. 5 no 5 – Março de 2016, São Paulo: Centro Universitário Senac
ISSN 2179-474X

Portal da revista: <http://www1.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistainiciacao/>
E-mail: revistaic@sp.senac.br

Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-Não Comercial-SemDerivacões 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/) 

1. Introdução

A ideia de inovação defendida por Tálamo (2002) propõe que “a inovação compreende a disponibilização de uma invenção ao consumo em larga escala”. Essa definição é muito parecida com a apresentada por Teece e Jorde (1990, p. 76) no que se refere à existência de etapas a serem percorridas pela inovação antes de esta atingir o mercado. Para esses autores, o processo de inovação envolve a busca, a descoberta, o desenvolvimento, a melhoria, a adoção e a comercialização de novos processos, produtos, estruturas organizacionais e procedimentos.

Segundo Castells (1999, p. 108) o conceito de paradigma tecnológico, elaborado por Carlota Perez, Christopher Freeman e Giovanni Dosi, com a adaptação da análise clássica das revoluções científicas feita por Kuhn, ajuda a organizar a essência da transformação tecnológica atual à medida que ela interage com a economia e a sociedade.

Os mercados de capitais são globalmente interdependentes, e isso não é assunto de pouca importância na economia capitalista. O capital é gerenciado vinte e quatro horas por dia em mercados financeiros globalmente integrados, funcionando em tempo real pela primeira vez na história: transações no valor de trilhões de dólares são feitas em questão de segundos, através de circuitos eletrônicos por todo o planeta, as novas tecnologias permitem que o capital seja transportado de um lado para o outro entre economias em curtíssimo prazo, de forma que o capital e, portanto, poupança e investimentos, estão interconectados em todo o mundo, de bancos a fundos de pensão, bolsa de valores e câmbio, os fluxos financeiros, portanto, tiveram um crescimento impressionante em volume, velocidade, complexidade e conectividade. (Castells, 1999).

Devido essa transformação na forma de se conectar e negociar, os mercados de capitais passaram cada vez mais a utilizar negociações com algoritmos, trazendo novos modelos de estratégias de negociação e propiciando aumento nos volumes negociados.

Novas estratégias operacionais foram adicionadas as redes, criando um mercado à parte, com uma velocidade extrema de negociação, focados em operações estritamente em Logaritmos, trazendo um outro tipo de investidor ao mercado.

A High Frequency Trading (HFT) é uma forma de negociação rápida que detém certas estratégias pré-definidas por seus investidores.

Segundo Aldridge (2010), a principal inovação que separa uma negociação de alta frequência de uma negociação de baixa frequência é uma alta rotatividade de capital em respostas rápidas direcionadas por computadores para mudanças nas condições do mercado. As estratégias de HFT são caracterizadas por um grande volume de negócios e margens de lucro muito pequenas por transação.

2. Fundamentação teórica

Ao discutir a atividade inovadora, Dosi (1988, p.222) a define como um conjunto de processos de busca, descoberta, experimentação, desenvolvimento, imitação e adoção de novos produtos, novos processos e novas técnicas organizacionais. A atividade inovadora envolve um alto grau de incerteza, dependendo não apenas de atividades de P&D como também da experiência adquirida e acumulada pelas pessoas e organizações.

Assim, a adoção e a difusão de tecnologias são um processo condicionado pela percepção dos agentes econômicos das possíveis alternativas tecnológicas e de seu potencial de desenvolvimento.

Conforme foi observado por Freeman (1984), as inovações podem ser incrementais ou radicais. As inovações incrementais são aquelas que introduzem aperfeiçoamentos em produtos ou processos existentes. As inovações radicais são aquelas que introduzem novos produtos, novos processos e novas formas de organização da produção e dos serviços.

Assim, o paradigma tecnoeconômico é definido por Freeman & Perez (1988) como uma combinação de inovações de produto, de processo, técnicas, organizacionais e administrativas, abrindo um leque de oportunidades de investimentos e de lucro. O paradigma tecnoeconômico constitui, portanto, o resultado de um processo de seleção de uma série de combinações viáveis de inovações técnicas, organizacionais e institucionais, provocando transformações que permeiam toda a economia e que exercem uma importante influência no comportamento da mesma (Lastres & Ferraz, 1999, p. 32).

Cada paradigma tecnoeconômico é caracterizado por um conjunto específico de insumos. Este conjunto, denominado pelos autores de fator-chave do paradigma, tem as seguintes características, promove mudanças significativas nos custos relativos, novas qualificações da mão-de-obra, novo mix de produtos, novas infraestrutura ligadas ao fator-chave. (La Rovere, p. 291).

Neste sentido, inovação, especialmente a inovação tecnológica, é tida atualmente como essencial nas estratégias de diferenciação, competitividade e crescimento em um número cada vez maior de negócios. A adoção de estratégias e práticas inovativas nas empresas está estreitamente associada à busca de diferenciações capazes de produzir produtos e serviços para o mercado que gerem vantagens competitivas sustentáveis em relação a seus competidores (VILHA, 2009).

Uma certa tecnologia pode, portanto, resolver certos problemas (a geladeira) enquanto cria outro (a poluição). Isso quer dizer que a tecnologia tem o potencial de beneficiar certas pessoas ou grupos e, ao mesmo tempo, prejudicá-los, ou a outros, sob diferentes aspectos. (Fernandez, R.G & Pessali, Huàscar.F, p. 101).

3. Mercado de capitais e o desenvolvimento econômico

O mercado de capitais desempenha papel dos mais relevantes no processo de desenvolvimento econômico: é a grande fonte de recursos permanentes para a economia, por conta da conexão que efetua entre os agentes com capacidade de poupar – investidores – e aqueles carentes de recursos de longo prazo – tomadores de recursos. O desenvolvimento do mercado de capitais é fundamental para que as empresas tenham acesso a recursos privados de terceiros no financiamento de projetos de investimento.

Nos últimos anos, o mercado de capitais brasileiro apresentou crescimento significativo em relação aos anos anteriores: de 2000 a 2004, o mercado primário apresentou volume médio de emissões de cerca de R\$ 19 bilhões. Já em 2005, esse volume saltou para R\$ 61,6 bilhões. Em 2006, o volume continuou a crescer, atingindo a marca de R\$ 110 bilhões lançados no mercado primário (Revista do BNDES, Rio de Janeiro, V. 14, N. 27, P. 43-70, jun. 2007)

Para Bresser (2006) o desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico que passa a ocorrer nos países ou estados-nação que realizam sua revolução capitalista, e se caracteriza pelo aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante, acompanhado por sistemático processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico. Celso Furtado, interpretando livremente Marx, propôs que a ideia do desenvolvimento se constitui em dois momentos históricos e está intimamente relacionada

Iniciação - Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística - Vol. 5 nº 5 - março de 2016

Edição Temática em Gestão, Internacionalização e Desenvolvimento

com o processo de racionalização que caracterizará o mundo moderno. Em um primeiro momento, a racionalidade se revela pelo objetivo econômico definido com clareza (o lucro), e pela adoção da acumulação de capital como meio de atingi-lo. Esse é o momento da Revolução Comercial. Em um segundo momento, com a Revolução Industrial, a racionalidade se expressa em um meio mais especificamente racional de alcançar o lucro: a aceleração do progresso torna sistemática a incorporação de novas tecnologias, e o conseqüente aumento da produtividade passa a ser uma condição de sobrevivência das empresas.

Para J. Schumpeter, em CSD (1942/1984), "o impulso fundamental que inicia e mantém o movimento da máquina capitalista decorre de novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados, das novas formas de organização industrial que a empresa capitalista cria" (p.112). Por essa ótica, o desenvolvimento econômico é impulsionado por um conjunto de inovações, visto que é o fato gerador do que ele chama de "destruição criativa" nos mercados, ao mesmo tempo em que cria, destrói – produzindo uma contínua mutação industrial "que incessantemente revoluciona a estrutura econômica a partir de dentro, incessantemente destruindo a velha, incessantemente criando uma nova" (p.113).

A partir de meados da década de 1990, com a aceleração do movimento de abertura da economia brasileira, aumenta o volume de investidores estrangeiros atuando no mercado de capitais brasileiro. Além disso, algumas empresas brasileiras começam a acessar o mercado externo através da listagem de suas ações em bolsas de valores estrangeiras, **principalmente a New York Stock Exchange, sob a forma de ADR'-s – American Depositary Receipts -**, com o objetivo de se capitalizar através do lançamento de valores mobiliários no exterior.

O Brasil, em 2001, com a finalidade de fortalecer seu mercado acionário e se preparar para a globalização dos negócios, concluiu um acordo histórico para integração de todas as bolsas brasileiras em torno de um único mercado de valores, o da Bovespa (CAVALCANTE e MISUMI, 2002).

De acordo com Lemos (2004), fazendo-se um retrospecto das três últimas décadas, sob o ponto de vista da participação dos vários tipos de investidores na Bovespa, é fácil constatar que, nos anos 70, houve forte influência dos investidores institucionais ligados aos antigos fundos 157. Na década de 80, foi a vez dos fundos de pensão e, a de 90, foi marcada pela presença dos investidores externos.

4. A evolução das negociações: algoritmos

A tecnologia tem revolucionado a maneira como os mercados financeiros funcionam e a maneira como ativos financeiros são negociados. Duas mudanças tecnológicas inter-relacionadas e significativas são os investidores que usam computadores para automatizar seus processos operacionais e os mercados reorganizando-se assim praticamente todos os dias diante do limite eletrônico das carteiras. (Jain (2005).

Assim como os algoritmos são utilizados para monitorizar a liquidez do mercado, algoritmos podem também ser usadas para identificar e capitalizar sobre a previsibilidade de preços a curto prazo.

Segundo Treuherz (1972), o volume negociado representa a intensidade da pressão de compra ou de venda. Quanto maior o volume, mais significativo é o movimento dos preços. Normalmente, quando a tendência é de alta, o volume cresce na medida em que os preços sobem e diminui quando os preços caem. Já quando a tendência é de baixa, o volume geralmente é maior quando os preços caem e menor quando sobem. Este comportamento

não é uma regra geral, e sim apenas mais um elemento que pode confirmar um determinado movimento do preço da ação.

No início de 2000 nos EUA as operações de alta frequência ainda eram responsáveis por menos de 10% de todas as ordens emitidas pelos corretores, mais esse mercado começou a crescer exponencialmente, segundo a NYSE entre os anos de 2005 a 2009 houve um salto de mais de 164% nessas negociações.

A ideia foi criar novas estratégias para ganhar na velocidade das negociações e no volume, criando métodos quantitativos capazes de decifrar em milésimos de segundo uma estratégia e executá-la com perfeição, criando um ambiente rápido e seguro para um grande volume de ordens por parte dos grandes clientes institucionais.

Nas operações de High Frequency Trading através de um software são alocadas várias situações no qual o mercado pode se comportar, **nela o " algoritmo " num tempo muito** pequeno lê várias informações como taxa de juros, câmbio, índices futuros como o S&P, o algoritmo filtra e analisa as informações para a tomada de decisão, fazendo grandes operações de venda ou compra de ativos baseados em diversos mercados.

Segundo um relatório da UNCTAD examinou em detalhe os contratos para a variedade do crude WTI norte-americana no NYMEX, bem como do açúcar, do trigo, do milho, do gado vivo e de rebentos de soja, e os movimentos de preço ao milésimo do segundo, conhecidos **por ticks entre 1996 e 2011. O peso dos "algos" afirma-se** e isso vai significar, sublinha o relatório, que estes mercados vão estar cada vez mais sensíveis a efeitos desestabilizadores externos. O seu risco sistêmico aumentou e, por isso, bolhas e derrocadas poderão ser mais regulares. (Rodrigues, J.N, 2012).

A matemática substitui, em ritmo acelerado, os corretores gesticulando, em momentos de **euforia ou de pânico, apanhados pelos fotógrafos, dando à sua "alma animal",** como alcinhava Keynes. Um dia destas tais cenas humanizadas dos booms e das derrocadas financeiras só mesmo em películas da memória do cinema.

Para Jonathan A. Brogaard (2010) dependendo do modelo, HFTs pode melhorar ou degradar as características do mercado, as suas principais conclusões são que, quando HFTs estão presentes preços de transação será diferente da sua preço HFTR-livre.

Hoje o HFT é mais de 70% da negociação em volume nos mercados bolsistas dos Estados Unidos, o país onde está inovação nos processos financeiros nasceu e cresceu mais rapidamente. Em 2003, representaria apenas 5% em volume de ordens, em 2005 cerca de 21% e em 2009 não ultrapassava, ainda, os 25%, segundo um estudo do AITE Group há dois anos atrás. Em menos de dez anos cresceu treze vezes.

Mais o HFT trouxe alguns problemas também, o intuito foi aumentar a velocidade das operações sem se preocupar com a qualidade destas operações e qual o efeito teria sobre a economia real. Em 2010 houve um fato que marcou as operações de HFT as **"derrocadas instantâneas" (flash crash). A primeira deu-se** a 6 de maio e foi acompanhada por todo o mundo durante 30 minutos, os índices futuros americanos Dow Jones Industrial Average caiu quase 1000 pontos, a maior queda intradiária de sua história, levando ao desespero milhões de investidores que não sabiam o que estava acontecendo para uma queda generalizada e colossal. No índice futuro do S&P 500 ele colapsou 5% em quinze minutos.

No Brasil, os investidores de alta frequência respondem por aproximadamente 15% do volume total negociado na bolsa. Mas em ativos que permitem arbitragem de preços, como os derivativos "mini", que replicam o contrato principal com valor mais baixo para permitir a negociação por pessoas físicas, a participação é bem maior. No contrato futuro "mini" de Ibovespa, por exemplo, os HFT respondem por pouco mais de 60% do volume.

Segundo Edemir (2014), nem todas as operações realizadas por HFT são ruins. "Estratégias de arbitragem que levam em conta, por exemplo, a relação estatística entre ativos, são válidas e ajudam a dar liquidez aos mercados", afirma. No caso dos minicontratos, a

atuação dos HFT possibilita que os demais investidores negociem sempre com o preço justo, defende o executivo.

Tabela 1. Emolumentos cobrados pela BM&Fbovespa – HTF.

Contrato Futuro de Dólar:		
Quantidade de contratos		Valor da faixa
De	Até	US\$
1	3.500	0,2
3.501	7.000	0,12
7.001	14.000	0,09
14.001	28.000	0,08
Acima de 28.000		0,07

Fonte e elaboração: BMF&Bovespa.

Nesta tabela vemos como o mercado de HTF é estimulado pela BMF&Bovespa, quanto maior o volume operado menor é a faixa cobrada pela bolsa. Com isso a bolsa tem tido um aumento significativo nesse tipo de operações, praticamente em todos os mercados listados pela BMF&Bovespa.

5. Considerações Finais

Este trabalho teve como principal objetivo trazer informações sobre o desenvolvimento do conteúdo estudado, na disciplina da Economia do Conhecimento e Inovação, trazendo a luz o possível impacto da inovação através das tecnologias que aumentaram a liquidez dos mercados.

Assim, a adoção e a difusão de novas tecnologias trouxeram uma nova percepção aos agentes econômicos das possíveis alternativas de como montar as operações.

As inovações nesses mercados trouxeram mecanismos e estratégias agressivas, aumentando substancialmente os volumes, o mercado ficou à mercê dos robôs, que giram em questão de segundos bilhões de dólares nos mercados financeiros.

A grande revolução foi o tipo de operações que alguns fundos passaram a fazer, fazendo arbitragens, mercados totalmente distantes geograficamente, mas vizinhos dentro do mundo dos HFT.

As operações através do sistema de High Frequency Trading ganharam força com a liberalização financeira internacional, os mercados atravessaram as fronteiras e os volumes transacionados tiveram um aumento exponencial.

Para Bresser (2006) o desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico que passa a ocorrer nos países ou estados-nação que realizam sua revolução capitalista, e se caracteriza pelo aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante, acompanhado por sistemático processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico.

Para o desenvolvimento econômico do país estas operações não trouxeram benefício, pois o mercado de capitais dentro da sua estrutura traz as empresas a perspectiva da captação

de recursos com a abertura de capital, esses recursos passam a investir e ampliar suas capacidades de produção, trazendo ao país o crescimento econômico gerando novos empregos e novas tecnologias.

As operações de HFT aumentou a especulação do dinheiro ganhado rápido, não tendo nenhum comprometimento com a essência do desenvolvimento econômico, que visa a acumulação de capital e o aumento da renda per capita dos países, fazendo do mercado um verdadeiro cassino.

Referências

ALDRIDGE, Irene. **High frequency trading: a practical guide to algorithmic strategies and trading systems**. 2nd ed. New Jersey, Wiley-Interscience, 2010.

ANTHONY, S.D. **O Livro de Ouro da Inovação**. Editora Campus, 2012.

BONOMI, C.A ; MALVESSI, O. **Project Finance no Brasil**. Editora Atlas, 2002.

BROGAARD, Jonathan. **High Frequency Trading and its Impact on Market Quality**. Northwestern University Kellogg School of Management Working Paper, 2010

CASTELLS, M. **A Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p.67-118 (capítulo 1).

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Portal do Investidor**. Disponível em: http://www.portaldoinvestidor.gov.br/menu/primeiros_passos/Entendendo_mercado_valores.html. Acesso em: 2 de ago. 2015.

FUCK, M. P. VILHA, A. M. **Inovação Tecnológica: da definição à ação**. *Revista Contemporâneos*, Número Especial: Dossiê CTS, 2011.

NDERSHOTT, Terrence; RIORDAN, Ryan. **Algorithmic Trading and Information**. Manuscript, University of California, Berkeley, 2011

LOPES, C.F.L.R.; ANTUNES, L.P.; CARDOSO, M.A.S. **Financiamento de Longo Prazo: Mercado de Debêntures e Programa de Emissão da BNDESPAR**. Rio de Janeiro, V 14, N. 27, P. 44, jun. 2007.

PEREIRA, L.C.B. **O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico**. São Paulo, V 2, p. 1 – 4, mar. 2006.

PESSALI, H. F. e FERNÁNDEZ, R.G. **A tecnologia na perspectiva da Economia Institucional.**

Pelaez, V. e Szmrecsányi, T. **Economia da Inovação Tecnológica.** Ed. Hucitec, SP, 2006.

PORTO, S.G. **Gestão da Inovação e Empreendedorismo.** Editora Campus. 2013.

ROVERE, R. L. L. **Paradigmas e trajetórias tecnológicas in:** Ed. Hucitec, SP, 2006.

RODRIGUES, Jorge Nascimento - **Como o capital financeiro conquistou o mundo.** 1.^a ed. Vila Nova de Famalicão: Centro Atlântico, 2012. 167 p

SCHUMPETER, J. **Teoria do Desenvolvimento Econômico.** Abril Cultural, São Paulo, 1982 (capítulo 2).

Recebido em 26/10/2015 e Aceito em 11/3/2016.